

CIBEC/INEP

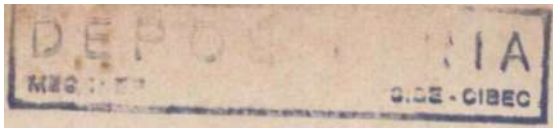


B0002246

# A EDUCAÇÃO EM DEBATE

Pronunciamento do Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Gonçalves Passarinho,  
na reunião conjunta das Comissões de Educação e Cultura do Senado Federal  
e da Câmara dos Deputados – 25/10/73

7  
E21e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA



# A EDUCAÇÃO EM DEBATE

Pronunciamento do Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Gonçalves Passarinho, na reunião conjunta das Comissões de Educação e Cultura do Senado Federal e da Câmara dos Deputados - 25-10-73.

DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO  
Brasília - DF - 1973

O texto inserido nesta publicação foi captado de fita gravada no Congresso Nacional — sem revisão dos Senhores Parlamentares — a qual se encontra no Departamento de Documentação e Divulgação do Ministério da Educação e Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Capanema) - Está aberta a sessão. Senhor representante do Presidente do Senado, senhor representante do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aderbal Jurema, senhores líderes da ARENA e do MDB no Senado e na Câmara, senhores representantes dos senhores Ministros de Estado, senhores Deputados, senhores Senadores, minhas senhoras e meus senhores.

A Comissão de Educação do Senado Federal e a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados se entenderam no sentido de realizarem daqui por diante sessões conjuntas para receberem personalidades muito eminentes. A primeira delas é a sessão de hoje, em que vamos ouvir o Ministro Jarbas Passarinho, que atendeu ao nosso convite de aqui vir para falar sobre os aspectos culminantes, os aspectos preponderantes da sua gestão ministerial.

Seria tomar tempo do auditório e do conferencista, se eu repisasse que o Ministro Jarbas Passarinho é uma das mais eminentes figuras da vida política contemporânea do nosso País. Depois de uma carreira militar de grande beleza, de grande cintilância, de grandes atos, de competência e de bravura, ele foi chamado para Governador do Estado do Pará, cargo para o qual foi eleito. Depois que deixou esse mandato, candidatou-se ao Senado Federal. Foi eleito em 1964 para esta Casa do Poder Legislativo. Estou acentuando este ponto para dizer que quem está aqui é antes de tudo um Senador da República. Porque o Senador Jarbas Passarinho, depois de eleito e empossado, foi chamado para ser Ministro do Trabalho, pelo Presidente Costa e Silva. Posteriormente, para Ministro da Educação e Cultura, pelo Presidente Medici. Para ocupar o seu lugar como suplente, veio o Senador Milton Trindade, que é um dos elementos mais prestigiosos da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal. Vamos ouvir, hoje, nesta primeira sessão conjunta das duas Comissões de Educação do Senado e da Câmara, o Senador Jarbas Passarinho, Ministro da Educação e Cultura.

Sua Excelência ocupará a tribuna, pelo tempo que quiser, para fazer a sua conferência. Encerraremos aí a primeira parte dos nossos trabalhos.

Em seguida, abriremos uma segunda parte da reunião, que se prolongará improrrogavelmente até às 13 horas. Esta segunda parte é destinada às interpelações.

Os senhores Deputados e Senadores que pretenderem interpelar o conferencista deverão, antes de iniciado o debate, inscrever-se em lista por ordem numérica que está na mesa. Cada interpelante disporá do lapso de cinco minutos para formular a interpelação. Nenhuma interpelação poderá desdobrar-se em mais de três perguntas.

O senhor Ministro, interpelado, tendo em vista o número de interpelantes, ajuizará do espaço de tempo de que deva dispor para cada resposta.

Finalmente, se encerrado o debate ainda houver interpelantes inscritos, poderão estes imediatamente formular por escrito a sua interpelação para ser entregue ao senhor Ministro interpelado, que lhe dará oportuna resposta.

Estas cláusulas foram escritas à luz dos regimentos do Senado e da Câmara e para regular uma situação inédita, que é a reunião de uma sessão conjunta de Comissões das duas Câmaras. Mas, as disposições concernentes à fala de Ministros no Congresso constam tanto do regimento da Câmara quanto do regimento do Senado.

Nestes termos, senhor Ministro, tenho a honra de dar a palavra a Vossa Excelência.

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Senhor Senador Gustavo Capanema, Presidente desta reunião das Comissões de Educação das duas Casas do Congresso, senhor Deputado Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Educação da Câmara, senhores representantes dos senhores Presidentes do Senado e da Câmara, caro Senador João Calmon, senhores congressistas, minhas senhoras e meus senhores.

Meu caro Presidente, Senador Gustavo Capanema, eu gostaria inicialmente de endereçar algumas palavras de saudação a V. Ex.<sup>a</sup> porque, ao ser convocado pelo Presidente Medici para a Pasta da Educação e Cultura, no momento em que me deslocava de Brasília para o Rio de Janeiro, do avião mesmo eu remeti uma mensagem a V. Ex.<sup>a</sup> Não tínhamos contatos anteriores, senão aqueles que um homem como eu, na planície, teve, na oportunidade, de contemplar um homem como V. Ex.<sup>a</sup> no Planalto. Mas a minha lembrança se voltou imediatamente para V. Ex.<sup>a</sup>, porque, sem desdouro para qualquer dos outros Ministros de Educação, era em V. Ex.<sup>a</sup> que eu buscava uma inspiração do renovador da Educação brasileira. E aqui quero saudar V. Ex.<sup>a</sup> como sendo o maior de todos nós, e agradecer a idéia original de V. Ex.<sup>a</sup>, que foi a de me convidar para uma exposição perante a Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, Casa a que eu pertencço.

Mais tarde, graças à gentileza cativante do Deputado Flexa Ribeiro, este admirável educador que todos nós conhecemos, e de nome internacional consagrado na UNESCO, as duas Casas se reúnem, e agora eu vejo e ouço da palavra de V. Ex.<sup>a</sup> que é a primeira vez que assim o fazem. Então, permitam V. Ex. as que eu me rejubile por isso.

É verdade que, há momentos, Senhores Deputados, sugeriam até, que se transferisse a reunião daqui para o plenário, admitindo-se que, numa reunião longa, possivelmente as pessoas não ficassem de pé por muito tempo. Eu quero me rejubilar de estar nesta reunião das duas Comissões conjuntas, senhores Senadores e senhores Deputados, porque a convocação, para o plenário da Câmara como para o plenário do Senado (é verdade que eu tenho experiência de apenas uma convocação, quando Ministro do Trabalho, para o plenário da Câmara), a convocação, repito, cerca o Ministro de determinados dispositivos protetores.

O Ministro tem uma hora para falar, meia mais prorrogável, não propriamente o debate; há, em seguida, a possibilidade de o congressista que foi o autor da convocação falar durante meia hora; o Ministro tem meia hora para responder. Assim era o regimento quando eu fui convocado à Câmara. E aqui não, senhor Presidente. Eu tenho a impressão de que feita a exposição, que eu pretendo seja breve, para justamente poupar os ouvintes e dar oportunidade aos debatedores, eu estarei na condição de debatedor comum, igual a qualquer congressista que aqui se encontre. Tenho absoluta certeza de que não terei, não sofrerei constrangimentos, como não imporei constrangimentos a ninguém, de minha parte, porque pelo menos hei de me lembrar de uma frase de Aldous Huxley, que dizia que "certos homens são educados como seres da praia, que de tanto apanharem da maré se transformam em polidos". Eu creio que estou neste caso. Então, não pretendo agredir ninguém. Animal polemico alguns me têm chamado, e sou, talvez, da cabeça aos pés. Mas desconfio, senhor Presidente, que qualquer comissão de inquérito, parlamentar ou não, jamais provaria que eu tomei a iniciativa de agressão.

Dito isto, e colocadas as minhas homenagens nestas duas Casas que aqui estão representadas, eu gostaria de começar uma exposição que seguramente apenas aflorará alguns problemas. Mercê de Deus, eu não posso tratar dos problemas da educação em cinqüenta minutos. Graças a Deus. Se nós pudéssemos tratar em 50 minutos, sinal de que tínhamos fracassado na condução da Pasta, seríamos apontados amanhã como antípoda de V. Ex.<sup>a</sup> Vou tentar aquilo de que o velho padre Vieira já se queixava tanto. Vou tentar: como não tive tempo de ser breve, vou fazer o possível para sintetizar o meu pensamento.

Em primeiro lugar, eu lembraria que o esforço da educação, senhor Presidente, eu preferiria situar a partir de 64, e não apenas a partir do Governo Medici. A partir de 64 porque eu faço parte dos três tempos da Revolução, e amanhã serei julgado pela História por ter feito parte dela deliberadamente. E se eu tivesse de tomar uma nova opção,

tomaria igualzinha àquela que tomei em 64. De maneira que, por isto, eu prefiro ser julgado a partir de 64, até aqui, no conjunto do processo revolucionário brasileiro.

Em 1964, a universalização do ensino primário era apenas um objetivo extremamente longínquo de ser atingido, uma vez que a escolarização do ensino primário não passava de cinquenta por cento. Cinquenta por cento, apenas, o que se verificava que, para cada cem crianças brasileiras, 50 tinham escola e 50 não tinham escola. Em 1963, aplicava-se, do Produto Nacional Bruto, na educação 2,2% deste produto, e que produto! Que baixo produto era! De modo que, de 64 a 69, nós adotamos, em primeiro lugar, uma determinação de marcar objetivos firmes à busca desta universalização, do ensino antigamente chamado primário e agora considerado fundamental, na faixa etária dos 7 aos 14 anos. E, em seguida, nas exposições que V. Ex.<sup>a</sup> me permitiu fazer, utilizando simultaneamente o slide e as transparências, eu darei números e fontes.

Acho que o primeiro grande aspecto que se pode notar de 64 a 69 é precisamente, ao lado da operação escola, o da tentativa de se chegar a um número bem mais preciso de escolarização, portanto levar a escola à criança que não tinha escola, escolarizar a criança que não tinha possibilidade de ir à escola. Aí surge um fato que me parece da maior importância, e a que tanta gente não tem dado a devida atenção: é que, de 64, e eu gostaria que V. Ex.<sup>as</sup>, senhores congressistas, meditassem nesse ponto: em 64 a oferta do ensino médio, ou melhor, do ensino secundário brasileiro, era de 74% paga, e apenas 26% oferta pública; o que significava, portanto, desde logo, um processo de marginalização das inteligências brasileiras, filhos de operários, camponeses e classe média que não tinham acesso à escola secundária. Então, o estrangulamento já se fazia naquela ocasião, apesar de as ruas estarem cheias, entre outros, de movimentos que falavam em reforma de base, e de a União Nacional dos Estudantes pensar que era governo dentro do Ministério, do qual recebia verbas sem prestação de contas. Mas não havia a expressão pelego estudantil. Nessa ocasião, portanto, Senhor Presidente, o que mais me admira é o descompasso entre a toada das ruas e a ação dos administradores, porque a herança que nós, recebemos era a mais antidemocrática possível no estrangulamento da inteligência brasileira já ao nível do ensino secundário. Eu me proponho, senhor Presidente, a dar a V. Ex.<sup>a</sup> completos números cabais das afirmativas que aqui faço.

Não venho apenas ousado na credibilidade da palavra de um Ministro de Estado, mas na responsabilidade também de um Senador da Casa. Mais ainda: aplicaram-se, de dispêndios federais, 5,6% na educação brasileira. Essa era a aplicação dos dispêndios federais na educação. E, a partir daí, de 64, começou uma construção tão inusitada de ginásios, que era o nome dado àquela época ao ensino secundário, que houve até um problema (por exemplo, aqui os ilustres Deputados paulistas hão de me fiscalizar nesta afirmativa). O problema foi que o número de egressos de ginásios foi de tal ordem, porque eles passaram a ser incorporados e enga-

gados num processo no qual eles eram antes marginalizados, que o colégio passou a não ter vagas para garantir os egressos de ginásios. Então, inventou-se um chamado "vestibularzinho" para fazer o exame do candidato ao colégio. Mais ainda: para citar um só exemplo, e vou citar um na minha região, Norte, o Senador José Sarney, que não estou divisando aqui, e fica para mim ainda melhor citá-lo na sua ausência, encontrou na sua cidade, capital do Maranhão, um ginásio tradicional, e eu diria, até secular. Ao fim do seu governo, 18 ginásios novos havia apenas na sua capital, segundo ele próprio me informou, na verificação que fizemos depois dos ginásios construídos em São Luís e no interior do Maranhão. Foram tantos ginásios construídos, que me lembro de um rapaz, que eu supus fosse João Agripino, e outro dia ele me desencorajou dizendo que não era, melhor fosse que realmente fosse ele, porque ele estava realmente muito adequado ao temperamento dele. Dizia ele que certas pessoas construíram tantos ginásios que, quando passaram o governo ao Governador seguinte, este Governador não pôde senão pagar as contas. E levou quatro anos pagando as contas, e ao cabo de quatro anos, para se vingar, mandou acrescentar nas placas de inauguração, que diziam: "este estabelecimento foi construído no governo de fulano de tal", "e pago na administração de beltrano".

De qualquer maneira nós vamos verificar o efeito salutar que significa a ampliação de bases democráticas. Mais ainda: de 64 a 69 atacou-se a Reforma Universitária. Pessoas equivocadas, e eu não pretendo. Senhor Presidente, não só neste auditório mas em nenhum auditório brasileiro, eu não pretendo convencer os socialistas, como acredito que na idade em que estou eles não me convencerão; então, evidentemente, quando eu trato deste problema, eu quero mostrar a evolução do sistema educacional brasileiro para o modelo brasileiro. E a Reforma Universitária foi acusada de ter sido feita a mando de um determinado país estrangeiro. que seria então o nosso patrão.

Este tipo de acusações levianas, eu diria, se a linguagem parlamentar me permitisse, acusações sórdidas, elas são feitas com a leveza das pessoas que, ao caluniar, não se lembram de que as pessoas atingidas têm dignidade. Com que facilidade um opositor, com que facilidade às vezes um jovem estudante mal informado, acreditando que está defendendo seu País, lança sobre nós a pecha de traidor da nossa própria Pátria. Mas isto para eles não é insulto. Insulto é quando provamos que eles faltam à verdade. Como ve Vossa Excelência, o meu preâmbulo é provocador para o debate. Eu pretendo realmente que o debate se faça em torno de todo assunto possível dentro desta Casa. O início da Reforma Universitária foi, portanto, e é feito a partir de 64, inicialmente com o Presidente Castello Branco, limitado à área das escolas federais, e posteriormente com o Presidente Costa e Silva, quando então se produziu este documento, Reforma Universitária, que se dizia preparado, ou se diz, para embair a boa-fé dos estudantes, que foi feito por uma comissão MEC-USAID, quando nós todos sabemos que aqui estão os estrangeiros que produziram este documento: Tarso Dutra, presidente: Antônio Moreira

Côuceiro; Fernando Bastos D'Ávila, o eminente padre da Igreja Católica; Fernando Ribeiro Duval; João Lira Filho; João Paulo dos Reis Velloso; Newton Sucupira (não sei se talvez o nome do professor Sucupira levasse alguma pronúncia francesa, **Siquipirrá**, pode ser!); Roque Spencer Maciel de Barros (pode ser que alguém supusesse que era inglês); e Valmir Chagas. Estes são os homens que propuseram a Reforma Universitária brasileira que está sendo adotada. Aqui não há nome de estrangeiro e não há nenhuma subordinação da Educação brasileira a qualquer interesse alienígena. Começou-se, portanto, essa Reforma, e é verdade que movimentos de rua causaram alguns problemas em torno da sua imediata aplicação. Além da Reforma Universitária, começou-se o reaparelhamento das universidades brasileiras. Apareceu primeiro o empréstimo MEC-Leste Europeu. Antes, o Governo tinha dificuldades em obter empréstimos. No momento atual, é o contrário. Nós somos procurados constantemente por toda sorte de banqueiros — quando eu digo banqueiros, digo da área capitalista e da área socialista. E da área capitalista já obtivemos resultados, como, por exemplo, propostas de pagamento em 40 anos, carência de 10 anos e juros de 2,5% ao ano. E na área socialista dir-se-á que é um empréstimo interessado. Concordo. Na área socialista, que não é menos interessada, nós obtivemos o melhor empréstimo, em 6 anos, carência de seis meses em vez de 10 anos, juros de 6,5% ao ano, ao invés de 2. Como se prova, no meu entender, em matéria de negócio, o socialista é mais capitalista que o próprio capitalista; porque, se ele não quer lucro, quer pelo menos a mais-valia de alguém.

Ora, senhor Presidente, quais os instrumentos utilizados de 64 a 69? Em primeiro lugar, graças a algumas admiráveis leis que vieram com o primeiro Governo da Revolução, nós tivemos o salário-educação. Aplicado à Reforma, à operação-escola, nós hoje podemos garantir a essas duas Casas, e as Casas nos fiscalizem tranqüilamente, e só no decorrer deste ano contamos com 500 milhões de cruzeiros, ou 500 bilhões de cruzeiros antigos, provenientes de salário-educação. Tivemos um recurso orçamentário, que até a Constituição de 67 obrigava os Estados a aplicar 20% de seus orçamentos em Educação, e os municípios também, no mínimo. Tivemos, depois, com a eliminação desse dispositivo, a manutenção de outro dispositivo que faz com que os fundos de participação, ao serem transferidos, tenham, no mínimo, 20% deles pelos municípios aplicados em Educação.

Vejam os empréstimos externos, crescentes. Todos eles em condições vantajosas porque a idéia — e já respondo a partir da gestão do meu eminente colega Senador Tarso Dutra para cá — todos esses empréstimos foram feitos a largo prazo e a juros baixos. Portanto, são empréstimos absorvidos pelo crescimento vegetativo orçamentário do próprio Ministério da Educação. Nós somos proibidos de fazer empréstimos que não tenham um **tipo de** carência que nos permita exatamente essa tranqüilidade e um tipo de pagamento de amortização do principal que não seja absorvível pelo crescimento vegetativo do Ministério.

E, finalmente, tivemos a Loteria Esportiva, criada ainda até o plano que estou dizendo,, 64 a 69, cujos lucros os seus criadores não colheriam. Os frutos iríamos colher nós.

Enfim, senhor Presidente, eu acho, portanto, que o esforço de 64 a 69 é admirável: primeiro, o incremento dos investimentos em Educação; segundo, democratização do ensino ao nível secundário, desde logo; terceiro, criação de receita, de fundo de recursos, que aliviassem as preocupações orçamentárias; quarto, busca de fundos no exterior, desde que eles fossem absorvíveis pelo crescimento natural do orçamento. E uma determinação de reformular a Educação brasileira, porque é evidente que a Reforma que V. Ex.<sup>a</sup> implantou neste País é admirável. Ela cumpriu precisamente a sua etapa histórica, assim como a reforma de Francisco Campos, que V. Ex.<sup>a</sup> também reformou, cumpriu a sua obrigação numa etapa histórica.

Agora, porém, em julho de 69 nós defrontávamos com este quadro de deformações.

## DEFORMAÇÕES

- CONCENTRAÇÃO DE ESFORÇOS NA PROBLEMÁTICA DO ENSINO UNIVERSITÁRIO
- ENSINO VERBALÍSTICO E ACADÊMICO, DIVORCIADO DA REALIDADE NACIONAL E DISTANTE DAS NECESIDADES DO MERCADO DE TRABALHO
- AVILTAMENTO SALARIAL DO MAGISTÉRIO DE TODOS OS NÍVEIS
- ESTRUTURA CENTRAL ADMINISTRATIVA INCAPAZ DE EXERCER A COORDENAÇÃO E O COMANDO DAS AÇÕES
- UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS, MÉTODOS E MODELOS INADEQUADOS AO ATUAL ESTAGIO DE DESENVOLVIMENTO, SEM LEVAR EM CONTA AS CARACTERÍSTICAS DA REALIDADE NACIONAL
- BAIXO RENDIMENTO DO APRENDIZADO ESCOLAR, EM DECORRÊNCIA DA SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO EDUCANDO
- ESCASSAS OPORTUNIDADES PARA PRÁTICA DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DE DESPORTOS
- REDUZIDA PRODUTIVIDADE DO ENSINO, COM O CONSEQÜENTE CUSTO OPERACIONAL ELEVADO
- EXISTÊNCIA DE GRANDE CONTINGENTE NÃO ABSORVIDO PELO SISTEMA EDUCACIONAL
- DEFICIÊNCIA DE INFORMAÇÕES ATUALIZADAS SOBRE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Aí nós tínhamos, por exemplo, concentração de esforços na problemática do ensino universitário. Isto tinha sido feito quando eu disse, em parte, que os movimentos de rua, de 68, fizeram com que, por exemplo, o ataque à criação do MOBREAL — a que eu não me referi, que foi de 64 a 69 — não pudesse ter prosseguimento porque inclusive a verba que seria destinada ao MOBREAL acabou sendo destinada ao ensino universitário para atender ao problema dos excedentes. Segundo o ensino verbalístico e acadêmico divorciado da realidade nacional, distante da necessidade do mercado de trabalho. Então, esta era a página que eu trazia para ler, de Anísio Teixeira. A conferência que Anísio Teixeira fez, em 1953, na Fundação Getúlio Vargas, dá perfeitamente a idéia do que se chamava o ensino verbalístico. Ele dizia assim: "Regulares e sistemáticas são as formas arcaicas do ensino pela exposição oral. A reprodução verbal de conceitos e nomenclaturas, mais ou menos digeridos por simples compreensão, as quais dominam em boa parte a escola primária, esmagadoramente a escola média, sobretudo a secundária e a maior parte das escolas superiores". Dizia ainda ele: "A atividade escolar consiste em aulas que os alunos ouvem, algumas vezes tomando notas, e exames em que se verifica o que sabem por meio de provas escritas e orais. Marcam-se alguns trabalhos para casa, e em casa se supõe que o aluno estude". E por aí ele fazia a análise do que eles chamavam o ensino que precisava ser reformulado para se adequar às necessidades do desenvolvimento.

Havia orçamento salarial do magistério? Quando o Presidente Medici assumiu, o professor titular de 12 horas de trabalho por semana ganhava menos de 800 cruzeiros. Hoje, um professor titular com 40 horas, com dedicação integral, ganha 6.600 cruzeiros. É de justiça dizer que não está todo o magistério superior incluído neste sistema. Mas, como é um processo em implantação há três anos — ele dura apenas três anos — este processo envolve hoje mais de 50% dos professores federais. Portanto, é uma implantação válida.

Estrutura central administrativa: é claro, nós tivemos de reformar a estrutura do Ministério, departamentalizamos o Ministério e transformamos o departamento ao mesmo tempo na maior e menor unidade, de maneira que ele pudesse responder, com presteza, às necessidades da mudança que se faria.

Utilização de técnicas, modelos inadequados, atual estágio de desenvolvimento — tudo isto está dentro da linha da crítica de Anísio Teixeira — baixo rendimento de aprendizagem escolar, por isso mesmo, e em grande parte, em decorrência da situação sócio-econômica do estudante.

Escassas oportunidades de prática da atividade da Educação Física: a Educação Física existia, todos nós sabemos, apenas no papel. E quando existia, não existia como Educação Física; existia como desporto. Então, a título de Educação Física se fazia a chamada "pelada" de futebol.

Reduzida produtividade do ensino com conseqüente custo operacional eflevado, existência de um grande contingente não absorvido

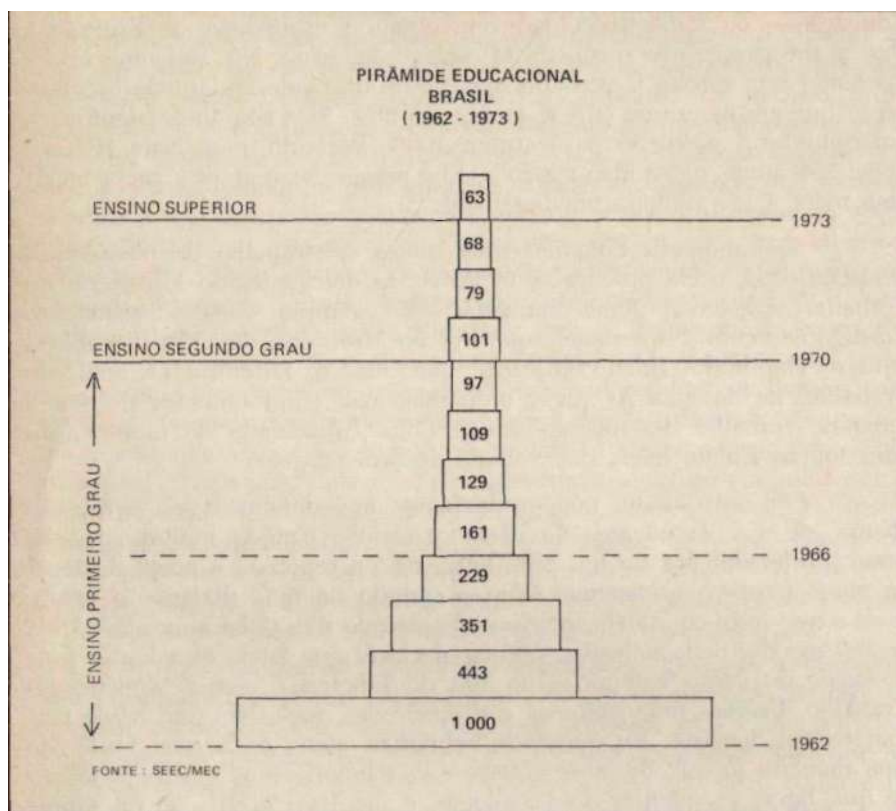
pelo sistema educacional e deficiência de informação atualizada sobre Educação — eu tinha dificuldade em obter as estatísticas de Educação. Ora, aí me parece que o contraste está estabelecido. Nós tínhamos crianças ainda sem escola. É verdade que, nesta altura de 69, aquela escolarização que em 64 era de 50% já estava em 66%. Mas isto ainda significava um caminho a percorrer para atingir 100%. Portanto, para cada 100 crianças, 34 ainda não tinham escola. Era preciso marcar essa meta como uma meta a ser atingida imediatamente.

Segundo: nós tínhamos uma massa de trabalho de postulantes desqualificada, e ela procurava, inclusive, as delegacias do Ministério do Trabalho. Lá, havia vagas oferecidas. Por exemplo: vaga de estucador. Eu digo isto com a experiência que tive no Ministério do Trabalho, e está aqui o Deputado Ildélio Martins que era o Diretor Nacional do Trabalho, na ocasião. As vagas oferecidas não eram tomadas porque a força do trabalho desempregada não tinha capacidade de qualificação para tomar. Então, havia necessidade de ordenar isto.

Por outro lado, nós produzíamos nas universidades o que se chama de "o excedente do desnecessário". Então, muitas pessoas eram produzidas pra ter um canudo na mão e repetiam o poeta da terra do nosso Gustavo Capanema. Com o canudo na mão diziam: "e agora. José, o que farei com ele?", porque no mercado não tinha aplicação. Uma vez eu me dei mal, inclusive, porque declarei que havia excedentes profissionais de várias categorias no Rio de Janeiro, e, como Ministro do Trabalho, fizemos uma pesquisa e descobrimos, inclusive, que havia psicólogos em demasia. Eu querendo sublinhar, como é do meu feitio, de uma maneira jocosa, os fatos graves, então nós fizemos uma verificação de que havia excedentes de Psicologia, e eu disse assim: "já há tantos psicólogos na Guanabara, que há psicólogo entrevistando psicólogo porque não tem a quem entrevistar"; e em seguida sofri uma observação da Associação de Psicólogos que disse que eu havia dado um tratamento debochado ao assunto. Absolutamente. O que eu quero é mostrar que há a necessidade de uma certa adaptação entre a potencialidade absorvida do mercado e a formação da universidade, para não cair naquela crise universal da universidade, que é a crise da inadequação.

Então, senhor Presidente, podíamos ver nos primeiros sinais de agora o que eu chamei aqui — não propriamente — de uma pirâmide.

Não é uma pirâmide; isto é um obelisco. Eu não tinha, na verdade, nem condição de mostrar uma formação piramidal, porque da primeira para a segunda série a perda já era superior a 50%, e esta perda, quando atingia as quatro séries iniciais do primário, chegava a 81,9%. Essa era a perda do efetivo, de aluno. De maneira que a cada mil que partiam, 11 saíam da universidade. Ora, o quadro norte-americano mostrava 200, ao invés de 11. Os quadros soviético e francês mostravam mais de 100. E o quadro brasileiro, 11. Então, aí está o quadro.



Na verdade, nós tínhamos um ensino todo ele propedêutico. O primário, preparando para o secundário, o secundário preparando para o colegial, o colegial preparando para a universidade. E, segundo as queixas crônicas, preparando mal. E daí o nascimento dos cursinhos como consequência de um mau preparo de ensino médio.

Tínhamos, então, a necessidade de fazer uma articulação de uma escola de primeiro grau com o segundo grau, mas esta escola de primeiro grau, uma escola pré-vocacional. Tentar fazer sondagens de aptidão para que as pessoas, desde cedo, pudessem seguir as suas vocações, porque uma grande revista brasileira fez uma investigação e 20.000 estudantes de grau superior responderam: 83% disseram que seguiam a profissão que seus pais decidiam. Então, era nosso objetivo tentar começar fazendo uma sondagem de aptidão para que a criança por si própria encontrasse sua vocação, para que amanhã ela não fosse um médico frustrado apenas porque a família desejou que ela fosse médico.

Depois, nós queríamos fazer com que o segundo grau, em vez de exigir a matrícula por série, passasse a ser tirado por créditos, de maneira que pudesse ser feito até em menos de três anos, quando o aluno é pago pelo pai para cursar oito horas de aula por dia ou se dedicar oito horas por dia à escola. E quando o aluno é pobre, que tem ele mesmo que pagar a sua manutenção na escola, nós então damos a ele a oportunidade de prolongar este período em até cinco anos. Então, ele tira por créditos e não por séries.

Daí partimos para a reforma completa da universidade, no acompanhamento daquilo que já vinha de 64 a 69. Esta era uma primeira observação nossa. Nós queríamos, entretanto, um desenvolvimento integral do homem. Nas palavras de Anísio Teixeira, algumas pessoas apressadas podem encontrar um tipo de crítica do tecnicista, e então não aceitaria a chamada formação de cultura geral e só quereria a formação especializada. Não é isto. Ele mesmo se defende na sua conferência, mas o que era preciso fazer era com que a formação técnica, em face da aquisição violenta da mutação da tecnologia, pudesse ser atendida pela escola e, ao mesmo tempo, o homem que saísse da escola não fosse um robô, uma peça de máquina; fosse um homem com uma formação humanística, capaz de criticar o mundo em que ele está situado. Daí, então, a nossa necessidade de não perder de vista a formação humanística.

Além disso, nós queríamos a educação como investimento e não a educação como despesa de consumo. Este é um assunto que dará debate, e eu espero que meu amigo Senador João Calmon certamente provocará este tipo de debate, tantas vezes tenho ouvido dele a mesma observação com a melhor das intenções de ajudar o Ministério da Educação e Cultura.

Queríamos também uma democratização que não ficasse apenas na base secundária. Nós queríamos e estamos determinados, e assumo a responsabilidade de ser julgado por esta decisão, democratizar as oportunidades neste País. E falo isto sem precisar utilizar qualquer tipo de recurso demagógico, sem sequer lembrar a minha origem pobre. Quero apenas dizer que um país que está determinado a ser desenvolvido não pode cometer o que seria um crime de marginalizar inteligências porque elas são de famílias pobres ou porque têm este ou aquele outro tipo de preconceito. Então, a democratização de oportunidades é um duplo imperativo: um imperativo de natureza democrática e um imperativo de natureza social. Ainda, respeito à vocação.

Então, os senhores verificam neste quadro que se segue o que era o ensino superior brasileiro. Ali está o quadro ainda referido a 65. Aquelas fontes citadas — UNESCO, o *International Year Book*, da UNESCO —, reparem por favor, meus senhores, qual era a composição do alunato superior brasileiro para cada 100.000 habitantes, valor relativo. O Brasil tinha 132 estudantes para cada 100.000 habitantes. Ganhávamos apenas de Honduras, com 68, e Salvador, com 78, e Guatemala, com 123. Eram os países que estavam atrás de nós no rendimento relativo à população brasileira de grau superior. A Argentina já possuía 787 estu-

AMÉRICA LATINA: RENDIMENTO UNIVERSITÁRIO  
COMPARAÇÃO COM OUTROS PAÍSES - 1965

PAÍSES	ESTUDANTES POR 100 000 HABITANTES
MÉXICO	190
BRASIL	132
PORTO RICO	805
PANAMÁ	135
COSTA RICA	231
PERU	222
• HONDURAS	68
COLÔMBIA	191
VENEZUELA	220
• SALVADOR	78
PARAGUAI	164
ARGENTINA	787
EQUADOR	174
URUGUAI	610
• GUATEMALA	123
ESPANHA	244
POLÔNIA	571
ITÁLIA	321
FRANÇA	409
ESTADOS UNIDOS	1738

FONTE: STATISTICAL YEARBOOK 1965. UNESCO

dantes, para cada cem mil habitantes, de grau superior, e o pequenino Uruguai, 610.

Some-se este quadro ao pequeno investimento em educação, a marginalização do processo desde o quadro secundário, a falta de oportunidade de metade das crianças brasileiras, e nós temos o quadro até 1964. Vamos verificar se nós evoluímos ou involuímos. E vamos verificar, citando as fontes.

É verdade que, para algumas áreas, todas as fontes que partem do Governo são suspeitas. É um velho jogo, senhor Presidente, que na minha idade não tenho mais o direito de me surpreender com ele. Quisera eu que a definição da oposição fosse aquela da leal oposição de Sua Majestade britânica. É que o direito de oposição é incontestável, mas não leva ao indesculpável princípio de que os fatos podem ser torcidos para favorecer uma opinião; nem de oposição, nem de Governo.

Aí nós fizemos a partir daí uma formulação. Precisamos fazer uma formulação da política nacional de educação. O meu eminente colega Tarso Dutra já tinha iniciado este processo aqui.

Quando cheguei ao Ministério, havia 29 professores num grupo de trabalho começando um estudo para fazer articulação da escola do primeiro grau com o segundo grau, repensando a escola. Não era mera justaposição do secundário sobre o primário. Era uma nova escola, com as características que tem, que nós podemos discutir. E que afinal o projeto acho que já foi ultimado na gestão do Presidente Medici, foi aprovado pelas duas Casas do Congresso e se transformou na Lei n.º 5.692, de 1971. Então, poderemos discutir este assunto.

Depois partimos para a profissionalização ao nível médio e para a continuação de equipamento das universidades, criação dos seus *campi* universitários, não só o equipamento como construção física, como treinamento dos professores. Por exemplo: aqui, quando nós partimos para essa Lei n.º 5.692 para a escola de 8 anos, que o Brasil era um dos raros países do mundo que, desgraçadamente por afeto, nós e Portugal — e poucos países — éramos os dois únicos países do mundo que estávamos na escala da UNESCO, dando obrigatoriedade de ensino de apenas 4 anos. Então passamos para 8 anos, e Portugal hoje tem seis anos de obrigatoriedade escolar. Nós estamos hoje com 8 anos. Quando iniciamos o processo, apareceram os pessimistas, que diziam logo: mas, se a escola não tem nem giz, a escola de 4 anos, quanto mais a escola de 8 anos; que é que ela vai fazer precisando de equipamento e oficinas? Eu aí, senhor Presidente, defino sempre o meu repúdio, quer ao otimista inconseqüente quer ao pessimista. Mas particularmente ao pessimista. Eu li uma certa vez que o pessimista é um cavalheiro que se sente mal quando está bem pelo medo de se sentir pior quando estiver melhor. E por causa disso eu realmente não gosto dos pessimistas.

Então partimos com alguma coragem para esse tipo de modificação. Estabelecemos estratégias. Ora, se nós provarmos que estava sendo produzido excesso daquilo que não era necessário e havia falta do que era necessário, então era preciso planificar a educação. A resposta era

claríssima. Para planificar a educação nós partimos de alguns princípios: o das vocações, por exemplo. Que é que nós fizemos como princípio? Primeiro dissemos: educação como investimento — responsabilidade triplíce do Governo, do professor e do aluno. Segunda: nós queríamos agora discutir o problema das vocações. Chegaram os velhos saudosistas do liberalismo, e então diziam assim: não, o homem é intocável, a sua vocação é intocável. Isto é bom para o Estado, bom para o homem. E por causa disso nós oferecíamos, por exemplo, excedentes de Psicologia, excedentes de Direito, aliás esses nunca me preocuparam, porque os bacharéis em Direito, pelas estatísticas de que nós dispomos no Ministério, 51% deles não chegam a advogar. Então o mercado não é saturado, não sofre esse tipo de pressão que muita gente supõe. É um equívoco generalizado no País pensar, inclusive, que nós estamos fazendo proliferar faculdades de Direito no País. É um equívoco a mais, não há debate em que não tenha de responder isso. E é totalmente equivocado. Mas nós achamos também que não havia o direito sagrado da vocação quando aquilo não interessava a uma educação que o País aplicava com poupanças duramente obtidas. E ainda que nós tivéssemos poupanças fáceis, não se deveria gastá-las à toa. Então, nós chegamos à seguinte conclusão: nem o liberalismo, nem a formação socialista. Que o socialista diz ao contrário: não, o que é bom só é bom para o Estado, o que é bom para o homem, vírgula! Só é bom para o homem o que é bom para o Estado. E transforma o problema numa planificação estatal que declara quantos são os recursos humanos que devem ser treinados em cada campo, e as vocações se ajustam ao plano. Então nós não tínhamos de fazer nem uma coisa nem outra. O que fizemos? Consideramos que cada um é livre de seguir a carreira que quer, mas nós, os do Governo, somos obrigados a planejar o crescimento ordenado da Educação, de maneira a apresentar o aumento de oferta nas áreas que interessam a nós. Então, em vez de aumentar a oferta nas áreas saturadas, nós aumentamos a oferta nas áreas prioritárias. E aí estabelecemos, senhor Presidente, três áreas prioritárias:

Primeira: ciências da saúde: medicina, enfermagem, odontologia, veterinária (por uma questão muito pessoal, pelo meu sobrenome, não podia esquecer o nome veterinária; veterinária teria que ser lembrada nas áreas prioritárias) e todas, enfim, na área de ciência da saúde, como por exemplo farmácia, bioquímica etc.

Segunda: formação do magistério. Nós temos um número ainda grande de professores leigos nos três graus de ensino. Então é preciso nós darmos prioridade à formação do magistério para treinar os nossos professores.

Terceira prioridade: nós a demos às técnicas, às engenharias, das quais há mais de dez opções hoje, às químicas, às físicas, às áreas de tecnologia em geral.

Ora, estabelecidas as prioridades, que fizemos nós? Ampliação. Daqui por diante, ordenadas as vagas, dar-se-á preferência a essas áreas.

Segundo: as bolsas que nós damos aos estudantes também serão preferentemente dadas a estudantes que curse essas áreas. Só em casos excepcionais nós damos bolsas a estudantes que não cursam áreas prioritárias. Então, com isso nós conciliamos. É um princípio filosófico — não posso falar sobre toda a filosofia da política nacional de Educação, porque, então, senhor Presidente, tomaria todo tempo que V. Ex.<sup>a</sup> me concedeu.

Mas mostraria dois exemplos apenas estratégicos estabelecidos: um é quanto ao desenvolvimento dos recursos humanos, e aqui nós vamos ferir um assunto polêmico logo: preparação do homem para o exercício consciente da cidadania com fundamento nos princípios do idealismo que aprimoram o caráter e asseguram prevalência dos valores espirituais e morais.

As nossas cartas estão postas na mesa. Nós queremos e somos responsáveis por uma Educação idealista no sentido filosófico do termo. Nós acreditamos na prevalência dos valores espirituais sobre os valores materiais. Conseqüentemente, nós não podemos aceitar o materialismo, mesmo como fonte obrigatória de citação ou como fonte obrigatória de ala dentro das escolas. Esta é uma opção política: tratar vocações desde o nível do ensino fundamental, estimular a expansão do sistema de treinamento e retreinamento, proporcionar a terminalidade ao nível de segundo grau, para que nós não tivéssemos aquele caso de que o estudante não chegou à universidade. O que é que ele é? Ele era um ex-estudante secundarista. O que é que sabe fazer? Ele responderia: em qualquer área de mercado de trabalho, sei fazer tudo. Porque na verdade não estava qualificado para fazer coisa alguma. Então, nós damos grau terminal no segundo grau.

No segundo grau, nós chegamos a abrir hoje um leque de cento e vinte opções diferentes, isto é, técnico de motores, técnico de estradas, técnico de indústria química, técnico de indústria têxtil. Eu conheço casos no mercado de São Paulo, em que o técnico médio de indústria têxtil ganha três vezes o que eu pago por um engenheiro pelos vencimentos do serviço público.

Então, precisava-se dar aquela terminalidade. Aparece alguém e diz assim: "o Ministro está inventando uma terminalidade de segundo grau para evitar que os brasileiros cheguem ao ensino superior para servir os seus patrões americanos". De quanto é possível a rica e fértil imaginação dos sonhadores do ódio! Porque, se nós fizéssemos uma terminalidade e impedíssemos o prosseguimento vertical no sentido da universidade, muito bem. Mas, ao contrário, nós estamos dando uma formação ambivalente. O aluno, além de ganhar um grau de qualificação profissional que vai ser uma garantia para ele contra o infortúnio, ele também faz o seu vestibular querendo. Não se impede o vestibular. Mas é um tipo de crítica desgraçadamente difundido dentro de certas escolas. E, então, se fala que é o tipo do ensino da Reforma, que nós recebemos instruções como lacaios dos norte-americanos, e que tivemos instruções para

fazer isso. Essa leveza ou leviandade, como o gaúcho chama no sentido de leveza a leviandade, como eu chamo no sentido de falta de caráter.

Em seguida, nós mostraríamos, sem prejuízo dos padrões qualitativos, outro ponto que nos interessa aqui. Estamos prontos, senhor Presidente, para ser julgados em relação ao crescimento numérico das ofertas brasileiras que alguns têm dito que têm aparecido aqui neste País. Eu de vida pública tenho pouco: tenho nove anos. Mas tenho a minha vida toda neste País. E concluo que este País é feito, em grande parte, por muita gente que eu chamo de arrombadores de portas abertas. Enquanto as portas estão fechadas, nada diz. Quando aparece o primeiro para abrir a porta, aparecem legiões de arrombadores exigindo a abertura da porta que está sendo aberta.

Então aí aparece um caso para nós. Hoje nós estamos sendo acusados de falta de qualidade no ensino. Proponho-me debater o assunto, acelerar a Reforma da universidade, pós-graduação, manter o princípio da gratuidade e, notem bem, por favor, manter o princípio da gratuidade do ensino ulterior ao fundamental para todos os que sejam carentes ou tenham insuficiência de recursos. Significa que quem é pobre tem garantia da gratuidade de ensino a qualquer nível. Enquanto nós nos obrigamos na pesada carga que foi elevar de 7 para 11 e de 7 para 14 (antes eram 7 para 11, agora de 7 para 14) o ensino obrigatório. Se ele é obrigatório, é necessariamente gratuito. Então nós assumimos a responsabilidade da gratuidade dos 7 aos 14, e se esse estudante é carente de recursos, deve ter uma garantia de ir até ao nível superior.

Segundo aspecto, apenas para mostrar outra estratégia. Tratava-se de analfabetismo. Discutimos muito os números de analfabetos quando chegamos ao Ministério. Hoje, não há mais discussão porque há o recenseamento de 1970, que deixou perfeitamente claro o número de analfabetos adultos, e a UNESCO — está aqui o nosso eminente professor Flexa Ribeiro, que foi lá o Diretor de Educação da UNESCO para confirmar — só considera analfabeto a quem chega aos 13 anos sem sequer alfabetizar-se, porque perdeu a oportunidade de alfabetizar-se no sistema comum (na idade adequada).

Então, o que é que nós fizemos? Como nós sentimos que a fonte do analfabetismo era a criança sem escola, era a falta de escola, então a nossa estratégia, em vez de ser MOBREAL — toda a gente se engana pensando que nosso esforço é em MOBREAL — é aumentar o número de escolas e de vagas no ensino fundamental. Lá está: obrigatório e gratuito. E finalmente eliminar possivelmente no decorrer da década de 70 o analfabetismo de adolescentes e adultos com o esforço concentrado na faixa dos 15 aos 35 anos, que é o esforço mais produtivo. Aquele eliminado, senhores, deve ser entendido não como reduzido a zero. Nós reduzimos a dez e cinco por cento a taxa de analfabetos brasileiros maiores de quinze anos para cima; é um êxito estrondoso. Porque em 1940 nós tínhamos 56% da população adulta brasileira analfabeta. No recenseamento de 50, 51%, no recenseamento de 60, que é altamente duvidoso, 39%, e no recenseamento de 70, 33%. Se nós reduzimos de 33 para 5 ou 10, é

perfeitamente compatível com o moderno desenvolvimento brasileiro. Então ali é que se fala de eliminação. Houve quem veio muito açodado junto a mim e me disse: "Meu caro Senador, Ministro, quando é que V. Ex.<sup>a</sup> vai eliminar os analfabetos?" Eu digo: nunca, porque eu não pretendo ser genocida. Eu pretendo realmente reduzir a taxa de analfabetismo ao número razoável.

Daí, nós partimos para um processo. O MOBRAL que, como eu disse, tinha sido criado no Governo do Presidente Costa e Silva, com o Senador Tarso Dutra, o MOBRAL não pôde ser incrementado naquela ocasião. Dependeria em grande parte da sua grande fonte de receita, que seria a Loteria Esportiva, que só em 70 produziria a receita. Hoje, o MOBRAL tem duas fontes de receita: a Loteria Esportiva e 1% de imposto de renda das firmas que preferem pagar diretamente ao MOBRAL, em vez de pagar ao Tesouro. Então, isso dá hoje ao MOBRAL mais de duzentos milhões de cruzeiros no orçamento deste ano. Absolutamente tranqüilo quanto ao problema orçamentário.

Ora, nós tínhamos, entretanto, de partir para um processo de massificação. Não podia ser alfabetização de dez mil, cinco mil. Nós tínhamos que partir para uma alfabetização massificada. Aí eu tive uma pessoa, um eminente professor, que me disse isto: "Mas, Ministro, o Senhor vai correr um risco muito sério. Porque na hora em que massificar a alfabetização no Brasil, o senhor vai comunizar o Brasil". E, sentado a meu lado esse professor, disse eu: "Lastimo que estejamos sentados em posições trocadas. Que não esteja eu exatamente com o papel de ser o responsável pelo MOBRAL. Um papel que eu não vejo mais-fascinante no Brasil do que alfabetizar este País. Eliminar, isto sim, esta chaga que nos envergonha. Agora, a sua palavra me enseja uma conclusão. Quer dizer que, para manter o Brasil democrático, eu devo aumentar o número de analfabetos?" Ele disse: "Não disse tal", e não me permitiu concluir. Porque se a garantia da democratização estava no número de analfabetos, então eu deveria aumentar a garantia também.

Daí nós só vimos uma solução: massificar. Agora, massificar ordenadamente. Não tratarei deste problema em profundidade porque o eminente professor Mário Simonsen esteve na Câmara, pelo menos (não sei se no Senado também), fazendo uma completa exposição sobre o MOBRAL. Bom, daí nós partimos para esse projeto prioritário que eu vou mostrar aos Senhores, apenas para mostrar. Não vou falar sobre eles.

Naturalmente o projeto 12 pode dar motivo para debate, que é o plano de carreira de melhoria de remuneração do ensino fundamental dos professores. Assistência técnica, reformulação de currículos e carta escolar, que é um levantamento estatístico específico para a Educação. No ensino médio, a previsão é de professor em qualquer dos dois níveis. No ensino superior, universitário: equipamento, construção dos *campi* universitários, produtividade da universidade, pós-graduação, para dar aos senhores uma idéia de quanto o País evoluiu em cinco anos. Nós tínhamos

há cinco anos, em valor absoluto, menos pós-graduados, alunos de pós-graduação, do que a Argentina. Hoje nós temos 9 mil professores ou estudantes de pós-graduação matriculados nos diversos cursos *stricto sensu*. Não é o curso feito depois da graduação, é curso de mestrado e doutorado. Temos 9 mil; todo o resto da América Latina somada não atinge 9 mil.

## **PROJETOS NO SETOR DO ENSINO FUNDAMENTAL**

- 1 — Operação Escola
- 2 — Construção, Transformação e Equipamento dos Ginásios Polivalentes
- 3 — Aperfeiçoamento e Treinamento de Professores para o Ensino Fundamental e Normal
- 12 — Plano de Carreira e Melhoria de Remuneração do Magistério do Ensino Fundamental
- 27 — Programa de Assistência Técnica aos Estados, Territórios e Distrito Federal
- 23 — Reformulação de Currículos do Ensino Fundamental
- 29 — Carta Escolar

## **PROJETOS NO SETOR DO ENSINO MÉDIO**

- 4 — Treinamento e Aperfeiçoamento de Professores para o Ensino Médio
- 13 — Plano de Carreira e Melhoria de Remuneração do Magistério do Ensino Médio
- 14 — Construção, Transformação e Equipamento de Colégios Industriais, Agrícolas, Comerciais e Compreensivos e das Escolas-Fazendas
- 15 — Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra
- 16 — Integração Escola-Empresa-Governo
- 19 — Incentivo à Implantação das Carreiras de Curta Duração
- 29 — Carta Escolar

## **QUANTO AO DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA**

- 1 — Preparação do homem para o exercício consciente da cidadania, com fundamento nos princípios do idealismo que aprimoram o caráter e asseguram a prevalência dos valores espirituais e morais;
- 2 — Despeitar as vocações, desde o nível do ensino fundamental;
- 3 — Estimular a expansão dos sistemas de treinamento e retreinamento;
- 4 — Proporcionar terminalidade ao ensino de 2.º grau, visando à formação dos técnicos de nível médio;
- 5 — Expandir, sem prejuízo dos padrões qualitativos, a oferta do ensino superior, especialmente nas áreas das técnicas, da formação do magistério e das ciências da saúde;
- 6 — Acelerar a reforma da universidade;
- 7 — Instituir os centros regionais de pós-graduação;
- 8 — Manter o princípio de gratuidade do ensino ulterior ao fundamental para todos que sejam carentes ou tenham insuficiência de recursos, até que se institua um adequado sistema de bolsas para estudantes.

## **QUANTO AO ANALFABETISMO**

- 1 — Secar-lhe a fonte, através da universalização do ensino fundamental obrigatório e gratuito, na faixa dos 7 aos 14 anos de idade
- 2 — Eliminar, possivelmente, no decorrer da década de 1970, o analfabetismo de adolescentes e adultos, com o esforço concentrado na faixa dos 15 aos 35 anos de idade.

## NOVOS PROJETOS

34 - MELHORIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS PARA 1.º e

2.º GRAUS

35 - EDUCAÇÃO DO EXCEPCIONAL

36 - PROGRAMA NACIONAL DE TELEDUCAÇÃO

## PROJETOS DIVERSOS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

3 — Mecanismo de Financiamento da Educação e Cultura

20 — Implantação do Sistema Avançado de Tecnologias Educacionais

21 — Aperfeiçoamento do Sistema de Informações sobre Educação e  
Cultura

22 — Programa de Educação Física e Desportos

24 — Preservação do Patrimônio Histórico

25 — Programa de Incentivo à Difusão e à Criação, no âmbito de  
assuntos Culturais

5 — Programa Nacional de Alfabetização

6 — Programa Integrado de Assistência ao Educando

31 — Levantamento dos Distritos Geo-Educacionais

32 — Programa do Livro-Texto

## PRO TETOS NO SETOR DO ENSINO UNIVERSITÁRIO

- 8 — Programa de Equipamento dos Centros Avançados e outros Estabelecimentos do Ensino Superior
- 9 — Programa de Construção da 1.<sup>a</sup> Etapa dos Campi Universitários
- 10 — Operação Produtividade no Ensino Superior
- 11 — Implantação de Cursos de Pós-Graduação e de Centros Regionais de Pós-Graduação
- 14 — Programa de Implantação Progressiva do Tempo Integral no Magistério Superior
- 16 — Integração Escola—Empresa—Governo
- 18 — Programa de Integração das Universidades nas Comunidades
- 19 — Incentivo à Implantação das Carreiras de Curta Duração
- 30 — Universidade Aberta — Sistema de crédito para os diplomados

Tempo integral no magistério superior; integração escola-empresa-Governo; integração da comunidade na Universidade; Programa do CRUTAC, Rondon, Mauá, etc; carreira de curta duração e Universidade Aberta, à qual me referirei oportunamente.

No setor administrativo, apenas para mostrar realmente que tivemos que modificar um organismo pesado que não atendia, com a presteza necessária, a resposta que nós queríamos.

## PROJETOS NO SETOR ADMINISTRATIVO

- 26 — Reforma Administrativa, implantação de técnicas e sistemas — reformulação de estruturas e métodos
- 28 — Programa de Treinamento, Aperfeiçoamento e Enquadramento e formação de liderança do Pessoal do Ministério.

Agora vejamos os recursos de outro ponto polêmico das nossas apreciações. Aí está o projeto quanto ao orçamento federal. Esse documento me foi dado em 1970 pelo Ministério do Planejamento, que me confirmou, ainda recentemente, mas que está alterando agora para um quadro que abranja 71, 72 e 73 como estimativa. Então, eu me referia aos senhores que em 63 os dispêndios de Educação, colocados sobre a despesa orçamentária total, representavam 5,6% dos dispêndios globais. Com o Presidente Castello Branco nós chegamos em 65 a 9,2% e ao máximo a 9,8% em 66. Regredimos <a 8,5% em 67. Ainda estávamos regredindo a 65 em 68, porque em 68 era 9,2 contra 9,8. E apenas em 69 segundo os dados do Planejamento, nós passamos os 10% que até 67 a União era obrigada a aplicar e não aplicava. Nós mostraremos esses quadros sob outro aspecto.

PARTICIPAÇÃO DOS DISPÊNDIOS FEDERAIS  
EM EDUCAÇÃO NO TOTAL DE DESPESAS ORÇAMENTARIAS

ANOS	(A) DISPÊNDIOS "FEDERAIS E- DUCAÇÃO x	(B) DESPESAS ORÇAMENTA - RIA TOTALxx	<b>A/B</b> (%)
1963	73,2	1 301,0	5,6
1964	168,0	2 696,0	6,2
1965	389,0	4 211,0	9,2
1966	557,0	5 646,0	9,8
1967	633,5	7 422,0	8,5
1968	892,0	9 682,0	9,2
1969	1 292,0	11 455,0	11,3
1970	1 622,4	12 806,0	12,7

x INCLUSIVE RECURSOS EXTERNOS

xx EXCLUÍDAS AS VINCULAÇÕES •

FONTE : S O F / I P E A (C.N.R.H.)

Aqui estão os dispêndios públicos de Educação e valores constantes. Agora, esse me parece que nós podemos facilmente verificar. Valores constantes são balanços consolidados da União, dos Estados. Então temos valor constante de milhões em 70: nos quatro primeiros

**DISPÊNDIOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO**

**1960  
1971**

A N O	VALOR Cr\$ MILHÕES 1970
<p><b>1 960</b></p> <p>1961</p> <p>1962</p> <p>1963</p>	<p>1 92 1,9</p> <p>2 1 48,4</p> <p>2 47 1,0</p> <p>1 95 1,2</p>
<p><b>1960/1963</b></p>	<p><b>8 4 92,5</b></p>
<p><b>1 964</b></p> <p>1965</p> <p><b>1 966</b></p> <p>1 967</p>	<p>2 0 60,7</p> <p>3 2 90,3</p> <p>3 5 89,6</p> <p>4 0 95,0</p>
<p><b>1964/1967</b></p>	<p><b>13 035,5</b></p>
<p><b>1 968</b></p> <p>1 969</p> <p>1970</p> <p>197 1</p>	<p>4 3 56,4</p> <p>5 2 38,3</p> <p>5 7 80,2</p> <p>6 6 77,0 (est.)</p>
<p><b>1968/1971</b></p>	<p><b>22 051,9</b></p>

FONTE : C N R H

anos 8 bilhões, ou seja, trilhões antigos e 492 em 60-63. Nos quatro primeiros anos, a partir da Revolução, os 8 bilhões se transformam em 13, e nos quatro anos subsequentes, de 68 para cá, em 22. Há valores constantes; eu não estou dando números inflacionários. Então, é fora de dúvida que os dispêndios públicos aumentaram, e aumentaram quase que na base de quase três vezes aquilo que se aplicava no último quadrênio, antes da Revolução.

Agora, resta saber que papel os dispêndios federais desempenham nesses dispêndios públicos. Em regra, os dispêndios federais variam entre 1/5 e 1/4 dos dispêndios públicos. É outro grave equívoco que muita gente tem. Eu tenho menos para o Ministério da Educação e Cultura do Brasil do que o Secretário de Educação de São Paulo tem para São Paulo. Ele tem mais do que eu no orçamento paulista: cinquenta e tantos milhões.

Então, se nós somarmos a aplicação dos Estados, dos Municípios e as verbas a que me referi, salário-educação, Loteria Esportiva, etc, os senhores verificam quanto está aplicado aqui. Não incluo aí um dado do Ministro Delfim Netto. Não incluo porque não tenho como estimá-lo. Porque diz o Ministro Delfim Netto que esses não são os dados totais, porque se nós somássemos os aumentos dos dispêndios públicos com os privados, nós teríamos os gastos globais, e nos dispêndios privados pergunta-me ele: "Você, por exemplo, que tem um filho na escola, você não depende de seu salário, de seu orçamento, dinheiro? Os que pagam por seus filhos na escola não despendem dinheiro com Educação? Esse dinheiro não está sendo computado".

Mas eu ficarei apenas nos dispêndios públicos e nos dispêndios privados que são computados por nós como despesas das escolas particulares existentes e reconhecidas.

Agora, eu tenho, com relação ao Produto Interno Bruto: 2,6 em 63 caiu para 2,3; em 64, chegou ao menor valor do Produto Interno Bruto, 2,2. Daí para diante, 3,2, 3,4, 3,7, 3,5, 3,8 e 3,8, onde praticamente se estabilizou. É aí que entra o argumento do Ministro Delfim Netto de que esse 3,8 é menos do que a realidade. Porque há despesas de orçamento pessoal que não estão sendo computadas. Prestem os senhores, por favor, atenção, só no último resultado, que está aí, de 70, qual é o valor global de dispêndios públicos: 5 bilhões é o primeiro quadro; 5 bilhões e 700. Verifiquem agora o que entra como dispêndio federal. Então, estão aqui os recursos públicos federais aplicados: 1 bilhão e 490 milhões; os estaduais: 3 bilhões e 690; os municipais: 610, no total de 5 bilhões e 700. Nós entramos com um bilhão e quatrocentos. Então, isso significa entre 1/4 e 1/5 do total de dispêndios exercidos na Educação. É natural que, desde tempos imemoriais, a escola primária e a escola secundária estiveram afetas aos sistemas estaduais. E o sistema federal tem a seu cargo mais algumas áreas de ensino médio e algumas áreas de ensino superior, onde perdemos hoje, a cada dia, a maioria. Hoje, do total de 832 mil estudantes de grau superior, nós temos mais de 55% provenientes de escolas particulares pagas, o que mostra logo uma dico-

BRASIL - RECURSOS APLICADOS EM EDUCAÇÃO E PRODUTO INTERNO BRUTO 1960/1970 (*)						
A N O	RECURSOS APLICADOS EM EDUCAÇÃO				PRODUTO INTERNO BRUTO	RECURSOS EM % DO P.I.B.
	PÚBLICOS	PRIVADOS	EXTERNOS	TOTAL		
1960	1.921.891	415.100	4.000	2.340.991	95.604.800	2,4
1961	2.148.430	429.700	14.000	2.593.080	102.587.000	2,5
1962	2.471.055	454.700	4.700	2.930.355	110.203.800	2,6
1963	1.951.293	461.000	247.200	2.659.493	113.560.300	2,3
1964	2.060.728	468.000	20.800	2.549.528	115.205.800	2,2
1965	3.290.260	477.100	19.800	3.787.160	117.337.700	3,2
1966	3.589.556	481.000	104.200	4.174.756	124.156.400	3,4
1967	4.095.025	507.800	114.300	4.717.125	128.673.500	3,7
1968	4.356.419	501.000	121.000	4.978.419	143.842.100	3,5
1969	5.238.327	560.500	180.000	5.978.827	158.017.800	3,8
1970	5.780.200	578.000	181.000	6.539.200	172.239.400	3,8

FONTE : CENTRO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS

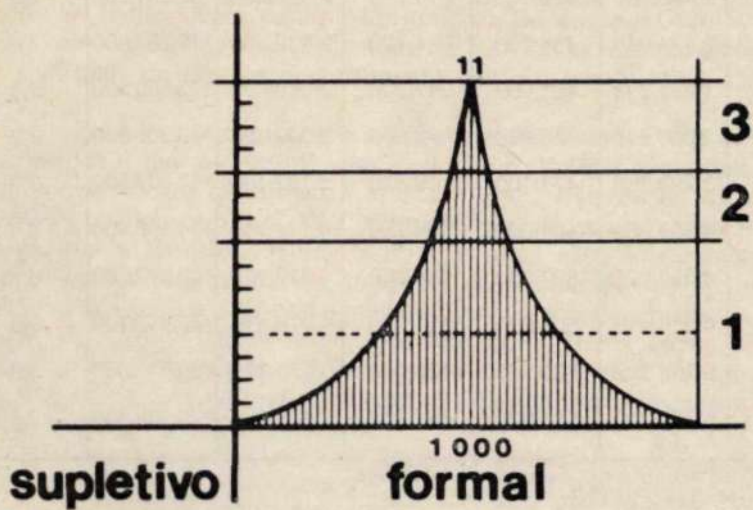
(\*) Cr\$ 1.000,00 DE 1970

tomia no Brasil: o aluno que paga e que pode estudar na universidade e o aluno que não paga porque está na universidade gratuita.

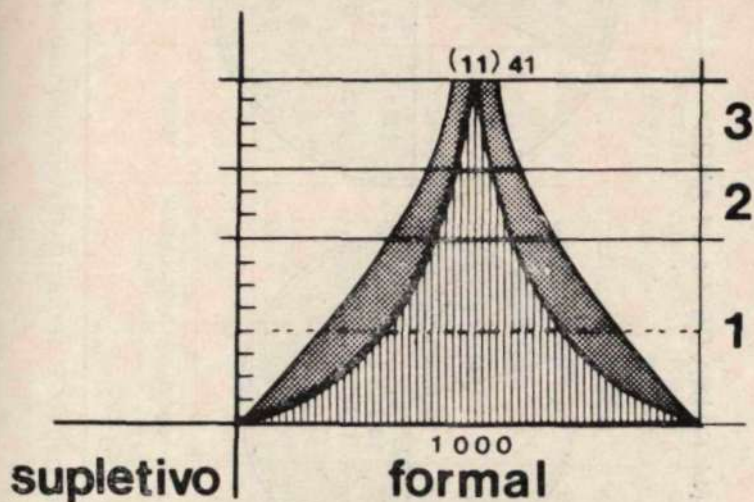
Por outro lado, eu posso afirmar aqui, e demonstrarei na hora, se for oportuno, que o MEC atingiu uma posição muito salutar. Aqui está, inclusive, meu eminente Deputado Aderbal Jurema, um dos que eu reconheço como perito no problema do orçamento, e aqui estão pessoas ligadas ao orçamento, eu afirmo, para depois comprovar com os dados de que disponho, baseado sobretudo nas fontes do Senado que me transmitiu o Senador João Calmon. O Ministério da Educação é o primeiro ou o segundo Ministério, na maioria das vezes o primeiro dos Ministérios, nas dotações orçamentárias do Poder Executivo.

Quero agora a projeção dos slides. Vamos ver as evoluções como se fizeram. Então, aqui nós construímos a Escola de oito anos. A base que foi alargada se deve ao esforço de democratização do Ensino Médio, já de 64 a 69, e em seguida nós vamos ver como essa base vai crescer para o ensino superior. Notem que, em vez de onze, nós já temos ali 41 concluintes de grau superior e eu vou mostrar um quadro que mostre exatamente a evolução dinâmica entre 52, 62 e 73. Primeiro, o cresci-

# SISTEMA EDUCACIONAL

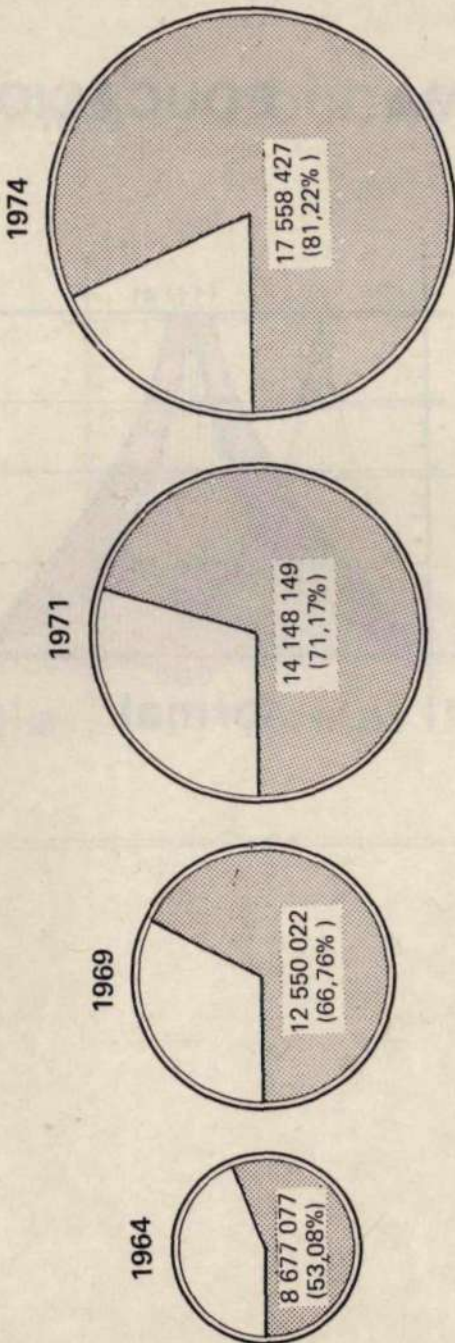


# SISTEMA EDUCACIONAL



# ENSINO DE 1º GRAU

## MATRÍCULA E TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO NA FAIXA DE 7 A 14 ANOS



FONTE :  
1964 — CENSO ESCOLAR  
1969-1971 — SEEC  
1974 — PROJEÇÃO

BRASIL - RECURSOS APLICADOS EM EDUCAÇÃO E PRODUTO INTERNO BRUTO 1960/1970 (\* )

A N O	RECURSOS APLICADOS EM EDUCAÇÃO							TOTAL	PRODUTO INTERNO BRUTO	RECURSOS EM % DO P.I.B.
	RECURSOS PÚBLICOS			TOTAL	PRIVADOS		EXTERNOS			
	FEDERAIS	ESTADUAIS	MUNICIPAIS							
1960	677 270	1 097 301	147 320	1 921 891	415 100	4 000	2 340 991	95 604 800	2,4	
1961	721 966	1 277 448	149 066	2 148 480	429 700	14 900	2 593 080	102 587 000	2,5	
1962	309 327	1 463 298	135 430	2 471 055	454 700	4 700	2 930 355	110 203 900	2,6	
1963	696 787	1 167 626	86 880	1 951 293	461 000	247 200	2 659 433	113 560 300	2,3	
1964	837 146	1 087 428	136 154	2 060 728	468 000	20 800	2 549 528	115 205 800	2,2	
1965	1 239 212	1 839 506	211 542	3 290 260	477 100	19 800	3 787 160	117 337 700	3,2	
1966	1 292 364	2 028 876	268 316	3 589 556	481 000	104 200	4 174 756	124 156 400	3,4	
1967	1 323 921	2 406 191	364 913	4 095 025	507 800	114 300	4 717 125	128 673 500	3,7	
1968	1 202 061	2 674 652	479 706	4 356 419	501 000	121 000	4 978 419	143 842 100	3,5	
1969	1 396 200	3 322 717	519 410	5 238 327	560 500	180 000	5 978 827	158 017 800	3,8	
1970	1 490 000	3 690 000	610 200	5 780 200	578 000	181 000	6 539 200	172 239 400	3,8	

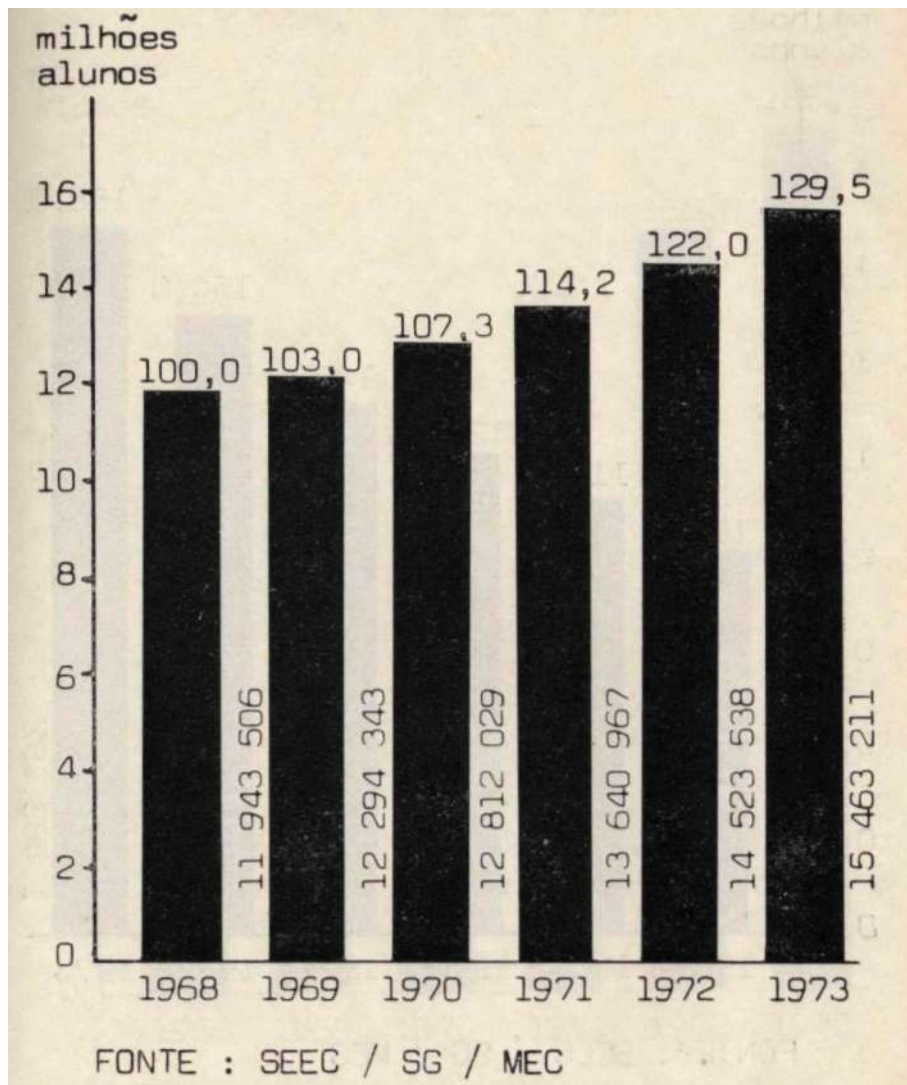
FONTES - CENTRO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS

(\*) C/\$ 1.000,00 DE 1970

mento da escolarização a que me referi: 53% em 64, dos 7 anos 14 anos; atingimos 66% em 69; em 71, 71%, e a meta que era para ser atingida em 74 estará sendo atingida ao fim deste ano, com 81% de escolarização dos 7 aos 14 anos. Temos as fontes todas citadas, inclusive o censo escolar. Vamos ao outro quadro. Nesse outro, sim, já temos uma pirâmide. Aí está uma pirâmide para cada mil que ingressaram em 1962; nós estamos com 63 ingressando no ensino superior. Mas a perda do ensino superior é relativamente pequena, comparada com os outros graus; nós admitimos que estamos com conclusões de 55 naquele ponto. Ora, isso é 73, este quadro foi preparado para 70, então 11 em 64, 71 em 70, 55 em 73. Lembrem-se de que eu disse 200. O melhor resultado dos Estados Unidos representa 20% de rendimento, seguido da União Soviética e da França com um pouco mais de 100; no Brasil, com 55, num saldo de 4 anos, me parece alguma coisa realmente admirável. Vejamos a evolução do nosso alunato em consequência daquelas aplicações de dispêndios. Então aqui está o primeiro. As quatro primeiras séries que eram antigo primário e agora com quatro primeiras séries do fundamental. Mostre agora 100, que é em 68; esse índice está agora em 129,5 em 73, com alunato superior a 15 milhões de estudantes. Quatro séries seguintes: agora o crescimento da oferta foi muito maior, porque nós tínhamos a necessidade de ampliar, como eu disse, a criação do ginásio; os egressos estão surgindo. Então, agora, o índice 6 se transforma em 156 no mesmo período de 68 a 73. Então, 86% de aumento nesse período entre 68 e 73 com quase 4,5 milhões de estudantes. Então, com mais de 15 — já estamos acima de 20 milhões de estudantes, só na escola de primeiro grau. No segundo grau, nós estamos no índice 100, crescemos 85% também e chegamos a 1.000.483 em 73. É a única meta estabelecida no plano de desenvolvimento do Governo que o Ministério não atingiu. O Ministério deveria ter atingido acima de 1 milhão e meio, atingindo 2 milhões e pouco no ano seguinte. Então aqui está o ensino médio, matrícula inicial no Brasil de 68 a 73. E agora, por favor, analisem o ensino superior. 68 — Eu tomei de 68 porque não dava nem para comparar 63 a 68. Basta dizer aos Senhores que em 63 o Brasil tinha 123.900 estudantes em todos os cursos, o que dava aqueles 132 para cada 100 mil habitantes. Agora nós estamos com 836.469 estudantes. Qual é a relação hoje entre estudantes de grau superior em cada 100 mil habitantes? Mais de 830 estudantes brasileiros estão no grau superior para cada 100 mil habitantes, pois acabamos de fazer 100 milhões de população. (Isto é extremamente fácil de concluir.) Saltamos de 132 para 830. Começamos a disputar o 3.º lugar na América Latina. Nós que estávamos quase no antepenúltimo. Agora por favor, notem o crescimento de um ano para o outro. Em 300 significa que nós tivemos sobre a base 200% de aumento nesse período em um, dois, três, quatro, cinco, seis anos. Portanto, em seis anos, 200% de aumento, nós tivemos uma média anual de crescimento no ensino superior de 30%. Eu gostaria de ver, meu caro Deputado Flexa Ribeiro, nos anais da UNESCO, nos documentos da UNESCO, um crescimento tamanho e tão vertiginoso como o nosso. E, desgraçadamente, ouço a oposição dizer: o Governo

CRESCIMENTO MATRÍCULA - ENSINO 1º GRAU  
( 4 PRIMEIRAS SÉRIES )

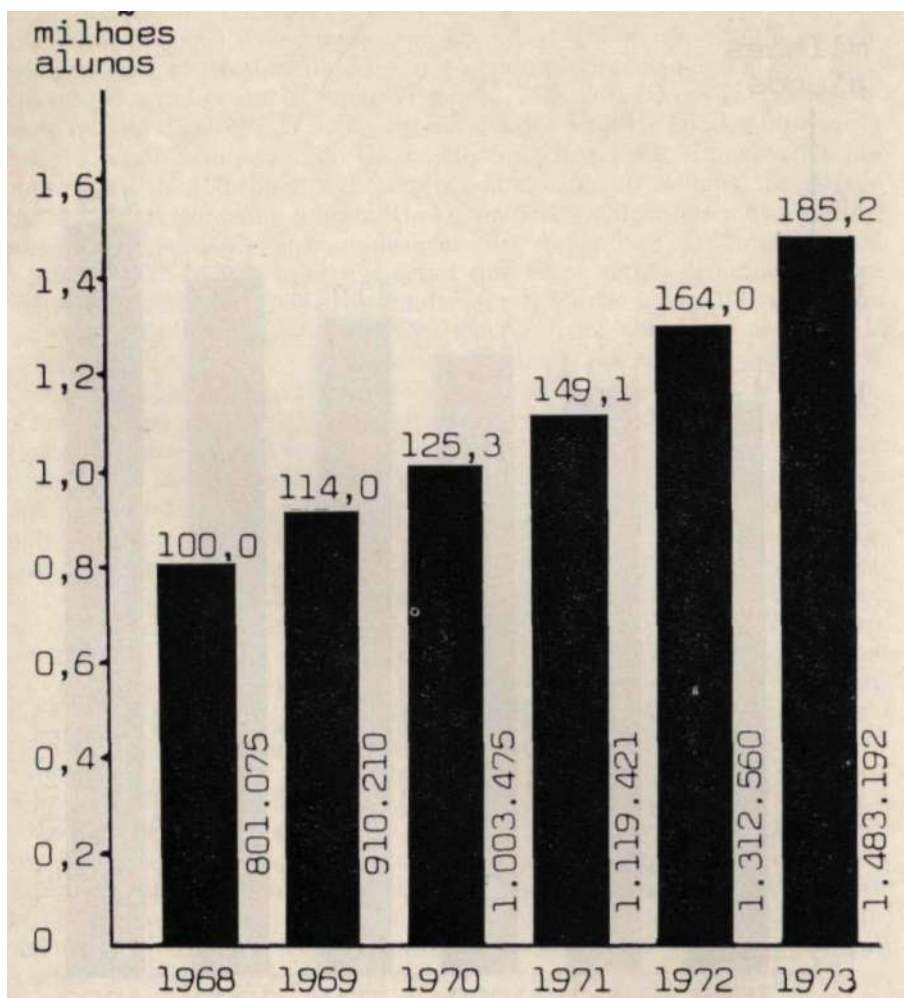
BRASIL - 1968 / 73



CRESCIMENTO MATRÍCULA - ENSINO 2º GRAU

MATRÍCULA INICIAL

BRASIL - 1968 / 73

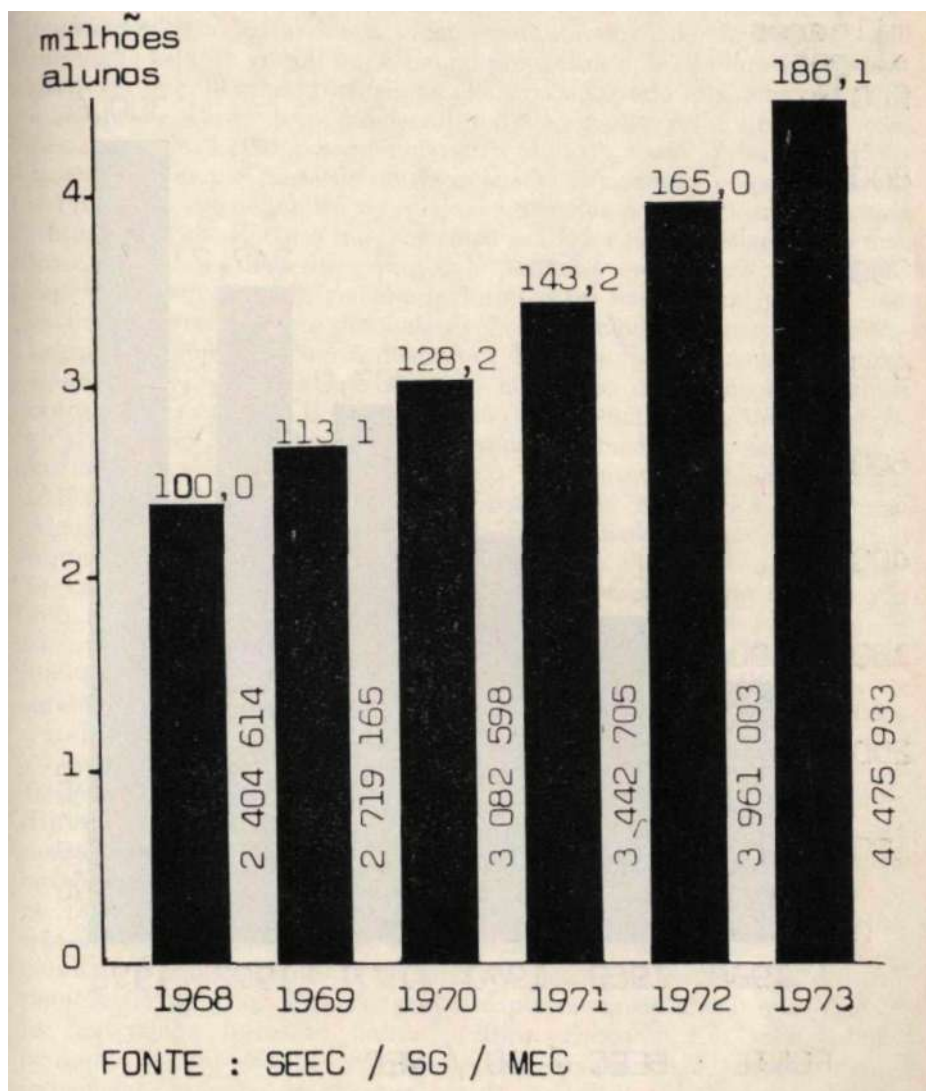


FONTE : SEEC / SG / MEC

CRESCIMENTO MATRÍCULA - ENSINO 1º GRAU

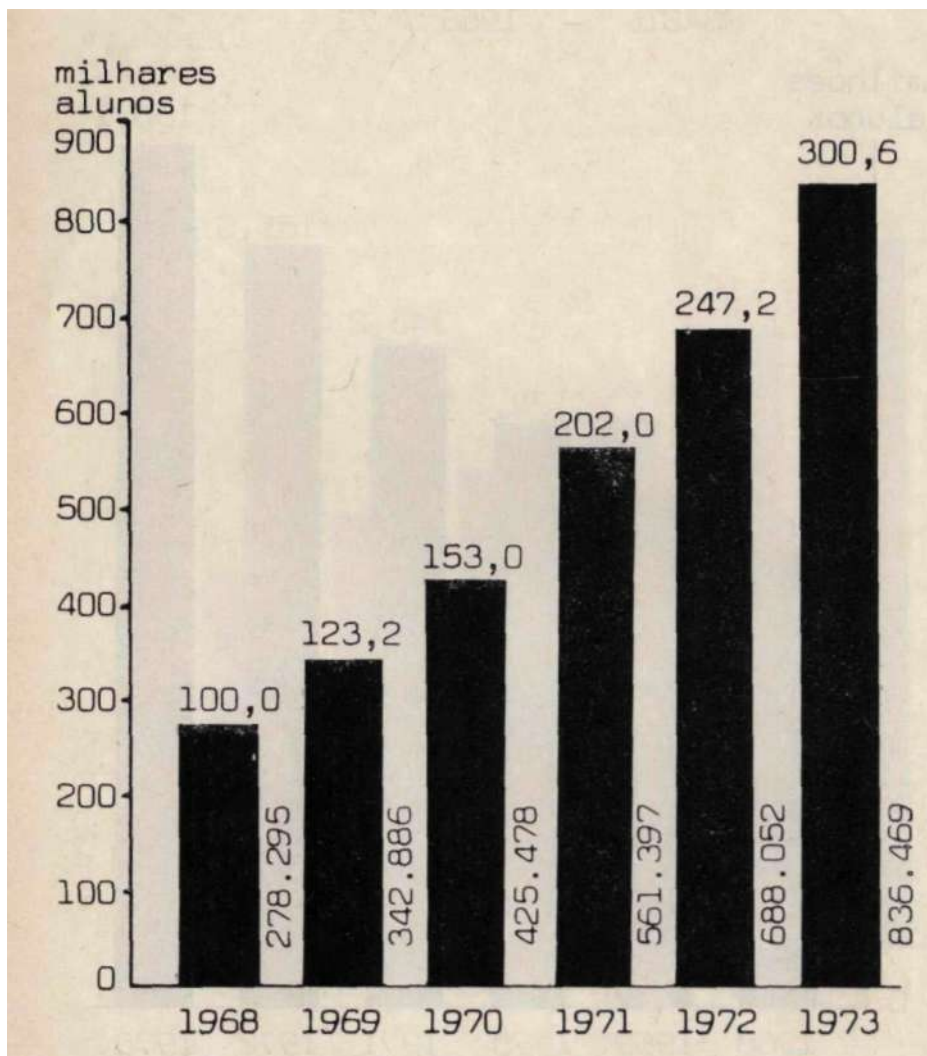
( 4 ÚLTIMAS SÉRIES )

BRASIL - 1968 / 73



# CRESCIMENTO MATRÍCULA - ENSINO SUPERIOR

BRASIL - 1968 / 73



FONTE : SEEC / SG / MEC

oferece uma migalha de vagas novas para os estudantes. Aí estão as migalhas. Em seguida, eu gostaria de ainda explorar aquele quadro final porque vou falar sobre o Supletivo. Senhor Presidente, então, agora, outro ponto a que a Lei 5.692 deu *status*, deu dignidade, é o Supletivo. O Supletivo era apenas o Supletivo chamado de Madureza de primário e Madureza de secundário. Quando cheguei ao Ministério da Educação encontrei um inquérito; não, fizemos um inquérito. Encontrei uma revista, *Realidade*, que publicava a história de um jornalista que se matriculou num curso numa cidade paulista do Vale do Paraíba, deu um nome suposto, pagou um cursinho preparatório de Madureza, pois eles disseram que, pagando o cursinho, ele seria aprovado qualquer que fosse a sua prova. Errou deliberadamente todas as provas, foi aprovado e recebeu o canudo. Então, posso eu acusar o Ministro Tarso Dutra e os Ministros anteriores por causa de um fato desses? É a mesma coisa que acusar o Presidente da República ou qualquer Senador pelos ilícitos penais que existem no País. Então o que nos cabia era fazer uma legislação que tentasse controlar e impedir a prova. E partimos, então, para uma codificação de Madureza, obrigando-a inclusive a ser feita em colégios oficiais, exclusivamente. Isso cria problemas com os pretendentes, mas cria garantias para a própria Nação. Encontramos diplomas falsos, quantos diplomas falsos nós encontramos que não seja no campo da Educação! Quantos outros existem por aí! E partimos então para o Supletivo. Além de corrigir o processo de Madureza por determinadas medidas de sanções, verificamos que era preciso fazer o Projeto Minerva com a Educação radiofônica. Aproveitamos o modelo colombiano; nós não somos orgulhosos. Alguém disse também no meio desta catarata ideológica que a nossa Reforma era americana; outro radical de direita disse que a minha reforma era reforma soviética, porque exigia a terminalidade de segundo grau, e eu então me lembrei que a Casa me permite essa história do meu amigo professor Valnir Chagas, que foi um dos responsáveis pela Reforma e que fica um pouco gago quando fica nervoso. E quando um estudante me disse: "Mas a sua Reforma, a Reforma do Ministério, é igual à Reforma americana", eu disse que era de fato porque eles lá têm escolas e nós aqui temos escolas, eles lá têm professor, nós aqui temos professor, eles lá têm aluno, nós aqui temos aluno, logo é uma cópia. (Risos.) Então, a partir daí nós temos a desmoralização do tipo da acusação odienta. Outros me disseram: "O senhor está usando o sistema soviético de formação profissionalizante". Mas como o soviético, senhores, eu preciso é de profissionalizar, porque a indústria brasileira cresce há não sei quantos anos, aí a 11%, a pressão do mercado sobre o setor secundário é enorme, e nós preparamos os generais e esquecemos da preparação do sargento. Essa imagem fica por conta do elogio que V. Ex.<sup>a</sup> fez da minha formação militar. (Risos. Palmas!) Em seguida, nós pensamos no processo da televisão educativa, usando a televisão como instrumento também de engajamento dos estudantes. E tenho a alegria, Sr. Presidente, de declarar — não vou dizer em primeira mão, porque os jornais já publicaram — que o projeto João da Silva significou sim-

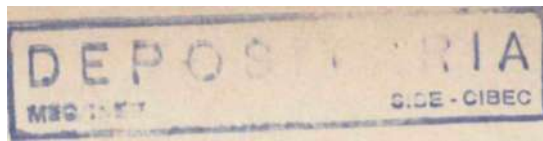
plesmente uma novela, nós achamos que tínhamos que entrar naquele chamado binômio novela—novelo; a pessoa fica em casa fazendo novelo e vendo novela. Então, a partir daí, nós entrávamos no binômio, e tentávamos jogar uma novela que trouxesse benefício às pessoas que não tinham tido a oportunidade de cumprir seus cursos. Nós temos uma frase neste Ministério, senhor Presidente, nós achamos que os brasileiros somos todos hoje "proustianos"; todos nós estamos à busca do tempo perdido; todos nós temos que voltar à escola e concluir essa escola. Eu vi comovedora demonstração de um Prefeito lá da minha terra e da área ali do Deputado Américo Brasil que se inscreveu no Projeto Minerva para o primário, o chamado primário dinâmico, e ficou apenas envergonhado de cursar junto com seus munícipes no radioposto. Então ele ouvia em casa, ouvia em casa, acompanhou, e, quando chegou a hora da prova, foi à Secretaria de Educação, fez as provas e tirou um dos melhores lugares; depois, honradamente veio buscar o seu diploma.

Em seguida, partimos para o Minerva de segundo grau; segundo grau, no caso, não é segundo, é segundo estágio Minerva, ainda dentro do primeiro grau no antigo ginásio. E, pensando na matéria didática, devo confessar a V. Ex.<sup>a</sup> que faço um apelo, sem distinção de qualquer partido ou convicções: quem quiser nos auxiliar na descoberta de matéria didática que nos faça; nós procuramos alemães, procuramos franceses, procuramos americanos, procuramos ingleses, procuramos ler toda documentação, inclusive da área socialista, para a descoberta de matéria didática que fosse aplicada aos problemas brasileiros.

A nossa primeira tentativa foi o projeto João da Silva: este é um projeto apresentado em uma série de capítulos, e que um estudante vindo do Nordeste já achou não ficar bem, pois eu estaria criticando o Nordeste, quando, na verdade, se trata de um fato social, irrecusável. Esse homem, João da Silva, acaba fazendo seu curso com todas as dificuldades; é o que prova a história. É uma história realmente comovedora, com um tom não de *Love Story*, porque não morre ninguém, graças a Deus, mas um tom que mostra uma sensibilidade humana. E agora o grande júri de Tóquio acaba de conferir ao projeto João da Silva o 1.º prêmio.

Estamos, agora, no campo do supletivo, não só dignificando o supletivo como tentando levar às populações que não tiveram oportunidade de estudar a chance que estão buscando e, mais adiante, estamos pensando em completar essa curva e chegar com a universidade aberta até o grau superior, oferecendo, sobretudo aos professores que estão no interior e não tiveram a possibilidade de concluir o seu curso de escola normal, oportunidade de freqüentar uma universidade. Neste caso, ela não seria tão aberta como a inglesa, que matricula com 21 anos de idade, sem qualquer documento de escolaridade prévia; por isso dissemos que a nossa não é bem aberta, é entreaberta, porque aceitamos a matrícula, mas com grau secundário completo, o segundo grau completo.

Aí está, Sr. Presidente, a síntese do panorama global de nosso esforço. Como viu V. Ex.<sup>a</sup>, não pude falar num de seus assuntos prediletos, naquele que marca figura de V. Ex.<sup>a</sup> como inolvidável no quadro do Mi-



nistério da Educação e Cultura do Brasil, que é o aspecto cultural, uma das minhas sinceras invejas de V. Ex.<sup>a</sup>, uma inveja para a qual eu peço a sua benevolência, mas uma inveja que funciona menos como despeito, pois não há nenhum, do que como emulação.

Mas, ainda aí no campo de ação cultural, nós teremos alguma coisa a dizer. Em consequência, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que aceite que as minhas palavras de encerramento desta parte sejam para dizer a todos que não vim fazer uma exposição de natureza pessoal. Tudo que está feito aqui tem um comando central, uma diretriz que foi sempre aprovada no momento oportuno pelo Presidente da República, e uma equipe que constituímos a duras penas, porque nós sabemos o quanto se pagava mal — digo pagava, aqui, numa posição intermediária do servidor público, que se começa a pagar melhor num determinado segmento — ao servidor público, mas nossa equipe foi constituída somando muitos doadores, inclusive seu Presidente, porque a mudança do Rio para Brasília dificultou o engajamento deste pessoal, por isso sabemos que estamos falando em nome de uma equipe disposta a ser julgada não pela palavra de nossos companheiros de partido, e nem mesmo pela palavra de nossos congressistas, neste caso, meus colegas, como congressistas, mas da oposição, porque nós estamos preparados, Sr. Presidente, para sermos julgados pela História. (*Prolongadas palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Gustavo Capanema)** — Antes de encerrar a primeira parte de nossos trabalhos, hoje, eu peço ao meu colega da Câmara dos Deputados, Deputado Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Educação e Cultura daquela Casa do Congresso, que diga algumas palavras de encerramento desta conferência que acata de pronunciar o Min. Jarbas Passarinho. Antes que S. Ex.<sup>a</sup> inicie estas palavras finais, seja-me permitido agradecer ao Ministro Jarbas Passarinho, que mostrou, na sua conferência, os esforços admiráveis que está realizando para modernizar o sistema educacional brasileiro, para ampliar a Educação do nosso País, sem prejuízo de sua permanente qualificação. Antes destas palavras que vai dizer o Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara, quero dizer uma palavra de agradecimento pessoal ao Ministro Passarinho pelas desmerecidas palavras que ele mais uma vez pronunciou a meu respeito. Na verdade, quando S. Ex.<sup>a</sup> foi nomeado Ministro da Educação, eu pretendia mandar-lhe, logo depois da sua posse, um telegrama de congratulações, porque eu era admirador de sua obra no Ministério do Trabalho. Era seu amigo e colega do Senado, e estava esperando a hora de lhe mandar um telegrama de congratulações na hora da posse do Ministro da Educação. Qaul não foi a minha surpresa quando fui eu que recebi o telegrama. Ele me mandara um telegrama que me pôs de tal modo perturbado que até hoje eu me recordo do quanto foi comovente, na minha casa, aquele telegrama. Um telegrama que mostrei ao meu colega da Câmara dos Deputados, o Deputado Raymundo Padilha, que oi leu e disse: está escrito na língua da **Ilíada**. De modo que era um canto de amizade, amizade já não digo, porque naquela ocasião

as nossas relações eram ainda um pouco cerimoniais. Mas era de uma fervorosa admiração que me enchia de orgulho, e guardei o documento como um dos mais importantes do meu arquivo. V. Ex.<sup>a</sup> receba de publico o meu mais fervoroso agradecimento. E a admiração pela sua obra notável de modernização e ampliação, de qualificação, de enriquecimento, no sentido material, no sentido quantitativo, mas também de aperfeiçoamento, no sentido qualificativo, no sentido profissional que deve ter a Educação. V. Ex.<sup>a</sup> merece os maiores parabéns por essa obra gigantesca que está fazendo.

Então, passaremos, agora, ao meu colega da Câmara dos Deputados, que, também como Presidente desta Casa e desta Sessão, dirá as palavras da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO FLEXA RIBEIRO - Sr. Ministro, Sr. Senador Gustavo Capanema, ilustres membros da Mesa, Srs. Senadores e Deputados. autoridades presentes, as minhas palavras, na realidade, são breves e, no momento em que estamos encerrando a primeira parte da reunião conjunta projetada entre as duas Comissões de Educação e Cultura do Senado e da Câmara, tenho a impressão de que posso dizer que os seus objetivos precípuos foram todos alcançados. Acabamos de ouvir do Ministro Jarbas Passarinho uma síntese extraordinariamente bem feita dos mais relevantes aspectos de uma tarefa extremamente complexa e vasta como o é a gestão dos problemas educacionais num grande País no mundo de hoje. E, repito, neste século, um dos pontos centrais da crise do crescimento da nacionalidade está no programa da Educação, a transformação da sociedade a pedir e >a exigir da escola produtos cada vez mais acabados c cada vez mais variados, quando, na verdade, a sociedade nem sempre, no passado, deu à escola os recursos e meios necessários para que ela se habilitasse para enfrentar a sociedade nobre, surgente, que estava se projetando.

A tarefa é imensa, a crise mundial da Educação aí está. Mas há, por outro lado, hoje, felizmente, uma consciência generalizada de que os recursos destinados à Educação são os recursos mais produtivos para a sociedade. É verdade que eles nem sempre, ou quase nunca, são colhidos pela própria geração que os promove. São recursos que se tornam reprodutivos a longo alcance.

Já se disse uma vez, que, neste mundo, há um século e meio o homem não faz senão buscar a maior, e cada vez maior, velocidade, fazendo viagens, que antigamente levavam quarenta dias, em 10 horas; conseguiu-se tudo, mas não se conseguiu, em matéria de velocidade, fazer, por exemplo, com que um jovem chegue a uma idade de 18 anos em tempo menor que 18 anos. Esse é o problema da Educação. O homem não está crescendo com a velocidade, cada vez maior, com que os aviões estão se aperfeiçoando. E os problemas da Educação são, por isso, muito complexos e difíceis.

O Brasil está num conjunto de atividades transformadoras, tendo na tarefa educacional o seu maior ponto de preparo da nacionalidade fu-

tura. A síntese admirável que acaba de nos fazer o Ministro Jarbas Passarinho não podia, evidentemente, entrar nos menores detalhes e, para isso, ele agora se dispõe, em uma outra fase de nossa reunião, a entrar em debates com os parlamentares, particularmente com os membros das Comissões de Educação e Cultura das duas Casas do Congresso para atender às partes que, porventura, não tenham sido ventiladas na exposição que ele acaba de fazer.

Mas como Presidente da Comissão de Educação e Cultura, e tendo a certeza de que estou interpretando o pensamento do Senador Gustavo Capanema, Presidente da Comissão de Educação e Cultura do Senado, considero que os nossos objetivos planejados tão arduamente, tão empenhadamente, para que esse nosso Congresso se torne cada vez mais esse grande fórum de debates, estão plenamente alcançados nessa parte expositiva que acaba de nos fazer o Senhor Ministro. Podemos, portanto, dizer que as duas Comissões alcançaram a sua finalidade.

A parte dos debates é evidente que só poderá vir a enriquecer mais ainda, com proveito geral, a matéria que, tendo sido amplamente tratada, pode ser ainda objeto de estudos, revisão, reexame, ou indagação de natureza minuciosa.

Creio, Sr. Presidente, Gustavo Capanema, que eram essas as palavras que o Presidente da Comissão de Educação e Cultura devia aqui pronunciar para se regozijar com V. Ex.<sup>a</sup> pelo êxito que já temos alcançado com essa conferência aqui realizada. Muito obrigado. (*Prolongados aplausos.*)

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Capanema) - Está encerrada a primeira parte da conferência, que é propriamente a conferência. Portanto, aquelas pessoas que desejarem retirar-se, por qualquer motivo, não tenham constrangimento em fazê-lo, porque daqui por diante estamos a um segundo da segunda fase do programa desta manhã, que é a interpeleção. É como se estivéssemos no plenário da Câmara dos Deputados.

Dando início a esta segunda parte, Sr. Ministro, eu devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que são doze os inscritos, e direi aos interpelantes que será de 5 minutos o prazo para as perguntas. Cada interpeleção poderá envolver uma, duas ou três perguntas, no máximo. Não vamos repetir, aqui, hoje, aquilo que é comum nas interpeleções de Ministros na Câmara e no Senado. A lista de 10 e 20 perguntas de cada interpelante. De modo que a interpeleção será feita em 5 minutos, é o que peço. Outra coisa mais: eu terei de fazer por ordem de inscrição, mas vou fazer uma modificação nesta ordem de inscrição, que creio ser indispensável; é que há arenistas em grande número e alguns do MDB que nem sempre se inscreveram logo. Então, eu vou alternar: um arenista com um emedebista. até que as coisas se equilibrem, e depois então continuaremos com os arenistas, só.

Então, tem a palavra...

**O SR. DEPUTADO FÁBIO FONSECA** (Para uma questão de ordem.) — O Senhor não acha que fica uma desigualdade e uma desproporção muito grandes, não?

**O SR. PRESIDENTE (Gustavo Capanema)** - Acho que sim, mas como arenista eu acho que essa desigualdade será a nosso favor.

**O SR. DEPUTADO FÁBIO FONSECA** - À inteligência e ao sistema pedesista mineiro. (Risos.)

**O SR. PRESIDENTE (Gustavo Capanema)** - Como arenista, eu acho que vale a pena equilibrar esta força, pelo menos aqui. Tem a palavra o 1.º interpelante, o Sr. Senador João Calmon.

**O SR. SENADOR JOÃO CALMON** - Eu me sinto dominado por uma certa perplexidade em relação ao tratamento que devo dispensar a V. Ex.ª: Ministro, Senador, o meu irmão, meu irmão de lutas antes da Revolução e depois da Revolução, em momentos de extremo perigo para mim. O irmão de sonhos, inclusive de um sonho que até hoje não foi realizado: o sonho de se considerar a Educação a prioridade *um*, na hora da elaboração de qualquer orçamento público, seja federal, seja estadual ou seja municipal.

Há cerca de quatro meses, como Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura do Senado, pedi ao Centro de Processamento de Dados da Câmara Alta e à Assessoria Legislativa do Senado para fazerem um levantamento dos dispêndios com Educação, desde 1960. inclusive, para não dar nenhuma conotação, antes ou depois da Revolução.

Quando esses dados chegaram às minhas mãos, eu confesso que fiquei traumatizado. Esses dados indicavam que o percentual do Ministério da Educação, em relação ao orçamento geral da União, desabara de 11,3 para 5,4, sendo que, em 1973, o percentual baixara para 4,38 por cento do orçamento geral da União.

Eu pertenço orgulhosamente aos quadros da Revolução e do seu Partido — Aliança Renovadora Nacional.

Acima de tudo, entretanto, eu tenho um dever de ficar em paz com a minha consciência de cidadão. Como eu pertenço à ARENA e aos quadros da Revolução, encaminhei os dados ao meu irmão, ao Ministro, ao Senador Jarbas Gonçalves Passarinho.

Em numerosas palestras por este País todo, sem ter de me ater às boas normas regimentais e **protocolares**, costumo dizer que o Ministro Jarbas Passarinho é o homem que tem coragem até de mamar em onça. Ele não recua diante do que lhe pareça ser o seu dever de cidadão, de Ministro ou de Senador.

O Ministro Jarbas Passarinho imediatamente encaminhou esses quadros ao Ministério do Planejamento, que é o Ministério adequado para dar estas explicações, porque o Ministério do Planejamento é encarre-

gado da elaboração do orçamento. Se eu não tivesse contado com a colaboração decisiva do Ministro Jarbas Passarinho, eu hoje não estaria de posse desses dados que vou submeter à apreciação do Ministro da Educação.

Devo declarar, ainda, que o Ministro da Educação não é responsável pela locação de recursos para a Educação, e nesse ponto reside uma grave debilidade do nosso País. Só resolveremos o problema da Educação quando imitarmos o exemplo do México, que, quando lançou uma Cruzada de Educação, atribuiu ao Ministro da Educação o direito de vetar qualquer projeto público, federal, estadual ou municipal que desrespeitasse a *prioridade* um que deveria ser dada à Educação.

O Ministro da Educação não tem nada a ver com as verbas, ou tem pouca coisa a ver com as verbas do orçamento. Mas recebi os dados que não representam nenhuma condenação ao Governo Federal, que nós estamos analisando, neste momento: é o comportamento da sociedade brasileira em face do problema da Educação. Não é o comportamento do Governo Federal ou do Governo Estadual ou do Governo Municipal. E o comportamento da sociedade num país cujo Presidente, cujo grande Presidente, General Emílio Garrastazu Medici, afirmou: *chegou a hora de fazermos o jogo da verdade*. E agora, na Escola Superior de Guerra, que eu estou freqüentando, vejo que a doutrina dessa Escola alerta os brasileiros contra o perigo da euforia estatística e da euforia desenvolvimentista, que podem levar, segundo a Escola Superior de Guerra, ao neofanismo altamente indesejável.

Quais são os quadros oficiais deste Governo, que decidi que chegou a hora do jogo da verdade? Eu os recebi, no curto prazo de quatro meses, depois de serem elucidados, graças à permanente atenção e interesse do Ministro Jarbas Gonçalves Passarinho, no que foi, aliás, secundado pelo Preesidente da ARENA, Senador Petrônio Portella. E estes quadros, DISPÊNDIOS FEDERAIS COM EDUCAÇÃO, estão aqui.

Em 1960, a União gastou, o Ministério da Educação gastou 6,81% do Orçamento Geral da União. Depois, no ano de 65, esse percentual se elevou para 8,98%; depois, baixou para 7,56%, depois, subiu para 8,62%; depois, subiu para 9,67%; depois de 1969, baixou para 7,23%. Em 70, baixou para 6,20%; em 71, subiu para 8,30%; em 72, subiu para 8,60%; em 1973, desabou para 6,2% — um pouco menos do que o percentual de 1960. Estes são os dados quentes. E digo quentes porque me foram entregues há poucos minutos, depois de chegar a este Plenário.

Temos, entretanto, um quadro que é mais animador e que já foi exibido pelo Ministro Jarbas Gonçalves Passarinho. Graças à Revolução que salvou este País da hiperinflação, da anarquia e do comunismo, nós aumentamos os percentuais, em relação ao Produto Nacional Bruto, de 2,2 para 3,8%, o que é realmente e altamente animador e demonstra o esforço excepcional da Revolução no setor da Educação. Mas temos esse outro quadro, que é oficial, fornecido pelo IPEA: RECURSOS PÚBLICOS APLICADOS em relação ao Produto Interno Bruto.

É preciso não confundir recursos públicos aplicados em Educação com recursos globais, porque, além de recursos públicos, há os recursos do setor privado e ainda os empréstimos internos. Infelizmente, o esforço nacional foi, realmente, apreciado. Mas, em relação ao esforço no setor público, o quadro é muito menos brilhante, para não dizer que é melancólico. De acordo com o IPEA, antes da Revolução, muito antes da Revolução, em 1980, no início da década anterior, o Brasil gastou com recursos públicos aplicados em Educação, em relação ao Produto Interno Bruto, 2,01%; depois, em 1967, nós subimos para 3,18%; depois, baixamos para 3,01%; depois, subimos para 3,28%; depois descemos para 3,19%. E, em 1973, o percentual dos recursos públicos aplicados em Educação, em relação ao Produto Interno Bruto, baixou para 2,80%, o que não entra em conflito com a afirmação, como sempre verdadeira, do notável Ministro da Educação — Senador Jarbas Passarinho — de que os recursos globais aplicados em Educação são da ordem de 3,8%. Em relação ao Ministério da Educação, cujo esvaziamento não poderia ter sido decretado, porque seria um crime contra a Nação, esse levantamento feito pelo Senado demonstra que, em termos de moeda de valor constante, o Ministério da Educação, em 1972, teve uma verba inferior ao do ano de 1969. Em 1969, em termos de moeda de valor constante, o Ministério da Educação despendeu 2 bilhões, 451 mil cruzeiros. E em 1968, despendeu apenas 2 bilhões, 161 cruzeiros.

O que trago ao debate nacional — já estou no fim da minha intervenção — abusando da benevolência do Senador Gustavo Capanema, é a conduta da sociedade brasileira em relação ao problema da Educação. O Governo Federal tem cumprido o seu dever, senão de forma ideal, espetacular, pelo menos, eu diria, de maneira satisfatória. O que é indispensável é que todos nós nos convençamos de que o problema da Educação deve ser solucionado por todos nós e não apenas pelo Governo, rigorosamente de acordo com as palavras do Presidente Medici, que teve a coragem de proclamar por ocasião do meu discurso sobre o MOBREAL, a seguinte frase: "o contraste da riqueza de uma pequena minoria e a pobreza da maioria do povo brasileiro constitui uma vergonha nacional". E, depois de uma pausa, o Presidente acrescentou; "agora falemos de uma outra vergonha, pela qual também somos igualmente responsáveis — o analfabetismo". É invocando as palavras do Presidente Medici e passando a invocar as do admirável Ministro da Educação que encerro esta minha intervenção. O Ministro Jarbas Passarinho declarou, numa das suas antológicas conferências na Escola Superior de Guerra: "Já realizamos muita coisa, mas há ainda muita coisa a fazer. O contraste entre os recursos de que dispomos e as metas a atingir chega, muitas vezes, a ser desalentador."

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Sr. Presidente, se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, eu daria uma palavra complementar ao aparte do Deputado Fábio Fonseca.

Quando o Presidente tinha na sua lista (e ela não me foi oculta, é claro) 12 inscritos, os 5 primeiros eram da ARENA, e só o 6.º era o primeiro do MDB. S. Ex.<sup>a</sup> preferiu dar esta oportunidade ao MDB, com que me rejubilo de ser alternado. Evidentemente, não poderá ser alternado até o fim porque seria cassar uma parte da bancada da ARENA. Mas, afora esse, eu considero que há um outro enfoque a fazer: é que eu acho que meu querido amigo João Calmon — nós aqui, Sr. Presidente, possivelmente quebraremos algum protocolo, porque a minha amizade com João Calmon faz com que eu fique numa camisa-de-força até no tratamento protocolar de V. Ex.<sup>a</sup> — ajudou um pouco o MDB, nesta hora, porque ele partiu de algumas afirmativas contundentes e que apenas por amizade e, creio, também por um dever de verdade ele me poupou. Eu quero, em primeiro lugar, dizer aos senhores que vejo na figura do Senador Calmon um homem com uma vocação extraordinária e, eu diria até, em certos momentos quase que com uma ira sagrada quando ele trata de discutir Educação e obter meios melhores. Durante, meu caro Senador, uma conferência internacional de que participei, em Genebra, todos ou quase todos os ministros da educação reunidos, levantou-se o Ministro da África negra e propôs uma questão de ordem: "Será que esta nossa reunião não poderia ser interrompida, agora, pelo simples fato de que nós nos esquecemos todos de convidar os ministros da fazenda para estarem presentes?" Mas isso é um problema realmente permanente. É verdade, eu estou sempre a favor de que venha mais dinheiro, de maneira que eu abençô a campanha que faz o Senador João Calmon. Infelizmente, tenho de me socorrer de uma velha passagem que tem sido abusivamente citada por aí e que li num escritório inglês — todo fato tem três versões: a sua, a minha e a verdadeira. Nós já vimos uma versão do Sen. Calmon, citando as fontes; é a de um homem de extrema credibilidade e respeito. Ele não tem o menor respeito pelas minhas contas orçamentárias do Ministério. Como ele disse, sendo o orçamento um sistema central, pertencente ao Ministério do Planejamento, e eu, quando citei o orçamento, citei o planejamento.

Mas eu daria um atestado contrário à inteligência que me atribui o Senador Calmon, se eu não viesse preparado para este tipo de debate que ele ia desenvolver. Porque eu tenho lido no jornal, sistematicamente, estas mesmas candentes palavras e estes mesmos números. De maneira que eu peço a V. Ex.<sup>a</sup>, meu caro Senador, e aos nossos Presidentes que, por favor, atentem para os dados da Secretaria-Geral do MEC, em face do projeto de lei orçamentária para 74.

Então, nós veríamos ali vários quadros. O primeiro quadro, que não está em conflito, praticamente, com o que V. Ex.<sup>a</sup> falou, mostra, entretanto, o crescimento do percentual do Ministério da Educação de cada ano. De 69 para 70 crescimento: 22,8 maior que o custo de vida no período. Crescimento de 70 para 71: 35%. Depois um outro crescimento, de 72: 35%. Um outro crescimento, de 73, 32,9% Um outro crescimento, para 74: 27,0%. Estes dados eu posso entregar à Comissão e particularmente eu solicito também sejam oferecidos ao Senador Calmon, para que ele tenha

oportunidade, no fraterno entendimento que nós temos, de checar, de verificar, se a nossa versão está próxima à verdade ou não.

Então, a primeira conclusão a tirar daí é a seguinte: se este quadro fosse realmente o quadro do desabamento a que se referiu o meu eminente e querido colega Senador João Calmon, é evidente que eu teria, cada vez, relativamente menos meio, a tal ponto que agora eu devia estar fazendo Bônus precatórios para poder pagar as universidades. Como se explica que eu tenha crescido um alunato de 123.000 para 836.000? Como se explica a Universidade do Fundão, por exemplo, que vivia como uma espécie de vergonha nacional? (A frase está em moda, vamos usá-la.) Todos nós que descíamos no Galeão víamos aqueles esqueletos inacabados, e subitamente, num período de dois anos apenas, se aplicaram 400 milhões que não eram orçamentários, mas que estão em fontes outras de recursos, que são os empréstimos que nós recebemos para aplicação em Educação.

Então, como se explica um crescimento vertiginoso, de um alunato vertiginoso, como se explicam os valores constantes do quadro que apresentei que vai até 68, e diria até 70, se não tivéssemos decréscimos tão contundentes. Há um fato para o qual eu gostaria de lembrar ao Senador João Calmon e pedir a sua atenção particular: então, nós devemos fazer um tratamento semelhante ao que ele fez, e vamos verificar que este fato aconteceu com todos os Ministérios.

Então, começa-se a explicar a coisa. Nós vamos dar uma demonstração, meu caro Senador; e em seguida, nós lhe mostraremos como houve um percentual diminuído em seu próprio quadro do Senado, e então mostrarei exatamente o que aconteceu aqui; em grande parte, é uma explicação que me deu o Ministro João Paulo Velloso, que disse que deu a V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. SENADOR JOÃO CALMON - Este mesmo quadro demonstra que o Ministério dos Transportes, em 1970, recebeu verbas que representam 7,32% do orçamento. Em 73, este percentual subiu para 10,54%.

O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO - É claro, meu caro Senador. O Ministério dos Transportes — gostaria eu que as verbas dele viessem para mim, porque ele tem fundos vinculados que o Presidente da República não pode alterar. Quando são vinculados, o Presidente da República não pode alterar. É constitucional que seja enviado ao Ministério dos Transportes.

O que eu estou falando é aquilo que o Presidente tem a decisão de distribuir. É a esta capacidade de decisão do Presidente da República que eu me refiro, que ele nos colocou em primeiro lugar, quase sempre. Apenas um ano nós ficamos abaixo do Ministério do Exército.

Há um equívoco quando se pensa, por exemplo, que o Ministério do Exército tem muito mais, quando ele tem pagamentos inativos que não são pertinentes. Ao passo que o pagamento de inativos de todos os Ministérios civis passou para o Ministério da Fazenda. Então, este é o gran-

de problema. É aquele quadro do Ministério do Planejamento, exclusivo de recursos vinculados. Se eu pudesse realmente, com recursos vinculados, com as verbas com que se constróem as estradas necessárias neste País, eu naturalmente teria hoje concluído todos os campi universitários brasileiros.

Eu não vou falar mais no passado, eu estou neste presente, vivendo contemporaneamente. Então, eu acho que o segundo fato prova melhor.

Peço, por favor, que atente para meus dados. Agora são do Senado Federal, com a fonte que V. Ex.<sup>a</sup> me forneceu, e eu, prudentemente, não incluí o Ministério do Planejamento. Nem me perguntei quais os resultados que eles me dariam.

Agora, fiz os meus. Porque eu não posso, também, tranqüilamente, dizer que em matéria de orçamento é o Ministério do Planejamento quem faz. Ele faz, mas eu sofro as conseqüências. Ou então me beneficio do dinheiro.

O quadro real, para nós, a nossa versão é aquela. 1969: orçamento da União. Reforços totais do MEC. Percentagem, que se chama A sobre B. Neste caso, A sobre B significa a parte do orçamento do Ministério da Educação global sobre o orçamento geral da União: 6,84; 70: 7,77; 71: 6,90; 72: 7,10; 73: 6,30; 74: 7,22.

Como se ve, os números nem tem semelhança com aqueles apresentados pelo meu eminente e querido colega. Mas eu gostaria de pedir com a maior humildade que a minha Casa, e, além da minha Casa, é o meu amigo fraterno, que me deu a honra de chamar de irmão, e presidido por um Senador da altura de um Gustavo Capanema, eu gostaria de pedir ao Senado que se detivesse neste caso. O que nós atribuímos não seja — e a projeção mostra-la-á — o que nós atribuímos que de um equívoco vem este desabamento, então, em face do que meu amigo falou, e certo para

seu caso, veja o seguinte: aqui está o orçamento da União. Aqui está o tratamento dado pelo Senado, que lhe levou aquela informação de 4,38, em 73, e infelizmente, para mim, não é verdade, ou melhor, não é a minha verdade. Bom, o que aconteceu?

Aqui está o anexo da despesa. No anexo das despesas se encontram: demonstrativo das despesas dos órgãos de categoria econômica, recursos do tesouro. Ministério da Educação: Cr\$ 2.283.800,00. É o que está aqui. Educação. Cr\$ 2.283.800,00. Não se levou em consideração. meu caro Senador, o segundo quadro, demonstrativo das despesas por ordem de categorias econômicas, recursos de outras fontes, onde o Ministério da Educação aparece: 573 milhões de cruzeiros.

Ora, se só aqui eu tenho 573 de outras fontes, no próprio anexo do Senado que não foi consultado. O que já elevaria meu número de 2,8 para 3,3. Segundo: não se consultou Loteria Esportiva, Loteria Federal, PETROBRÁS, que nos entrega 3 milhões de cruzeiros para pesquisa de plataforma, que vêm para nós; para Geociências, não se levou um crédito externo em consideração, 142 milhões realizados no período (bilhões antigos). E nao se levou em conta a arrecadação direta de outros órgãos da

administração, 228 milhões. De maneira que eu entrego, então, a V. Ex.<sup>a</sup> estes dados.

**O SR. SENADOR JOÃO CALMON** - Do Planejamento.

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Certo. Não se joga agora o Planejamento contra a gente. Agora eu estou me dirigindo ao Senado que me deu os documentos. Então, haverá três versões: a sua, a minha e a do Planejamento.

**O SR. SENADOR JOÃO CALMON** - Não, a minha, não. Eu não tenho versão. Eu tenho os dados do Ministério do Planejamento! (Aplausos interrompem o debate.)

**O SR. PRESIDENTE (Gustavo Capanema)** - Eu vou dar a palavra, agora, ao representante do MDB para que possa equilibrar de começo esta alternância das perguntas e respostas. Depois, eu carregarei um pouco a mão na representação da Arena. Digamos, darei a palavra a dois ou três para depois dar a um dos do MDB, porque nós estamos aqui com minoria. Tem a palavra o deputado Lysâneas Maciel.

**O SR. DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL** - Sr. Presidente, Senador Gustavo Capanema, da Comissão de Justiça do Senado de Educação; Sr. Deputado Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Educação da Câmara, desejo congratular-me com V. Ex.<sup>a</sup>, em primeiro lugar, por esta tentativa de fazer com que o Congresso, que já está tão espoliado em suas funções, tenha a oportunidade de debater assuntos de interesse nacional. Sr. Ministro Jarbas Passarinho, conferencista desta manhã. Sr. Ministro, nós estamos cingidos aqui a um regulamento, que felizmente o ilustre Senador Calmon já quebrou, que dispõe no sentido de que a interpeção não poderá se desdobrar em mais de três perguntas, e nem em mais de cinco minutos, e de que o Sr. Ministro teria a seu critério o tempo que devia dispor para cada resposta. Nós lamentamos porque, evidentemente, V. Ex.<sup>a</sup>, com a inteligência que ninguém lhe nega, fez uma síntese dos problemas educacionais. Mas, a rigor, a nós, parlamentares, deveria caber um pouco mais de tempo, para que nós pudéssemos debater. De maneira que, dentro da rigidez do tempo...

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Posso levantar uma questão de ordem? Para mim, eu me sentiria profundamente feliz se V. Ex.<sup>a</sup> desse o mesmo tempo ao Deputado Lysâneas, que dará a mim.

**O SR. DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL** - Eu agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> Era precisamente isto que eu ia solicitar, inclusive...

**O SR. PRESIDENTE (Gustavo Capanema)** - Neste caso, eu resolvo a questão, aplicando o Regimento do Senado. O Regimento do Senado é o seguinte: o interpeção tem dez minutos e o interpeção dez minutos.

**O SR. DEPUTADO LYSÃNEAS MACIEL** - Já está mais justo.

**O SR. PRESIDENTE (Gustavo Capanema)** - Não é a aplicação do Regimento do Senado, que aqui para nós é maior lei do que uma regimetalidade provisória das reuniões conjuntas das comissões.

**O SR. DEPUTADO LYSÃNEAS MACIEL** - Pois não, Excelência, eu vou de qualquer forma, dada a exigüidade do tempo, deter-me numa declaração da exposição do Sr. Ministro, porque a considero fundamental especialmente numa época em que há um verdadeiro vácuo entre as ciências humanas e as ciências exatas, numa ênfase toda especial à tecnocracia, e em que o Ministro da Educação vem, em muitos aspectos, substituindo a educação formativa pela informativa e os educadores têm sido substituídos pelos técnicos com mentalidade empresarial — nós tivemos um exemplo recente desta afirmativa que estou fazendo aqui na Universidade de Brasília. Não vou me deter, Sr. Ministro, nem teria condições para isso, nem teria esta brilhante assessoria aqui para me fornecer os dados, na mesma estatística, porque já houve três versões sobre as estatísticas dadas por V. Ex.<sup>a</sup>, e eu creio que isto já demonstra claramente que nenhuma dúvida há quanto a qual é a verdadeira versão: se é a de V. Ex.<sup>a</sup>, se a do Senador João Calmon ou se é a das estatísticas do Ministério do Planejamento. A esta altura eu acrescentaria, também, uma outra do eminente Presidente da Comissão de Educação da Câmara, Deputado Flexa Ribeiro, que afirmou que desde 1964 o percentual de recursos da União mantém uma tendência a declinar; são expressões textuais de S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Deputado Flexa Ribeiro. De maneira que não vamos nos deter porque sabemos como são as facilidades para o manejo da estatística. Mas eu vou me deter, especialmente, Sr. Ministro, e faço isto com toda sinceridade, V. Ex.<sup>a</sup>, certa feita, fez uma referência inclusive a um familiar meu que foi reitor de uma universidade, e V. Ex.<sup>a</sup> fez esta referência reconhecendo a sua probidade, reconhecendo a sua correção, e eu vou me permitir que, em matéria de probidade, em matéria de honestidade, eu não posso ser modesto, é um traço da família, muito embora eu não seja responsável pelas eventuais atitudes políticas ou técnicas de irmãos meus; cada um tem a sua posição, e eu tenho um irmão que até acredita que a inflação realmente pegue 12%! De maneira que V. Ex.<sup>a</sup> vê que isto varia muito. Ele acredita nisso. De maneira que quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que não posso ser modesto em matéria de probidade e correção a que V. Ex.<sup>a</sup> fez referência, quando citou o Reitor da Universidade Federal de Goiás.

Achei que houve uma descaída na condução do problema, porque na realidade o que nos interessava era discutir problemas fundamentais e a filosofia da Educação. Então, V. Ex.<sup>a</sup> fez uma afirmativa e trouxe aqui no quadro, hoje, e disse que o objetivo primordial da Educação é a preparação do homem para o exercício consciente da cidadania. Excelência, esta declaração, conjugada com uma outra feita por V. Ex.<sup>a</sup>, recentemente, em 23 de outubro, na qual V. Ex.<sup>a</sup> disse que seria necessário primeiro revogar o Ato Institucional n.º 5, antes de revogar o Decreto-

Lei 477, porque estão ambos dentro de uma mesma sistemática de legislação. E V. Ex.<sup>a</sup> então vinculou o 477, que V. Ex.<sup>a</sup> alardeia tenha tido uma aplicação muito restrita em todo o território nacional, muito embora a imprensa não tivesse acesso a este grau de intensidade da aplicação, porque o professor Ivancir de Castro, da Divisão de Segurança, disse que não poderia dar informações completas, porque estes documentos encontravam-se no cofre do diretor da Divisão, declaração feita a O Estado de São Paulo. Mas disse que, eventualmente, teria havido uma aplicação de 260 em 69, em 72, 10, e este ano teria a aplicação de 6.

Sr. Presidente, Sr. Ministro: a nossa preocupação fundamental aqui, hoje, é esta declaração de V. Ex.<sup>a</sup> da preparação consciente do cidadão para o exercício da cidadania. E torno às perguntas: como pode um universitário exercer global e plenamente esta cidadania, se ele não pode participar dos processos políticos e econômicos da Nação? Se os seus canais normais de expressão são fechados? Se os canais legítimos, lembre bem V. Ex.<sup>a</sup>, se os canais legítimos, todos os diretórios estão sob a égide do 477? E quando anunciou a V. Ex.<sup>a</sup> — e V. Ex.<sup>a</sup> é um homem inteligente — de que a universidade vive sob o regime do terror, eu vou dar dois exemplos desta semana.

Na PUC do Rio de Janeiro, os estudantes estavam distribuindo panfletos relativos à inconveniência de passar uma estrada por aquela universidade, porque aquilo iria prejudicar grandemente os aparelhos de alta sensibilidade. Excelência, foram todos presos. E V. Ex.<sup>a</sup> fez até blague, dizendo que isto era problema do DOPS da Guanabara. E V. Ex.<sup>a</sup> trouxe até um sério prejuízo ao Governador da Guanabara, quando disse que era problema do DOPS e do Governador Chagas Freitas, porque V. Ex.<sup>a</sup> chamou o Governador Chagas Freitas de oposição. Ele vai ficar profundamente ofendido quando souber disto. Então, outros alunos estavam distribuindo, Sr. Ministro, uma explicação ao povo a respeito da inconveniência de passar aquela estrada por aquela universidade, porque prejudicava, e eu tenho aqui um memorial que eles estavam distribuindo. E o memorial diz apenas da inconveniência desta passagem daquela estrada. Foram todos presos, Excelência, e os nomes são estes: Regina, secretária do DCE; João, da secretaria do DAP; Milton Notário, presidente do DCE; Carlos Milton, presidente do CAE. Foram presos, Excelência. Qual a razão? Quem prendeu? O DOPS? Ou está sendo aplicado o 477? É possível que não esteja sendo aplicado o 477. É possível. V. Ex.<sup>a</sup> está sorrindo satisfeito aí, estou reparando. Mas, Excelência, nós estamos vivendo...

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Eu estou sorrindo desde a origem, Deputado. Se V. Ex.<sup>a</sup> permitir, nós vamos debater aqui, sem qualquer protocolo, já.

**DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL** - Eu acho que será o mais conveniente, porque eu vou até dizer para V. Ex.<sup>a</sup> que uma das acusações, não, eu gostaria, nós estamos tratando aqui . . . (interrupção da Presidência). Não, eu estou (inaudível) aqui, será que a classe dos Ministros se baseia em tempo? Eu acho que deve ser deferida ao Sr. Pre-

sidente a correção da tempo. Mas a pergunta seria a seguinte: não entende, V. Ex.<sup>a</sup>, que o simples fato de que alunos tenham sido presos por pleitear algo perfeitamente legítimo para sua universidade, registre este clima de terror? É a primeira pergunta.

A segunda pergunta, Sr. Ministro, é que aquele professor (interrupção da mesa. Inaudível). Eu peço a V. Ex.<sup>a</sup> a mesma benevolência que teve com o Senador Calmon. (Interrupção. Inaudível.) Pois, não. Um professor aqui da universidade, do CEUB, foi chamado aos órgãos de segurança simplesmente porque citou o Presidente Juscelino Kubitschek em sua fala. Teria ele feito a defesa política do Sr. Juscelino Kubitschek? Não, Excelência. Simplesmente mencionou que o prefeito de Diamantina solicitara às autoridades do DETRAN de Minas a placa JK para aquela cidade, a fim de que se homenageasse o Presidente e a fim de demonstrar, numa aula de comunicação, a força do símbolo da Universidade, a força do símbolo para efeito de comunicabilidade. Este professor Beltrão foi chamado aos órgãos de segurança.

Então, o que se pretende provar, e eu poderia citar aqui centenas de casos: o Deputado Lysâneas Maciel lamenta informar a V. Ex.<sup>a</sup> o fechamento do diretório acadêmico de Economia na Universidade Federal e a apreensão do boletim informativo, c que seu reitor determinou a instalação de um processo sumário com base no Decreto n.º 477; extra-oficialmente existem cerca de 25 estudantes indiciados, a intranquilidade é total nos meios universitários gaúchos, existe um enorme policiamento em frente ao diretório central dos estudantes, assim como na Casa do Estudante e no restaurante universitário; a imprensa está proibida de noticiar qualquer nota expedida por estudantes, publicando apenas as notas oficiais da reitoria da Universidade Federal; os abaixo-assinados, na solidariedade aos estudantes, apelamos para V. Ex.<sup>a</sup>, para que seja transmitido que o Decreto n.º 477, continua, como a espada de Dâmocles, sobre todos os estudantes brasileiros. Jornais murais; inclusive na Pontifícia Universidade Católica, foi preso o professor José Boneti Pinto.

Eu estou dando alguns nomes; alguns Deputados estão dizendo aí, não se sabe por que razão, que não existem fatos concretos a este respeito.

Bom, então eu estou citando: Universidade Federal do Rio de Janeiro (eu estou com o tempo curto e tenho de correr um pouco); diretórios fechados, seis diretórios fechados, inclusive um que foi fechado simplesmente porque publicou um estudo sobre o integralismo. Publicou um estudo sobre o integralismo! Aqui muito mais perto, Sr. Ministro, o Ministro Jarbas Passarinho homologou decisão do Reitor da Universidade de Brasília, professor Amadeu Cury, aplicando o Decreto n.º 477 aos estudantes Clara Stalin Pinho, Antônio Pinheiro, (inaudível). Eu poderia ficar citando aqui, mas infelizmente estou com o tempo curto, uma soma enorme de medidas que eu não sei se é o DOPS que toma, eu não sei se é o Exército que toma, eu não sei se são as autoridades de segurança que tomam. Mas o fato é que minha afirmativa inicial que os estudantes vivem sob um clima de terror, Sr. Ministro, é um fato inequívoco.

Eu devo lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> um outro fato, muito grave e significativo: é que na realidade, Sr. Ministro, nós estamos, quando V. Ex.<sup>a</sup> disse que isto é problema de outros órgãos de segurança, nós estamos talvez — e isto já é a outra pergunta que eu faço — nós estamos nos dessensibilizando em relação a um problema que diz respeito específico à área de Educação? Eu devo lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> que quando foram aplicadas aquelas medidas do nazismo, na época terrível do nazismo, em que milhões de criaturas foram sacrificadas, de um modo geral se procurou insensibilizar a nação alemã, dando uma base legítima à aplicação daqueles dispositivos.

Então, quando V. Ex.<sup>a</sup> diz que é o DOPS da Guanabara que aplica e não é o 477, V. Ex.<sup>a</sup> talvez esteja inconscientemente ingressando nesta dessensibilização para um problema que está específico na área da Educação, ou seja, o terror de um simples professor, por mencionar como símbolo da comunicação, como símbolo da comunicação, ou aqueles que construíram a passarela que foi motivo de blague de V. Ex.<sup>a</sup>; foram todos chamados ao DOPS; foram todos chamados ao DOPS; se fosse o Chagas Freitas, se o Chagas Freitas não faz nada, sem seguir uma determinada sistemática porque ele se proclama soldado de Mediei, soldado da Revolução desde o princípio e todos nós sabemos qual foi o processo da sua escolha. Eu acho que ligar, determinar que a responsabilidade seja atribuída aos outros órgãos, nós estamos fugindo a uma declaração muito significativa do General Ernesto Geisel, quando disse que "não tenho compromissos pessoais com ninguém". Ele quer inaugurar a época da responsabilidade nesse País, porque quando se pergunta, quando se pergunta quem é responsável, não é o 477, é o DOPS; não, não é o 477, é o Segundo Exército; não, não é o 477, é o Terceiro Exército; então, ele quer inaugurar uma era de responsabilidade no País., à qual muitos talvez queiram fugir. É muito fácil atribuir aos outros órgãos de segurança. mas difícil é negar o clima de terror que existe na universidade e que eu dei alguns exemplos somente, mas tenho a pasta cheia de telegramas de todo o País, para demonstrar a V. Ex.<sup>a</sup> que na realidade este clima existe e a responsabilidade também é da área, principalmente é da área da Educação.

**O SR. MINISTRO JARRAS PASSARINHO** - Meu caro Presidente, pelo direito de equidade, eu peço quinze minutos.

Aliás, Deputado, muito prazer em conhecê-lo. Creio, aliás, que eu deveria ter-me lembrado de V. Ex.<sup>a</sup> quando fui Ministro do Trabalho e Previdência Social e V. Ex.<sup>a</sup> foi um dos auxiliares daquele Ministério, ao meu tempo.

**O SR. DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL** - Continuo sendo funcionário do Ministério do Trabalho.

**O SR. MINISTRO JARRAS PASSARINHO** - Funcionário, evidentemente, não há conflito entre o que eu diga e o que V. Ex.<sup>a</sup> afirme.

De minha parte, eu permito que V. Ex.<sup>a</sup> me interrompa à hora em que desejar. Estou, entretanto, desacostumado de reconhecer o auxiliar do Ministério do Trabalho que certa vez foi até o interventor na Ordem dos Músicos — não deve ter sido muito brilhante para sua fé de ofício, mas foi — naquele que ultimamente tem se extremado em algumas injustiças clamorosas dirigidas a mim. Eça de Queiroz disse que Pinheiro Chagas era o seu homem fatal, Deputado, e eu estou concluindo que por qualquer coisa de sua fortuna V. Ex.<sup>a</sup> passou a ser o meu homem fatal neste Governo. (Risos.) V. Ex.<sup>a</sup> fez algumas graças e humor perfeitamente parlamentares.

O DEPUTADO LYSÃNEAS MACIEL - Procurei manter o mesmo nível de V. Ex.<sup>a</sup> também, blague blaguérrimo.

O SR. MINISTRO JARRAS PASSARINHO - Exato. E se pudermos fazer um senso de humor, ajuda mais, não é? Porque já dizia o Eclesiastes que devemos amar uns aos outros, e isto V. Ex.<sup>a</sup> sabe mais do que eu, porque creio que é pastor protestante, segundo me informaram.

O SR. DEPUTADO LYSÃNEAS MACIEL - Não sou, mas pertenço. com muita honra, à Igreja Evangélica.

O SR. MINISTRO JARRAS PASSARINHO - A mesma a que pertence o Gen. Ernesto Geisel, não?

O SR. DEPUTADO LYSÃNEAS MACIEL - Não, Excelência, ele é luterano.

O SR. MINISTRO JARRAS PASSARINHO - Ah, desculpe. Eu, realmente, só entendo um pouco mais do catolicismo.

O SR. DEPUTADO LYSÃNEAS MACIEL - Mas isso não implica que a minha citação do Gen. Ernesto Geisel não pode estar certa, pois tem até uma conotação evangélica; responsabilidade também é bíblica.

O SR. MINISTRO JARRAS PASSARINHO - É aí que eu queria chegar. Já que não podemos chegar ao Evangelho: "amai-vos uns aos outros", eu fico com Goethe, que disse assim: "se não puderdes amar uns aos outros, pelo menos tentai fazer as pazes". V. Ex.<sup>a</sup>, Deputado, verberou contra mim algumas coisas que eu respeito em V. Ex.<sup>a</sup>, porque sei que é um homem probo, eu não chamaria de calúnia, mas chamaria apenas a atenção da consciência de V. Ex.<sup>a</sup>, que se mostra tão sensível para alguns aspectos e, no meu entender, não se mostra para outros. Mas vamos primeiro ao seu discurso e, automaticamente, a uma e a outra pergunta que na verdade não houve. V. Ex.<sup>a</sup> colocou três pontos de exclamação, depois de uma pergunta. V. Ex.<sup>a</sup> afirmou que existe terror. Eu não" sei se V. Ex.<sup>a</sup> teve passado estudantil de liderança; possivelmente teve; eu tive. Lá no extremo Norte, que era um Governo suposto constitucional, havia Constituição; havia Congresso; havia Assembléia Legislativa; eu fui Pre-

sidente de Diretório Acadêmico e um dia resolvi sair para a rua, porque achamos que uma providência qualquer do Governo era certa. Saímos e travei conhecimento na minha vida com alguma coisa de que não tenho a menor saudade: "umbigo de boi", que não descrevo a V. Ex.<sup>a</sup>, porque é dispensável. A polícia me bateu com isso. Não havia o 477. Havia até uma Constituição funcionando. Querer, querer imputar ao 477 as violências e as brutalidades policiais me parece um pulo demasiado, mesmo para a inteligência de V. Ex.<sup>a</sup>.

Segundo: sobre o DOPS da Guanabara — pois V. Ex.<sup>a</sup> só cita o DOPS da Guanabara — isso é que me deu oportunidade de dizer a um jornalista que me perguntou, eu não fiz blague. Eu fui absolutamente correto dentro daquilo que se chama lógica formal. DOPS da Guanabara; Governador da Guanabara, tanto quanto eu sei é do MDB. Ao que eu sei foi Deputado dos mais votados pelo MDB. E pertence à legenda do MDB. Não me consta que ele tenha sido expulso das hostes partidárias do MDB. O DOPS é nomeado por ele. Então se existe o problema é com o Deputado Ulisses Guimarães, já não é mais comigo, porque o DOPS é da Guanabara; o Deputado é do MDB; o Governador é do MDB, o problema é em família, não seria propriamente comigo. Mas eu aceito a sua segunda interpelação, e é justamente perante V. Ex.<sup>a</sup> que eu faço um apelo: que não fique o nosso encontro nesse debate fortuito. O meu Ministério, se V. Ex.<sup>a</sup> não considera que ele é capaz de passar doença contagiosa, está à sua disposição para que V. Ex.<sup>a</sup> vasculhe o que queira (prolongadas palmas), para verificar lá dentro (palmas).

Eu não quis me servir das oportunidades apenas de uma maioria arenista aqui presente, porque vimos agora mesmo, na demonstração do eminente Senador João Calmou, que, quando é preciso discordar frontalmente, ela discorda também. Mas, V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Deputado, falou em "claque" do Ministro. Creio que foi um falta de policiamento da sua oolidez, porque não basta polidez. É preciso, é absolutamente imprescindível, que um homem da sua representação, da sua qualificação e da sua Igreja, Excelência, não ataque as pessoas desnecessariamente, graciosamente. Eu não diria nunca se V. Ex.<sup>a</sup> recebesse aplausos aqui, que teria "claque".

**O SR. DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL** - Mas V. Ex.<sup>a</sup> fez referência ao tempo.

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Mas V. Ex.<sup>a</sup> usou a expressão "claque", eu anotei "claque". Doe-me um pouco. Eu não vim com "claque".

**O SR. DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL** - Eu acho que ninguém, a não ser o Sr. Presidente da Comissão, tem o direito de fiscalizar o tempo de Deputado.

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Perfeito!

**O SR. DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL** - E repilo veementemente.

**O SR. MINISTRO JARRAS PASSARINHO** - Eu admito que, se V. Ex.<sup>a</sup> colocasse o problema nestes termos,, eu o apoiaria.

**O SR. DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL** - Eu coloquei nestes termos. Eu notei que disseram que tinha esgotado o tempo. V. Ex.<sup>a</sup> escutou?

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Talvez até tenha escutado. E daí?

**O SR. DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL** - Eu não admito, a não ser o Presidente da Comissão, que fiscalize. Eu sou um parlamentar, em pleno investimento.

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Então, V. Ex.<sup>a</sup> colocaria o problema nestes termos, e não dizer que a "claque" do Ministro começou a se movimentar. Há de V. Ex.<sup>a</sup> concluir que foi um pouco indelicado na expressão. Eu não fiz teatrinho, não vim aqui representar. Eu vim aqui em respeito ao Poder. Ao Poder ao qual pertenço; vim prestar contas do meu mandato enquanto Ministro do Trabalho e Ministro da Educação. Mais ainda, Sr. Presidente, disse o nosso ilustre Deputado Lysâneas que eu até pensei que V. Ex.<sup>a</sup> chamasse Lisaniás, porque foi assim que lhe chamou o escritor brasileiro Ibrahim Sued, quando leu na Televisão.

**O SR. DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL** - Declarações de cronista social de alguns pelegos têm a importância que se lhes dá.

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Não, não têm. Para mim, eu chamei escritor porque ele é muito vendido, porque ele mesmo disse que bateu o recorde de venda de livros.

**O SR. DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL** - V. Ex.<sup>a</sup> se socorreu também da palavra do eminente educador Florim Coutinho, que todos nós respeitamos.

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Eu respeito Florim Coutinho pela sua dignidade.

Eu só quero que descontem o meu tempo.

**O SR. DEPUTADO LOMANTO JÚNIOR** - Eu chamei a atenção, pela ordem, quando estava falando o Deputado Lysâneas Maciel, fui o primeiro orador inscrito; não havia reconhecido e acho que o Senhor Calmou tem todo direito, como membro da Comissão de Educação, mas também quero advertir a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Ministro, que há tempo limitado para responder.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gustavo Capanema) - Mas ele, primeiro, o Ministro só falou um terço do tempo dele; segundo, o Deputado Lysâncas há de me permitir que não fale. Eu lhe peço que não fale mais, pará que o Ministro tenha o tempo todo.

O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO - Não, mas a outra proposta que eu faria é que ele continue falando, mas o tempo dele seja descontado a meu favor.

Eu estou usando desta liberalidade. Mas meu caro Deputado, permita-me o tratamento, meu caro Deputado, a minha impressão é que se trata de tremendo equívoco de V. Ex.<sup>a</sup> que, provavelmente, fez de mim uma imagem que eu posso lhe dizer humildemente que não é a verdadeira. E como V. Ex.<sup>a</sup> pretende que eu tenha poder de polícia global do País, e possa evitar qualquer tipo de violência e arbitrariedade policial, V. Ex.<sup>a</sup> com certeza está pedindo o impossível. Eu no mínimo estaria ensejando uma oportunidade de citar uma frase que está lá no velho Machado de Assis, talvez seja um escritor aceito por V. Ex.<sup>a</sup>, em contraposição ao anterior que eu citei.

Quando ele dizia que entre os sonhos do poeta e as rosas do jardim há o muro da casa. Agora, onde eu me defendo da possível insinuação de V. Ex.<sup>a</sup>, que lastimo que na hora em que fez a demonstração da sua cultura histórica, só citasse o período nefando do nazismo, indiscutivelmente uma chaga mundial, e não citasse paralelamente os anos de terror de Stalin, submetendo aquela nação ao maior tipo de violência que atravessou o mundo (aplausos) soube V. Ex.<sup>a</sup>, com determinação, defender a dignidade da pessoa humana, e por isso é que eu respondo a V. Ex.<sup>a</sup> e a qualquer tribunal deste País. Ao chegar ao Ministério — eu tenho que falar rapidamente — ao chegar ao Ministério nós encontramos o Decreto 477 que se exauria na autoridade que punia.

Apenas aquela que absolvía era obrigada a recorrer através de ofício, para que o Ministro pudesse analisar o processo. Em suma, o Ministro só tinha possibilidade de agravar. A primeira providência que tomei foi pedir ao Presidente da República que me desse o direito de ver todos os autos. Não só os da absolvição, mas também os de condenação. E peço, por favor, que passe aquilo a que V. Ex.<sup>a</sup> diz que não teve acesso o pobre do meu professor Ivancir. Primeiro lugar, Deputado Lysâneas

O SR. DEPUTADO (Lysâneas Maciel) — Publicado pela imprensa.

Eu quero lhe dizer, V. Ex.<sup>a</sup> não me arme armadilha contra a imprensa. A imprensa nunca mente. Nunca! Eu pago o meu tributo completo a ela. Raramente ela se equivoca. Mas mentir, nunca! De maneira que, em função disso, eu quero dizer apenas a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Deputado, e fa esta Casa, que não pode haver dúvida, porque todos estes atos são publicados no Diário **Oficial** da União. Como é que pode ser clandestino na gaveta da Divisão de Segurança! Todos esses atos são publicados no Diário Oficial da União.

Agora, peço'a V. Ex.<sup>a</sup> que analise aquilo, em que V. Ex.<sup>a</sup> usou um verbo provocativo, dizendo que eu alardeio. Não alardeio tanto, Deputado Lysãneas; eu registro. Registro que em 1969 aplicaram 215 punições pelo Decreto-lei n.º 477 em alunos, professores e funcionários. Estou acusando eu, por exemplo, o meu eminente amigo Tarso Dutra, que eu acredito tenha uma paciência muçulmana, uma formação humanística superior à minha? Não! É que aquele era o momento crucial de um processo cívico.

Agora, o que me coube a partir de 70, repare V. Ex.<sup>a</sup>: de 70 até agora, 38 aplicações em quatro anos — 70, 71, 72, 73, o que me dá uma média menor de aplicação do 477, de 10 por ano, Deputado Lysãneas, menos de 10 por ano.

Agora eu mostro a V. Ex.<sup>a</sup> aos que eu desclassifiquei para responder a segunda parte. Eu mereço a sua confiança, na medida em que V. Ex.<sup>a</sup> acha que eu não estou me alienando do processo. Vou lhe mostrar, estando eu dentro da minha capacidade de atribuição, note, 38 aplicações em quatro anos, quantos foram desclassificados: desclassificados 54 Decretos de punição que chegaram à minha mesa e desclassifiquei.

Peço ao Professor Versflio, por obséquio, que me traga um telegrama que passei a Santa Maria. Ali está a Universidade Federal de Santa Maria, Deputado Lysãneas, V. Ex.<sup>a</sup> é um homem probo; o seu irmão desgraçadamente, para mim, foi envolvido num processo, de uma maneira, cuja mutilação de uma frase minha o feriu. E por isso eu tive a dignidade de telegrafar a ele pedindo-lhe desculpas, porque é indiscutivelmente, e foi, um Reitor liberal. O que eu mostrei no caso, quando situei o problema do ataque de V. Ex.<sup>a</sup>, sobre uma famosa passarela, que a todo o momento V. Ex.<sup>a</sup> lançava nos Anais da Câmara, o que eu quis dizer é que sendo irmão de V. Ex.<sup>a</sup> um homem liberal, podia testemunhar o grau de liberal idade com que eu atuava porque até processos por ele aprovados foram por mim anulados. Ali estão, por exemplo, 4 de Santa Maria. Na hora que eu anulei esses processos, mandei este telegrama ao Reitor. O telegrama não é criptado; não é em código; é telegrama em linguagem ostensiva: "Apraz-me comunicar Vossa Magnificência homologuei sua corajosa, mas insta decisão, caso alunos Decreto-lei n.º 477. Muito me honra trabalhar com homens corajosos na luta anticomunista, mas que não usam o poder para arbitrariedades". Essa é a resposta que eu dou a V. Ex.<sup>a</sup>.

Agora, aproveitando outro caso, nunca houve nos quatro anos do Presidente Medici uma aplicação na PUC da Guanabara. E eu tenho o discurso de V. Ex.<sup>a</sup>, que de alguma maneira V. Ex.<sup>a</sup> naturalmente não quis ser malicioso. Mas, infelizmente, nós sabemos que a palavra é aquilo que o velho Bernanos dizia numa imprecação até audaciosa e blague — quando ele dizia blasfemando que "a palavra é muito pouco para o homem traduzir seu pensamento". Quando ele diz: "Ó meu Deus porque só me deste a palavra para explicar o meu pensamento". V. Ex.<sup>a</sup> disse, e está aqui no Diário do Congresso Nacional que o estudante que pregue um cartaz na parede é preso, que leva o 477 em cima. É unia

balela dizer o que é liberdade, citar os dispositivos até da ONU e da Constituição brasileira. Entre o que está escrito e a realidade estudantil há um grande e profundo vácuo.

V. Ex.<sup>a</sup> pergunta ao Deputado Lomanto Júnior que alternativas lhes restam a eles estudantes, se por pregarem um cartaz na parede da Faculdade são punidos pelo 477. Se por formularem uma pergunta ao professor, aplicam-lhes o 477.

Se V. Ex.<sup>a</sup> estivesse verdadeiro nisto, haveria terror. Felizmente, para nós, a frase de V. Ex.<sup>a</sup> não é verdadeira. As afirmativas de V. Ex.<sup>a</sup> tem profundo descompasso entre o que lhe levaram ao conhecimento e aquilo que aconteceu na realidade. Então, eu mostro a desqualificação do 477. E vou mais longe, Deputado.

O SR. DEPUTADO (Lysãneas Maciel) — V. Ex.<sup>a</sup>, com essa liberalidade que o caracteriza, não seria interessante que todos esses fatos, já que há descompasso de informações, ajudassem os eminentes Deputados da ARENA a compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, verificaria...

O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO - Essa é a terceira pergunta, Deputado, eu responderei depois dos 15 minutos. Por enquanto, não. Agora V. Ex.<sup>a</sup>, além de dizer isso, está aqui um jornal que mostra que, às vezes, algumas queixas. Se en não conhecesse, realmente, o passado de V. Ex.<sup>a</sup>, e não tivesse as informações de amigos comuns sobre V. Ex.<sup>a</sup>, honestamente, meu caro Deputado, eu pensaria que V. Ex.<sup>a</sup> estaria dentro de um processo de supor que está sob injustiças permanentes.

Por exemplo, aqui está um jornal. O Jornal de Brasília. Deu na íntegra uma verrina de V. Ex.<sup>a</sup> contra mim. Na íntegra, eu não consigo na íntegra uma publicação. Mas V. Ex.<sup>a</sup> diz neste documento, por exemplo que "não vê no representante do Governo que não haveria liberdade, não estaria um representante da oposição falando desta maneira", palavras suas. Todos sabemos que a reprodução do que dizemos, quando existe, é parcial. Ora, saiu na íntegra!

O SR. DEPUTADO (Lysãneas Maciel) — Não, não saiu na íntegra não; não senhor. Saiu em um só jornal do País, aqui em Brasília. E o redator político foi chamado ao DOPS' por causa disso.

O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO - Ora veja!

O SR. DEPUTADO (Lysãneas Maciel) - Ora veja, né? Ninguém é responsável por nada.

O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO - Agora, por favor, faça como o nosso (inaudível) faz. Não me queira por um personagem que eu não sou. Retire-me deste personagem porque eu não sou personagem... O que eu estou notando é que enquanto a minha afirmativa para V. Ex.<sup>a</sup> ganhou talvez dez centímetros de jornal, aqui eu li o que me pareceu na

íntegra porque eu li seu discurso. Li na íntegra e em negrito as frases mais agressivas e mais violentas. Algumas, eu lhe disse, não chamo calúnia em respeito à sua qualidade.

Por exemplo, V. Ex.<sup>a</sup> disse aqui; primeiro uma coisa que eu mostrei ainda há pouco, ao me (inaudível). Deixe-me começar pelo menor, é um (inaudível). "Não se tem dado atenção ao número de reprovados por ano, mas ao número de aprovados por ridículos aumentos de vaga".

O aumento de vagas de um ano para o outro no ensino superior de 30%. Eu desafiei o ex-diretor da UNESCO que prove um país que faz isso num curto período de dez anos. Mas V. Ex.<sup>a</sup> chama a isso de ridículo.

**O SR. DEPUTADO (Lysâneas Maciel)** - As estatísticas de V. Ex.<sup>a</sup> às vezes são um pouco divergentes das que nós temos com...

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Não, não são. Estas não são, Deputado, porque estas estão no IBGE e no SÉC. Só tem estas duas fontes. Vossa Excelência poderá saber o número de estudantes existentes, quando o problema complicado é orçamento, porque cada um dá um tratamento, um tipo de enfoque ao símbolo da comunicação, ou aqueles que construíram a passarela que foi orçamento. Então vamos ficar nas estatísticas que eu estou lhe dando e me respondo por elas. E desde logo renovo, renovo um convite cordial a V. Ex.<sup>a</sup> para ter conhecimento, não de uma gaveta, mas de todas as gavetas. Acho que V. Ex.<sup>a</sup> voltará com o pensamento modificado a nosso respeito.

**O SR. DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL** - Até das gavetas da Segurança?

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Sim. Naquilo que couber, naturalmente, à segurança. É claro que V. Ex.<sup>a</sup>, quando disse, no auge da indignação — o que me agrada muito, não esta passagem, mas a sua modificação — V. Ex.<sup>a</sup> fez uma abertura de confiança no futuro Presidente General Geisel; eu fiquei comovido. Fiquei comovido porque V. Ex.<sup>a</sup> mostrou, realmente, uma abertura de crença. Mas quando V. Ex.<sup>a</sup> se refere, sistematicamente, nesta Casa, a esse General que ocupa a Presidência da República, referindo-se ao Presidente Medici, acho que V. Ex.<sup>a</sup> não é feliz na expressão.

**O SR. DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL** - Ele não é general, não ocupa a presidência?

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Na expressão de V. Ex.<sup>a</sup>, com o insulto que V. Ex.<sup>a</sup> dá a todo o corpo legislativo do País e a todos os seus colegas, eu não acredito que V. Ex.<sup>a</sup> deva ser o único digno neste Congresso.

**O SR. DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL** - Não, perfeitamente...

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Não acredito que V. Ex.<sup>a</sup> seja o único capaz de dizer: eu passei pelo Congresso sem nenhuma indignidade, e todos os outros praticaram indignidade como esta.

**O SR. DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL** - Excelência, qual é a indignidade da afirmação? Porque este Congresso votou no Presidente Medici, que está aí, e V. Ex.<sup>a</sup> diz que ele ocupa a Presidência como General.

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Não quero entrar neste ponto. Não quero, até porque realmente é irrelevante.

**O SR. DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL - Perfeito.**

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Mas o pior é o seguinte: aqui está escrito assim: se eu pouso de benevolência — esta é uma expressão dura — se eu pouso de benevolente, por ordem sua, em negrito, note bem, foi aberto inquérito a respeito das atividades. De fato, não é verdade. O reitor, seu irmão, será chamado, se ele aceitar, para virmos os três conversar, V. Ex.<sup>a</sup>, o reitor e eu, com os documentos na mão.

A Divisão de Segurança e Informações, pegando um documento, um jornal de Medicina, mandou ao reitor para uma análise. Este jornal, que está aqui, eu trouxe, eu sabia que estava no seu discurso o problema. Eu ontem li. Em vez de chegar aqui para fazer uma palestra sobre Educação e prestar contas, eu vim aqui como se colocassem numa luta de boxe: de um lado, o peso-pesado Lysâneas Maciel; do outro, peso-pluma Jarbas Passarinho.

Então, Deputado, eu passarei às suas mãos, com o carimbo de reservado, inclusive este documento. É uma série de insultos violentos feitos por estudantes e assinados, mas que eu chamava, em alguns casos, de linguagem de oposição. É tão comum a oposição nos injustiçar. Então, era preciso que os estudantes fizessem a mesma coisa. Mas também havia coisas desta natureza, por exemplo: a reforma do ensino obedecerá a um plano gradual, assinado por Íurandir Dias, presidente do DCE, sob o qual o Reitor Farnese Maciel talvez se indignasse por minha culpa, pelo apreço que ele me tem, aplicando nele o 477. E eu acabei anulando porque isto é uma linguagem realmente **insultuosa**, equivocada: este rapaz deve estar envenenado.

Então, diz ele, Deputado, eu gostaria de saber a sua reação quando lesse em relação ao senhor este trecho: "resolveram, então, os mandarins entregar a critério de seus chefes do exterior a reformulação do ensino em nossa pátria, isto pelo famoso acordo USAID-MEC." Então o mandarim sou eu, traidor da minha pátria, recebendo ordem do americano, para fazer o que o americano deseja em meu País. E V. Ex.<sup>a</sup> considera que isto não seja calúnia? Pois bem, eu considerarei apenas que ele era um mero caluniador. E disse: "você não é um subversivo; para mim você é um incompetente, um incapaz e um envenenado. O seu prêmio, a sua punição para mim, é permanecer na universidade, provando que você é um desinfor-

mado." Voltei-me para ele e disse: "agora quero lhe fazer um apelo: você é um jovem, eu já fiz 50 anos, você é um jovem. Terá você a dignidade, um resqúcio de dignidade, para ir ao Ministério, e eu lhe darei tudo que há sobre MEC-USAID ou USAID-MEC. Darei tudo, com uma condição. você vasculha todas as gavetas, porque são publicados todos os acordos nos jornais. Se você concluir que faltou à verdade, você terá a dignidade de escrever um novo artigo dizendo **caluniei** um homem?" Ele me disse: "Tenho".

Então eu o convoquei para ir ao Ministério, isto no dia em que anulei a punição. Disse para ele: "convoco". E o seu irmão presente. Convoco para ir ao Ministério. E dou-lhe todo o acesso aos documentos do MEC-USAID. Ele veio? Nunca.

Mês após mês, prometia vir através do Reitor Farnese Dias Maciel, e nunca veio porque ele sabia que não sustentaria isso diante dos fatos. Ele sabia que seria desmoralizado e não teve a dignidade de dizer que ele me considerou um vendilhão da minha Pátria. Já fui visto como pró-comunista na hora em que defendi a PETROBRÁS. E agora passo a ser partidário do regime nazista, do regime de terror, na expressão de algumas pessoas da oposição.

Mas, Sr. Presidente, um minuto por favor: aqui me diz ele que eu faço pose de generoso e em seguida mando; veja o alcance desta atitude. Faço pose de generoso e em seguida mando, anulo as punições — está escrito no seu discurso — e eu verifiquei o texto com o Diário do Congresso: "proclama generosidade mas em seguida encaminha o nome dos estudantes aos órgãos de segurança, retirando dos autos — veja a expressão — retirando dos autos a peça básica do inquérito, ou seja, a defesa dos alunos". Aqui está o homem diante de V. Ex.<sup>a</sup>, acusado de ser um crápula. Isto é procedimento de um crápula. Quando, ao contrário, eu devolvi o inquérito porque não deu direito de defesa ao estudante; e na hora de assinar a homologação, passa telegrama daquela natureza.

O resto, V. Ex.<sup>a</sup>, que tem uma formação cristã, fica com a sua consciência. (Palmas.)

**O SR. DEPUTADO LOMANTO JÚNIOR** - Senhor Ministro Gustavo Capanema, Presidente da Comissão de Educação do Senado, Senhor Deputado Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Senhores Senadores presentes, Senhores Deputados, Exmas. Senhoras, Senhor Ministro Jarbas Passarinho. Estava desde o início numa dúvida atroz se deveria participar desse debate, pois há dez dias venho guardando leito; hoje vim apenas para ouvir a exposição de V. Ex.<sup>a</sup>, embora acompanhe no dia-a-dia, no cotidiano, este esforço admirável que se vem realizando no setor da educação. Não me arrependo de ter desobedecido a meu médico. Achei que fiz muito bem; vai fazer muito bem ao meu estado de saúde aqui comparecer, porque não há nada que revitalize mais o homem, que melhore suas condições intrínsecas do que apreciar o debate livre; eu, que sou um homem político, que nasci político, que vivi toda a

minha vida política e quero morrer político, eu adoro momentos como estes, que consagram a democracia brasileira.

Um Ministro de Estado debate com um Deputado, sem rodeios, francamente, dando respostas as mais contundentes, sem nenhum ressaibo por parte daquele Deputado e nem também do Ministro, que exerce alta runção. Eu me parabenizo e estou sentindo que a saúde volta com mais intensidade, e digo ao Ministro, ao meu velho Ministro, velho e moço Ministro, Gustavo Capanema, do meu empo, ao Mintistro da minha época, ao grande reformador da Educação, que a sua iniciativa deve merecer os aplausos desta Casa, que esta tarde ou esta manhã foi uma manhã marcante na vida do Congresso Nacional, e a V. Ex.<sup>a</sup>, Deputado Flexa Ribeiro, que é um respeitado educador neste País, corroborando e colaborando com a iniciativa do Ministro Capanema, V. Ex.<sup>a</sup> marca também um dia de ouro na história da vida do nosso Parlamento.

Senhor Ministro da Educação, eu poderia me dispensar, eu poderia não estar aqui presente, eu carrego comigo uma suspeição e por isso talvez minha palavra não seja, não tenha a autenticidade, porque sou seu amigo e admirador de mais de dez anos, mas uma coisa eu tenho: não condicionar; uma coisa eu tenho: não me limitar à crítica, a que não tenho que me subordinar: é aquela apreciação, que o homem público tem de fazer, mesmo diante de um amigo, de um irmão, de um parente.

V. Ex.<sup>a</sup> deve merecer o respeito da Nação brasileira; eu o conheci jovem, muito jovem, há dez anos atrás. V. Ex.<sup>a</sup> governava o seu Estado do Pará e eu governava o meu Estado cia Bania. Nós nos identificamos, procuramos trocar idéias, verificamos as falências de recursos de nossos Estados, as fragilidades das parcelas destinadas à Educação, verificamos aquilo que Vossa Excelência citou, no que tange ao Maranhão com o Governador Sarney, verificamos o que havia de necessidade de adicionar novos recursos para melhorar as condições educacionais brasileiras, e naquele dia nasceu uma amizade que perdura até hoje, e que Deus há de permitir perdurar para sempre.

Mas eu vi V. Ex.<sup>a</sup> jovem ainda. Nós ambos, V. Ex.<sup>a</sup> ainda mais feliz do que eu porque eu não tinha um cabelo branco e hoje meu cabelo já está quase todo embranquecido. Mas eu pude observar nestes dez anos de atividades, de 64 para cá, diria mesmo de 64 para cá, um homem dar tudo de si; eu não sei quem mais neste País se desprendeu, se despregou, se devotou de corpo e alma a uma tarefa, transformando um Ministério num sacerdócio, como o Ministro Jarbas Passarinho.

V. Ex.<sup>a</sup> hoje está velho, Ministro Jarbas Passarinho. Não acredite mais nos elogios das pessoas que lhe dizem que está moço. Seu resto de mocidade já se foi como o meu também, mas nós estamos felizes porque demos a nossa contribuição para o desenvolvimento deste País. V. Ex.<sup>a</sup> mais do que eu, porque teve grandes oportunidades; no Ministério do Trabalho foi uma revelação, no Ministério da Educação V. Ex.<sup>a</sup> vem realizando uma tarefa que engrandece o País. Ministro Jarbas Passarinho: o Deputado Lysãneas Maciel é uma das figuras mais brilhantes desta Casa e que eu respeito e por quem eu tenho

estima, eu também já fui mimoseado por ele, com algumas expressões carinhosas. Mas, habituado ao debate político militante, eu tenho sempre aquilo que ele aprendeu na sua religião e que eu aprendi na minha, porque católico praticante, aquele sentimento permanente e constante do perdão recíproco. Constantemente estou a ouvi-lo, não a fazer citação verbal, mas a aludir a certas passagens de discursos que pronunciei, como se eu fosse um áulico ou como se eu estivesse aqui apenas a trazer elogios fáceis a pessoas por questões de amizade.

Eu, naquele momento que interpelei sobre o tempo, é porque acho que todos devem ter a oportunidade de falar no dia de hoje, e ficou fixado que cinco minutos seriam o suficiente, e depois adiaram para dez e hoje não sabemos de quantos minutos dispomos para debater. Mas eu serei breve, eu serei breve; eu não tenho mais perguntas a fazer a V. Ex.<sup>a</sup>

Eu não quero mais tomar o tempo dos meus colegas que vêm depois de mim. Eu acho que V. Ex.<sup>a</sup>, sobre o 477, deu uma resposta cabal. Resposta que eu havia dado sobre a Universidade de Brasília, quando respondi ao discurso pronunciado pelo Deputado Lysâneas Maciel. E V. Ex.<sup>a</sup> me surpreendeu ainda muito mais, porque na Universidade de Brasília apenas duas dezenas foram atingidas pelo 477, isto em 1969, e parece que 4 ou 5 de 39 para cá.

Mesmo assim, providências adotadas, alheias à própria Universidade, por autoridades, como eu tomei nota, exatamente como disse; alunos envolvidos em processos de subversão, mediante denúncia formalmente apontada por autoridades coatoras estranhas à própria Universidade de Brasília.

P

A minha pergunta eu também iria fazer: o que ocorreu na Universidade de Goiás? Eu poderia fazer sobre a Universidade da Bahia, mas não quero fazer perguntas sobre a Universidade de Goiás porque V. Ex.<sup>a</sup> já esclareceu, mas seria interessante, já que a Universidade de Goiás é dirigida por um homem da altitude, da grandeza que todos nós proclamamos e conhecemos, irmão do Deputado Lysâneas Maciel, que V. Ex.<sup>a</sup> detalhasse mais e esclarecesse o seu comportamento quanto à aplicação do 477.

Mas eu estou satisfeito pela visão panorâmica que V. Ex.<sup>a</sup> nos deu aqui da Educação brasileira. Eu estou feliz e eu sei que o angustiado de todos os homens neste País, o mais sofrido de todos os homens neste País não é o Presidente Medici não; não é o Ministro da Fazenda não; não sou eu, Excelência; o homem angustiado neste País, com o setor da Educação é o Ministro Jarbas Gonçalves Passarinho, porque ele ainda não realizou aquilo que ele sonhou e aquilo que ele idealizou. Mas vale o dever cumprido. Tenha a sua consciência tranqüila e viva em paz com ela, porque deu de si o que pôde. Transformou o Ministério num sacerdócio, vestiu a roupagem do sacrifício, fez o que pôde em favor da educação de um país que estava cada dia mais descambando, mas que hoje ascende para tornar-se, dentro em breve, numa das nações mais pujantes, mais desenvolvidas, que será, sem dúvida alguma, muito mais orgulho para os nossos filhos.

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Senhor Presidente, inicialmente eu quero, realmente, comentar, não é nem agradecer, mas comentar esse derramamento de sentimentos de meu amigo Lomanto Júnior.

Meu caro Deputado Lomanto, eu costumo dizer, talvez em alguns momentos de desânimo, que a vida pública é muito mais marcada, o Deputado Lysãneas também diria isso a V. Ex.<sup>a</sup>, muito mais marcada de decepções do que de recompensas. Mas, entre as recompensas que eu hei de levar da minha passagem pela vida pública brasileira, figuram a lealdade, o carinho, a amizade fraterna de V. Ex.<sup>a</sup>, ainda que derramada em gestos e palavras napolitanas. Mas, aproveito ainda para que V. Ex.<sup>a</sup> me permita dar resposta ao Deputado Lysãneas, preocupado, justamente, com o problema de não se cercear a capacidade de atuação dos estudantes. Falou S. Ex.<sup>a</sup> em inúmeros diretórios fechados; eu tenho o quadro que passarei e torno a convidar o Deputado a ter a possibilidade de verificar isso diretamente no Ministério.

Em funcionamento neste País, há 781 diretórios acadêmicos; fechados, 29; sob intervenção, 5, dos 29 fechados.

Então, era a mesma coisa que eu mostrar 10 aplicações do 477; neste ano, seis, ainda seis em 836.000 estudantes de grau superior; por favor, faça-se uma estatística e verifique-se o que isso representa; nem um milésimo por cento. Admitir que esses 838.000 estudantes são coelhos, são acovardados, eu creio que nem o Deputado Lysãneas, nem eu, nem ninguém admitiria, porque não há processo de terror, não há processo de opressão que cale indefinidamente a voz da juventude.

Por isso, eu prefiro acreditar que há fates novos; eu prefiro acreditar que não há razões de massificação de protesto na área estudantil. Talvez, modestamente, por uma participação do Ministério da Educação, mas principalmente pela confiança com que a serena administração do Presidente Medici tem trazido a essa própria área em demonstrações concretas.

Ainda mais, tenho toda a relação dos 38 sobre os quais foi aplicado, em quatro anos, o Decreto-lei. Posso mostrar todos ligados à atividade, por exemplo, da APML, isto é, antiga Ação Popular, transformada agora em Ação Popular Marxista-Leninista, que prega a luta armada, não para a derrubada deste Governo, mas a do Regime. Então, eu respeito qualquer estudante e qualquer pessoa humana que tome a deliberação de lutar armadamente contra o Poder; respeito, desde que aceite as conseqüências. O que eu não posso é dar salvo-conduto, garantia, habeas corpus preventivo para se lutar contra a Democracia, ou contra o Regime que nós representamos. (*Palmas*). Respeito.

Mais ainda, meu caro Deputado Lysãneas, se posso continuar me dirigindo a V. Ex.<sup>a</sup>. Não nos iludamos, e quando V. Ex.<sup>a</sup> me conhecer melhor, verá que eu sou pouco profundo em religião, mas talvez tenha alguma profundidade em sentimento humano. Não sou capaz de citar São Lucas, não sou capaz de citar o Evangelho de São Mateus, mas provavelmente me comporte, de algum modo, dentro daquilo que eles

citaram; não vou dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que sou de Dez Mandamentos, por que talvez nem V. Ex.<sup>a</sup> acreditasse; entretanto, quero responder ao Lomanto; o que eu quero mostrar é que cabe exata razão ao Deputado Lomanto, **quando** afirmou aqui que não se trata de um processo de coerção sobre a liberdade estudantil. Um dos diretórios fechados, recentíssimo, foi justamente apontado ainda há pouco: Porto Alegre.

Meus Senhores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes das Comissões, eu deixarei a documentação. Esse jornal se auto-intitula **Jornaleco**. É o jornal do Diretório Acadêmico de Engenharia da Católica do Rio de Janeiro. Acredito que nenhum Deputado da oposição, desta Casa, aceitaria no todo esse tipo de comentário: "O esvaziamento das funções dos DAs, a ação preventiva dos decretos, o ambiente geral comprimido pelas cassações, censura prévia, Lei de Imprensa e, agora, Partidas, no plural, partidos políticos fantoches"... e prossegue o ataque do Diretório Acadêmico de Engenharia. De maneira que nisto eu partilho o insulto com o Deputado Lysâneas. Se a ARENA é fantoche para esse Diretório, o MDR é fantoche também, porque há dois partidos em atividade neste País, que são partidos políticos apresentados como fantoches.

Ninguém proíbe o estudante de fazer prática política, ninguém proíbe. Não há um texto legal proibitivo disto. Por que não procura ele, exatamente, as áreas correspondentes para a prática política que são os partidos políticos? Se ele é contra o Governo, que se matricule no MDR. Se ele é um rapaz inteligente e concorda conosco, que se matricule na ARENA. (*Palmas*).

Mas ele tem possibilidade de atuar num como noutro campo. Senhor Presidente, eu preferiria não mais falar no caso de Goiás, que até Lomanto Júnior me disse que não havia mais necessidade. O que eu quero neste episódio é salientar o perigo de se pinçarem do uma expressão geral algumas palavras que são muito importantes.

Quando eu citei o Reitor Farnese Dias Maciel, citei, precisamente, como eu disse, no todo. Quero citar o exemplo, coincidentemente, do irmão do Deputado. Mas, para mostrar um exemplo de um homem liberal, que chegou a aplicar, talvez indignado por isso, o 477.

Eu fui a Goiás, e lá, como esse 477 ia ser aplicado, inclusive sobre alguns estudantes que estavam sendo concluintes de cursos e iam ser graduados daí a dois dias, eu cheguei na reunião de que participou o Reitor e disse: "A Revolução não quer vingança, ela quer justiça. Aplicar agora, na hora da saída da Universidade, o 477, significa exatamente vingar-se proibindo um estudante de receber o seu diploma" — embora eu soubesse que eles estavam envolvidos, quatro desses estudantes estavam envolvidos exatamente na rearticulação da AP Marxista-Leninista. Aí está um exemplo. Não há desdouro nenhum para o ilustre Reitor de Goiás, meu caro Deputado Lomanto Júnior. Agora, o que nós provamos, inclusive, é o seguinte: enquanto, por favor, atente nisso, meu caro Deputado; enquanto esses eram 8 casos: seis concluintes, dois sobre os quais tinha restado a aplicação do Decreto, que por mim foi anulada também. Oito estudantes estavam nessa situação. Daí

a dois dias, precisamente, graduação dos estudantes do ano passado, da Universidade Federal de Goiás; por unanimidade, Presidente Medici, parainfo; por unanimidade — desculpem-me a imodéstia — o Ministro da Educação atual, patrono. Com quem estará a maioria? Aí está a resposta, Deputado Lomanto (*palmas*).

O **SR. PRESIDENTE** (Gustavo Capanema) - Agora vou fazer uma distribuição que me parece equilibrada. São 12 os interpelantes inscritos. Não vai haver tempo nem para a terça parte. De modo que oito são da ARENA e quatro do MD3. Portanto, eu tenho que fazer uma proporção de 3 arenistas por 1 do MDB. Falaram dois da ARENA e vou dar a palavra ao terceiro da ARENA, para completar quatro, com este equilíbrio que eu defini.

Tem a palavra Sival Guaselli. Agora eu peço ao Deputado Sival Guaselli.

*(Não está mais aí.)*

Não está mais aí?

O **SR. PRESIDENTE** (Gustavo Capanema) - Eu peço ao Deputado Vasco Neto que, restringindo-se ao tempo de 10 minutos, formule logo as perguntas.

O **SR. DEPUTADO VASCO NETO** - Vou diretamente às perguntas. Primeiro devo lhes dar um testemunho: sou pelo 477, porque, Diretor da Politécnica da Bahia, só com ele ou com medidas coercitivas, dentro da cirurgia que o Ministro falou, havia liberdade do professor dar aula e do aluno assisti-la. Antigamente não havia aula. O 477, ainda que pareça incrível, foi um instrumento de liberdade. Senhor Ministro, me preocupa, com o País em desenvolvimento como estamos, a preparação da elite brasileira para dirigi-lo; quando falo elite falo no bom sentido da palavra. Vossa Excelência diz que há necessidade de gratuidade aos pobres. Há tempo, venho pensando, como Diretor da Escola Politécnica, me preocupando com o fato de que os pobres tem menos acesso às universidades públicas federais não pagas e, por decorrência, vão às universidades particulares. Há, ainda, deficiência de bolsas. Eu perguntaria a Vossa Excelência: neste momento do Brasil, não se deveria dar ênfase ao Ensino Superior para que essa elite pudesse contribuir mais efetivamente para o progresso integral do Brasil, dentro do tema de Vossa Excelência, humanisticamente e tecnicamente, que é uma tecnocracia porque sei que é da política maior do Governo do Brasil? Tenho outras perguntas, mas me ateno a esta, atendendo a meu parente e amigo, Gustavo Capanema.

O **SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Em primeiro lugar, eu gostaria de citar a V. Ex.<sup>a</sup> em aditamento como ilustração à sua tese inicial: ainda há pouco se disse aqui que um professor citou o senhor Presidente, ex-Presidente Juscelino, e automaticamente teve problemas com a Polícia. Eu poderia citar que liberdade de cátedra, em primeiro lugar, foi ga-

rantida pelo Ministro da Educação, no que tange ao Ministro da Educação. no seu discurso de posse. Então, declarei, clarissimamente, que ninguém, pelos seus pensamentos, poderia ou sofreria sanções que ao Ministro da Educação caberia aplicar. Agora, o que eu não permitiria era que qualquer professor, utilizando auditório cativo, fizesse o tipo de doutrinação sistemática num sentido. Pois bem, ainda há momentos — isso que vou dizer vai ser muito perigoso para mim mesmo — , ainda há poucos dias, talvez alguns deputados se sensibilizem com isso, eu ouvi, por exemplo, sobre uma universidade aqui, que o professor, a título de ensinar Português, apanha um editorial de um grande jornal carioca sobre o MOBRAL e o ridiculariza de cima a baixo e diz que o Governo inclusive estava preparando, com o MOBRAL, a marcha de mão-de-obra para ser explorada pelos norte-americanos. Isto aqui dentro da Universidade de Brasília, sem nenhuma conseqüência, com o meu conhecimento, o que não me parece liberdade de cátedra. Segundo: há dias, numa prova de Sociologia — para provar como realmente isso existe — a questão a que os alunos responderam foi: "Defina segundo o conceito de Marx as classes e a luta de classes". Então se verifica que não há tabu nessas expressões. Eu outra vez insisto: e ninguém pode responder pelo excesso de zelo indevido de alguma autoridade policial. Voltando ao problema do ensino pago, que eu chamo de ensino gratuito, eu mostraria a Vossa Excelência apenas uma transparência para sermos muito breves, não propriamente em homenagem a Vossa Excelência e a mim, mas em homenagem ao MDB, que pede ao Presidente da Casa que tenha oportunidade. A transparência sobre o que nós imaginamos fazer do ensino pago para quem pode pagar. Em cima: Constituição Federal, que diz que os carentes e os insuficientes de recursos não pagam e os outros deveriam pagar na medida das suas possibilidades. Ali tem Vossa Excelência, senhor Deputado Vasco, o que nós imaginamos. Ali está o Imposto de Renda. (Eu peço ao Professor Vianna que mostre lá, por favor, ao Professor Heitor, o Imposto de Renda que foi a nossa inspiração.) Todas as pessoas isentas de Imposto de Renda vão pagando o Imposto de Renda até a alíquota de 3%; nós consideramos como isentas também. Em primeiro lugar, nenhum filho de pessoa que não pague o Imposto de Renda pagaria um só centavo na Universidade. Agora, o que nós queríamos era uma sociedade solidária: e que os que podem mais ajudem os que menos podem sem características paternalistas. A partir daí nós fizemos uma tabela de taxação na ordem inversa da renda líquida. Lá está, na primeira coluna, renda líquida. Por exemplo até 8.000 e tantos cruzeiros, haveria uma dedução de onze vírgula cinco salários mínimos e o pagamento de meio salário mínimo, ou seja, a contribuição de cento e trinta cruzeiros por ano. A partir daí, a dedução vai diminuindo à proporção em que o homem tem maior renda. Quando chega, por exemplo, naquela alíquota que corresponde a 20 por cento, então ele paga cinco salários, o que corresponde a 1.300 cruzeiros. Ora, hoje, vários deputados, senhores deputados, senhores senadores, várias pessoas aqui em Brasília estão pagando pelos seus filhos, no Pré-Universitário, acima de três mil cruzeiros por ano.

E nós estamos ali propondo que uma pessoa que tem uma renda superior a 30.000 cruzeiros, renda líquida, que pode ser uma renda bruta de 100 ou mais que isso, com as deduções, pague apenas 1.300 cruzeiros por ano por um filho; pelo segundo, metade; pelo terceiro, cortesia da casa, ninguém paga mais. Então, a partir daí, nós teríamos essa possibilidade de chegar até àqueles que mais pagam, que são os que pagam acima da alíquota de quarenta por cento. Esses teriam zero de dedução, doze salários mínimos, pagamento que corresponderia a três mil, cento e vinte cruzeiros por ano; significava o mais rico homem deste País. Inclusive, por exemplo, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, se tivesse um filho na universidade, ele que paga seu imposto de renda acima da alíquota de 40%, pagaria por um filho 3.200 cruzeiros por ano. Aí o que nos parece absolutamente correto. Para que, entretanto? Pará aumentar os fundos de educação? Não. Para responder à pergunta do Deputado Vasco, para jogar isso na Caixa Econômica Federal, num plano de bolsas para atender aos estudantes pobres. Porque ao estudante pobre não basta a universidade gratuita; ele tem que gastar com alimentação, com vestuário, com transporte e às vezes até com mudança de habitação. Por isso, então, nós colocaríamos ali um *pool* comum. Como a sociedade brasileira está realmente progredindo, aquele pagamento seria cada vez maior e, em seguida, como não é paternalista o sistema que nós imaginamos, haveria a devolução da bolsa quando o estudante, por ela beneficiado, pudesse pagar. Quando ele poderia pagar? Quando ele, por seu turno, entrasse no imposto de renda. Então, se ele se chama Antônio da Silva Júnior, entrou no imposto de renda, ele começa a pagar e devolve para o estudante pobre aquilo que recebeu do Estado. Com um sistema dessa natureza, nós teríamos uma bola de neve, Deputado. De maneira que, em cinco anos, eu duvido que algum ministro da Educação pudesse declarar que tem um estudante pobre que se afastou da universidade, mesmo gratuita, porque não podia pagar as suas despesas de manutenção.

Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>. E a resposta completou o pedido do meu colega Adhemar Ghisi, exatamente naquela bolsa para outros valores que não só a educação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Capanema) - Nós estamos ainda com 5 minutos. Eu vou dar a palavra ao Deputado Fernando Lira, que estava em 5.º lugar, mas, como o Deputado (inaudível) não compareceu, posso fazer aqui uma substituição. O Deputado Nina Ribeiro estava em 4.º lugar; eu, então, estou procurando fazer uma conciliação entre os partidos, que a ordem da justiça não terá base. Peço que responda de uma vez a dois interventores, um, aqui com a palavra, Fernando Lira, pedindo a V. Ex.<sup>a</sup> que faça logo as perguntas, coisa que também vou pedir ao Deputado Nina Ribeiro, para, assim, sem prejuízo da justiça e da distribuição da palavra, não haver prejuízo do tempo do Congresso, que não poderá dispensar ao presente acontecimento um período muito além da uma hora da tarde.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO LIRA** - Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> está pedindo demais para um homem do MDB, que, segundo Sua Ex.<sup>a</sup>, Sr. Ministro, para ser inteligente, precisa ser da ARENA, e para se fazer três perguntas sem desenvolver o raciocínio é meio difícil.

**O SR. PRESIDENTE** (Gustavo Capanema) - Mas eu lhe peço que as faça rápido.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO LIRA** - Sem ser inteligente, mas sendo do MDB, Sr. Presidente, Srs. Presidentes Gustavo Capanema e Flexa Ribeiro, Senador João Calmon, Senador Franco Montoro, meu caro conterrâneo, Deputado Aderbal Jurema, por mais que eu me esforce para fazer as perguntas de imediato, eu teria que fazer o mínimo de síntese para que as perguntas fossem uma consequência do raciocínio, e não o raciocínio ser uma consequência das perguntas, porque isso cabe ao Sr. Ministro Jarbas Passarinho. Antes de mais nada, V. Ex.<sup>a</sup> vai-me permitir que, naquilo que V. Ex.<sup>a</sup> mereça elogio, eu vou omitir-me porque o Deputado Lomanto Júnior já (abrangeu todos os setores, o que me dificulta a esse problema. V. Ex.<sup>a</sup> é um político; é um político de liderança incontestável no seu Estado, é um homem desta Casa, embora esta Casa não tenha tido o privilégio de gozar de sua permanência pelo chamamento do Governo às pastas do Ministério do Trabalho e, posteriormente, do Ministério da Educação. Sendo político, V. Ex.<sup>a</sup> entende o que é a sensibilidade política, do político, de homens que lutam para reafirmar a posição dignificante da vida pública. Vida pública que, neste País, cada vez mais se torna um sacerdócio, porque a ela tudo se dá e hoje é dia de festa. V. Ex.<sup>a</sup> por aí tira, porque V. Ex.<sup>a</sup> vem a esta Casa, tem ouvintes, e a imprensa, amanhã, publicará que S. Ex.<sup>a</sup> esteve aqui e que os Deputados, inclusive os da oposição, lhe interrogaram, interpelaram, e esta assistência está aqui hoje, e este auditório quase não suportou a presença maciça dos interessados porque aqui se efetuará não uma conferência do ilustre Ministro Jarbas Passarinho, mas aqui seria travado um debate sobre problemas nacionais. Então, eu gostaria — voltando ao problema político — que V. Ex.<sup>a</sup> sentisse o drama do homem da oposição, que é, como eu, oriundo de 1966, que não cultiva o hábito do antes e depois de 64, que não tem nenhum compromisso com o passado e nesta parte eu sigo até a orientação do Presidente Mediei, embora ele não tenha cumprido tudo, infelizmente, quando disse que não vamos juntar, jogar pedras no passado, mas juntá-las para construir o futuro, porque, se aqui fôssemos comparar presente e passado, nesta mesma mesa tem um passado — presente e um presente-presente como Ministro da pasta da Educação, o eminente, grande e culto professor Gustavo Capanema, S. Ex.<sup>a</sup> o professor Flexa Ribeiro e tantos outros. Esta comparação, presente e passado, eu não gosto de fazê-la, porque, ao fazê-la comemos, sem querer, injustiças na contradição da afirmação, como também não gosto daquela mania que se tem agora — aliás, ela vem antes inclusive da Revolução, não é problema da Revolução, não — da compara-

ção das estatísticas para afirmar as realizações, embora não se discuta o problema das realizações, se são muitas ou poucas; mas sempre o próximo Governo contesta as estatísticas do outro para afirmar que realizará muito mais. Mas, Ministro Jarbas Passarinho, objetivando, agora eu gostaria de encaminhar três perguntas a V. Ex.<sup>a</sup>, embora reconhecendo que poucos aqui, ou melhor, ninguém reconheceu e eu vou reconhecer que V. Ex.<sup>a</sup> também é vítima da repressão. Foi no passado e é no presente, quando apanhou da polícia como estudante e como Ministro da Educação do Brasil. Porque se faz muita coisa e se toma muita atitude arbitrária no setor educacional sem dar atenção aos seus pronunciamentos e a seus repetidos apelos à dignidade humana, ao respeito à dignidade humana. Ministro Jarbas Passarinho, ainda hoje, pela manhã, o Sr. veja o drama do Deputado da oposição que, inclusive, criou um problema sério porque hoje a ARENA é Revolução, e contestar Governo é a Revolução e à medida que se faz *evolução* ao Governo, se contesta o Governo, se contesta a Revolução, parece que não se ouviu o clamor de De Gaulle, quando disse: "eu sou a França", e a França disse: "Não é o Sr." Ele disse que não era mais e deixou de ser a França; ninguém contestou a França, porque De Gaulle saiu da Presidência. Mas, hoje, não. Contestou o Governo, o Governo é Revolução; então, estão contestando a Revolução. Mas isto são ilações que não cabem nesta hora. V. Ex.<sup>a</sup> veja bem; hoje de manhã, recebi um telefonema do Recife. Como homem de oposição, representando o meu povo, eu tenho obrigação de ir à tribuna da Câmara e denunciar o fato. Hoje pela manhã, às 7 horas da manhã, infelizmente, num infeliz infelizmente nesta circunstância que V. Ex.<sup>a</sup> estaria aqui, eu recebo um telefonema do advogado, de um advogado em Recife, dizendo que o professor da Universidade Rural de Recife, que chegou aqui em 64, convidado pelo Ministro Roberto Campos como seu assessor, está seqüestrado desde anteontem; ele e sua esposa. O Sr. veja, Ministro, como é difícil a nossa situação; um professor universitário seqüestrado em Recife anteontem, sem que ninguém possa saber onde ele se encontra, nem V. Ex.<sup>a</sup>; então, há uma quebra de hierarquia, porque eu vi um telegrama — que V. Ex.<sup>a</sup>, permita-me relatar o fato, que vai muito a propósito de nosso debate — eu vi o telegrama de V. Ex.<sup>a</sup>, inclusive, uma exceção, não de V. Ex.<sup>a</sup>, mas do Ministério de que V. Ex.<sup>a</sup> faz parte, respondendo, não digo a interpelações, não, a apelos, pelo menos, da minoria. V. Ex.<sup>a</sup> telegrafou ao MDB, dizendo que não podia dar conta do estudante preso em Alagoas porque ele estava envolvido num movimento, segundo o reitor; que foi informado ao reitor de derrubada do regime de Alagoas. Então V. Ex.<sup>a</sup> veja bem; este professor foi seqüestrado anteontem e eu poderia, posteriormente, passar o nome — para não me demorar mais — de mais seis estudantes de que eu tenho a relação, cinco da Universidade de Direito do Recife, quintanistas, que V. Ex.<sup>a</sup> disse há pouco que não poderia aplicar o 477 num conculinte. Pois os órgãos de segurança prendem 5 conculintes, Ministro, num desrespeito à própria palavra do Ministro da Educação. Não é que V. Ex.<sup>a</sup> não queira ter nada com os órgãos de segurança, mas os estudantes pertencem à Universidade do Recife; o

reitor não pode tomar conhecimento porque nada lhe é dado como resposta às indagações que faz; as autoridades não respondem a nada; as autoridades de segurança não respondem a nenhuma pergunta. Então, este é o terror, Ministro, a que se referiu o Deputado Lysâneas Maciel. O 477 é um instrumento; é claro; um instrumento de aniquilamento da vida estudantil, se usado. Mas esses órgãos de segurança, agindo como estão, cometem um desrespeito à hierarquia, um desrespeito à segurança nacional, embora, em nome dela esteja agindo, e criando problemas seríssimos, inclusive para V. Ex.<sup>a</sup>, porque é quem tem que responder a coisas que não são de sua alçada, embora o sejam porque eles são realmente estudantes universitários da Universidade do Recife, e que não têm nenhuma conotação subversiva porque eu, inclusive, atesto pela palavra do advogado de hoje que esses cinco estudantes não têm implicação nenhuma; foram presos à revelia de todo sistema universitário e de toda a família e foram presos sem que nada pudessem comprovar. Então, como é que V. Ex.<sup>a</sup> explicaria? — Vou terminar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Gustavo Capanema)** - O seu tempo está terminado.

**O SR. DEPUTADO (Fernando Lira)** - Como o de todos os oradores que me antecederam, menos o Vasco Neto que foi muito correto no tempo.

**O SR. PRESIDENTE (Gustavo Capanema)** - Mas agora já terminou o tempo da Sessão.

**O SR. DEPUTADO (Fernando Lira)** - Infelizmente tem esse limite, mas a primeira pergunta é: como V. Ex.<sup>a</sup> explica essa dicotomia entre os órgãos de segurança e o Ministério da Educação? E, por favor, não responda como V. Ex.<sup>a</sup> respondeu: que não tem nada a ver com órgãos de segurança de outros Estados. Esse pessoal foi seqüestrado pelo **DOI** do 4.º Exército do Recife.

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Deputado, deixe a minha resposta.

**O SR. DEPUTADO (Fernando Lira)** — Pois não, não quero conduzir jamais o seu raciocínio. Isso é um velho hábito do Plenário, que nos faz querer conduzir a resposta do interlocutor.

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Eu tenho o direito de brincar V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. DEPUTADO (Fernando Lira)** - Ah! pois não. Não, não, eu sou do MDB, Ministro.

O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO - Por isso mesmo V. Ex.<sup>a</sup> não é estudante agora, é?

O SR. DEPUTADO (Fernando Lira) - Já fui.

O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO - Por isso eu só me referi aos estudantes inteligentes, V. Ex.<sup>a</sup> já foi.

O SR. DEPUTADO (Fernando Lira) - Ah! entendi. Correto. Aliás, eu sou realmente estudante porque eu estou fazendo um curso de inglês! nem me lembrava. Foi o Ministro que tomou meu tempo agora, Presidente, agora eu vou. A primeira pergunta seria: como V. Ex.<sup>a</sup> entende esse problema? Segunda, é outra pergunta: como V. Ex.<sup>a</sup> entende e eu vou dar o meu entendimento, jamais o seu, a censura medíocre, estapafúrdia, absurda, inclusive analfabeta?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Capanema) - Essa pergunta não pertence a...

O SR. DEPUTADO (Fernando Lira) - Pertence, Presidente. Eu vou fazer a ligação.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Capanema) - As perguntas são sobre as áreas do Ministério da Educação.

O SR. DEPUTADO (Fernando Lira) - Exatamente o que eu vou fazer. Eu não determinei qual é a censura, Presidente. Não, eu não disse que censura eu vou falar; não é da imprensa, não. O da imprensa é outro problema; é Ministério da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Capanema) - Também não entra aqui.

O SR. DEPUTADO (Fernando Lira) - Não vou falar sobre a censura da imprensa, não; poderia ser da justiça, mas não o é. No tocante, por exemplo — V. Ex.<sup>a</sup> sabe mais do que eu que o MEC premiou um filme brasileiro, já que não posso entrar em outra seara, com três corujas de outro; o filme notável que foi, inclusive, segundo colocado no Festival de Berlim. Como é que V. Ex.<sup>a</sup> recebe, depois do filme premiado pelo MEC, uma censura de um Departamento incompetente, não num sentido jurídico, mas incompetente no sentido qualitativo, para um filme que foi premiado pelo MEC? E não é exceção; hoje, nós temos que assistir a um filme sempre no primeiro dia porque não sabemos se no outro dia o filme vai sair. Como é que V. Ex.<sup>a</sup> entenderia essa censura às obras de arte, ao teatro? Agora mesmo, *Margarida* foi para o mundo porque a censura achou que não poderia ser representada, depois de ter sido censurada. E não preciso nem citar casos; V. Ex.<sup>a</sup> já deve estar sendo todo dia importunado com os telefonemas do Rio de Janeiro, dizendo: "minha peça foi vetada", "minha peça foi vetada". Como é que se entende uma

coisa dessa? E o Senhor dizendo: "isso é um absurdo", mas fica no absurdo e infelizmente não tem aquele tal...

O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO - Eu aprecio en. V. Ex.<sup>a</sup> a desenvoltura com que me atribui frases.

O SR. DEPUTADO (Fernando Lira) - Não, mas V. Ex.<sup>a</sup> tem. .

O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO - É um artista perfeito.

O SR. DEPUTADO (Fernando Lira) - Eu tenho o direito de atribuir porque V. Ex.<sup>a</sup>..

O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO - Já me fez seu personagem.

O SR. DEPUTADO (Fernando Lira) - Ah! V. Ex.<sup>a</sup> é um personagem do Governo, porque V. Ex.<sup>a</sup> prova que é eclético, inclusive, porque foi Ministro do Trabalho e Ministro da Educação; V. Ex.<sup>a</sup> abrange todos os órgãos. Mas eu vou terminar a terceira pergunta. Como é que V. Ex.<sup>a</sup>, ou melhor, quais as providencias ou, como V. Ex.<sup>a</sup> entende a permanência do estrangeiro?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Capanema) - Meu caro Deputado ...

O SR. DEPUTADO (Fernando Lira) - É a terceira pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Capanema) - V. Ex.<sup>a</sup> me perdoe, mas o tempo está terminado.

O SR. DEPUTADO (Fernando Lira) - Mas eu posso fazer a terceira pergunta, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Capanema) - Pode, V. Ex.<sup>a</sup> terminou o prazo.

O SR. DEPUTADO (Fernando Lira) — Eu posso fazer a terceira pergunta? Eu já ia terminando quando o Sr. me interrompeu, o Sr. me permita, o respeito que eu tenho ao Sr. é muito grande, mas o Sr. me interrompeu na terceira pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Capanema) - O respeito maior é à ordem.

O SR. DEPUTADO (Fernando Lira) — Mas a ordem é para ser cumprida e infelizmente não tem sido até agora.



O SR. PRESIDENTE (Gustavo Capanema) - Mas agora nós estamos fora da hora do término da Sessão.

O SR. DEPUTADO (Fernando Lira) - Mas o Sr. me permite fazer a terceira pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Capanema) - Faça, mas pelo amor de Deus, faça depressa!

O SR. DEPUTADO (Fernando Lira) - A terceira pergunta, Sr. Ministro, o senhor me perdoe...

O Senhor Presidente disse. E como V. Ex.<sup>a</sup> entende que professores do melhor quilate intelectual e apenas para citar um, o Professor Celso Furtado, e outros tantos que estão no exterior, não têm oportunidade de ensinar aos brasileiros, quando nós temos oportunidade de ler os seus livros, e seus próprios estudos são parte do currículo das universidades? Como Celso Furtado e tantos outros que estão no exterior, ensinando em Oxford, Cambridge e tantos outros na Sorbonne? V. Ex.<sup>a</sup> gostou (inaudível) Estou aprendendo bem, heim? Na Sorbonne e em tantas outras universidades estrangeiras... e não têm o direito de ensinar seu povo e sua gente. Eu quero que V. Ex.<sup>a</sup> entenda esse problema e qual a sua providencia, dentro dessa franqueza — porque a única coisa que aprendi em francês foi a citação do Pe. Debret, que dizia que a franqueza é a maior das habilidades —, qual foi sua luta para trazê-los de volta, pois tenho a certeza de que V. Ex.<sup>a</sup> gostaria de tê-los aqui; sei que o Senhor lê os seus livros e às vezes não concorda com as idéias expostas, mas entende as suas inteligências e os seus pronunciamentos. Portanto, essa era a terceira pergunta. O Senhor se lembra das três?... Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Peço a atenção do auditório para o seguinte: nós não podemos demorar-nos muito mais. Já são treze horas e quinze minutos. De modo que eu peço ao Deputado Nina Ribeiro que encerre, a lista dos interpelantes e faça a sua pergunta rapidamente. Mas muito rapidamente, pelo amor de Deus!

O SR. DEPUTADO NINA RIBEIRO - Senhor Presidente, senhores membros da mesa, Senhor Ministro: Eu ia citar mesmo o grande tribuno Mirabeau, que disse, certa vez, que os bons discursos mudam até as opiniões, mas não mudam os votos. É isto a propósito da explanação magnífica que o Senhor Ministro aqui fez, a despeito da crítica acerba e, inclusive, do dualismo do diálogo que demonstrou, sem sombra de dúvida, à saciedade, da excelência dos resultados que o seu gênio, sem favor nenhum, conseguiu na importante pasta da Educação. Teria, por certo, outras indagações, outras considerações maiores a fazer e mereceriam, sem dúvida, outros desdobramentos, mas não quero me demorar por demais. Tenho a missão terrível de ser o último, fechando, por assim dizer, a lista de inscrições que ainda ia longe. Quero apenas, se-

nhor Ministro, indo diretamente ao assunto, indagar, como em complementação àquilo que V. Ex.<sup>a</sup> com bravura, com coragem mesmo — aquela coragem definida por Napoleão, não sendo o ato heróico muitas vezes fruto até por contradição do próprio medo, como aquela bravura que a sentinela tem, indormida, pelas madrugadas afora — como V. Ex.<sup>a</sup> a enfrentou como problema, inclusive, de impopularidade, qual seja o do pagamento, necessário do ensino superior, para que se possa preencher o vazio que V. Ex.<sup>a</sup> herdou de épocas pretéritas. V. Ex.<sup>a</sup> enfrentou-o com aquela coragem que o saudoso Presidente Kennedy apontou, por exemplo, em prova de *cratch*, dizendo, inclusive, que a popularidade a gente armazena para gastar quando é necessário.

Em complementação a isso, senhor Ministro, eu indagaria de V. Ex.<sup>a</sup> a respeito de algo que chamamos de Banco Nacional de Educação. Uma idéia que pode sedimentar; não pretendendo ser dono da verdade, nem pretendendo ter inventado, mas eu a observei funcionando e funcionando bem em vários países, em viagem que fiz à minha custa à Europa e, inclusive, aos Estados Unidos. Lá pude ver, por exemplo, que o **National Defense Education Act** e o **Higher Education Act** beneficiaram logo, com o seu advento, cerca de um milhão de jovens pobres. Seria renomada demagogia, Senhor Ministro, se apresentássemos aqui, como projeto de lei, um tal esboço, porque, evidentemente, existe o óbice constitucional do aumento de despesa. Então eu não o fiz, mas encaminei-o, inclusive, a V. Ex.<sup>a</sup>, a título de contribuição modesta, mas sincera. E gostaria de que V. Ex.<sup>a</sup>, que atingiu dois excelentes resultados, dissesse qual a vereda, qual a perspectiva que lançaria para o futuro, exatamente nesse sistema de financiamento de bolsas em larga margem, que, em síntese, poderíamos dizer, poderiam haurir também um adicional sobre imposto de bebidas, um adicional sobre fumo, ao lado da já dividida Loteria Esportiva e ao lado de outras fontes que poderíamos ter, no sentido de dar a partida do capital inicial deste Banco. Este não seria necessariamente, um novo Banco, porque poderia aproveitar a rede das Caixas Econômicas ou do próprio Banco do Brasil, de modo a financiar o maior número possível de bolsas, levando-se em conta o aspecto qualitativo, porque daríamos um maior número de bolsas exatamente àquelas profissões que são mais carentes no nosso meio. Se olharmos em redor, veremos, Senhor Ministro — V. Ex.<sup>a</sup> sabe melhor do que qualquer um — como existe um número irrisório de geólogos neste País, como existe cerca de mais de mil municípios, mil e quinhentos municípios aproximadamente, sem um único médico neste País e como há carência de técnicos de nível médio! Em complementação aos gigantescos, aos excepcionais esforços que V. Ex.<sup>a</sup> materializou em grandes resultados, eu perguntaria da possibilidade de acrescentarmos mais este expediente, das possibilidades para o futuro, augurando que V. Ex.<sup>a</sup> continuasse inclusive na pasta, porque acho que ninguém, ninguém mesmo, faria melhor que V. Ex.<sup>a</sup>. Muito obrigado.

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO - Muito obrigado.**

**O SR. DEPUTADO FÁBIO FONSECA** (Aparte) - Sr. Presidente, é uma questão de ordem.

Senhor Presidente Flexa Ribeiro, Senhor Ministro Jarbas Passarinho: Eu, realmente, sou um recruta legislativo e jamais fui político na minha vida. Apenas militar, posteriormente, professor universitário. Servi na Segunda Grande Guerra. Mas, curioso e interessado realmente pelos problemas nacionais, eu acho que o ensino na nossa pátria é também uma questão de segurança nacional. Perguntaria a V. Ex.<sup>a</sup> o seguinte: se já foi levado em consideração o que se dá, o que não se dá à saúde e aquilo que se dá à educação. Se nós rememorarmos só o passado, vamos verificar o seguinte: uma nutriz que não está bem alimentada terá um feto desproteínizado. Por conseguinte, não haverá os anticorpos que são formados pelas proteínas e esse feto estará sujeito a afecções e infecções e, ao mesmo tempo, a uma debilidade do hemisfério cerebral direito, que é o da criatividade, por falta de desenvolvimento dessas células. E o senhor sabe perfeitamente que setenta por cento das nossas crianças são reprovadas no primeiro ano primário ou são repetentes do primeiro ciclo. Eu gostaria de perguntar a V. Ex.<sup>a</sup>, para terminar e não desobedecer a meu Senador, o seguinte: se V. Ex.<sup>a</sup> está intencionado, realmente, em colocar um pouquinho, uma colherzinha de chá também para a saúde, para que os jovens de amanhã não sejam os cadáveres ignorantes de hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Gustavo Capanema)** - Tem a palavra o Ministro Jarbas Passarinho para responder aos três últimos querelantes.

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Senhor Presidente. Pela ordem, responderei ao Deputado Fernando Lira, depois ao Deputado Nina Ribeiro e, finalmente, ao Deputado Fábio Fonseca. Quando eu digo que responderei, pode ser pretensão minha. Nesse momento, eu creio que o Deputado Fernando Lira — agora o sapato muda de pé — estará pensando assim: bom, ele supõe que vai responder, mas não deve responder. Eu cheguei a alguma conclusão.

Em primeiro lugar permita-me uma homenagem realmente sincera. Eu acho que a homenagem precisa desse qualificativo. Eu ouvirei V. Ex.<sup>a</sup> indefinidamente. A sua colocação sobre o posicionamento do problema me parece a de um homem profundamente inteligente, que deve ter sido um estudante inteligente. (Aparte não identificado — O primeiro da classe.) Apenas equivocado. O primeiro de classe. Não o primeiro de classe. Quanto ao primeiro de classe, é um problema sério. Eu aprendi também com o Comandante (inaudível) — hoje é o dia das citações — que, um dia, os animais resolveram fazer um concurso para saber quem seria o rei dos animais. E resolveram que devia ser o primeiro da classe. Então fizeram uma série de requisitos, pré-

requisitos — talvez o DASP tenha entrado nisso — fez os pré-requisitos — o animal deveria voar um pouco, nadar um pouco, correr um pouco, Logo na saída, o leão mergulhou numa lagoa e não veio mais. O elefante, adiante. Então, ganhou o pato, que de tudo fazia um pouco, era o primeiro da classe. Eu — longe de mim querer, entretanto, fazer qualquer comparação entre pato e V. Ex.<sup>a</sup> — já estou, realmente, muito acostumado às brincadeiras com passarinho, meu sobrenome. Mas, Deputado Fernando Lira, V. Ex.<sup>a</sup> disse-me, impressionou-me profundamente, que não iria se referir ao passado e ao presente; a história brasileira é uma só e V. Ex.<sup>a</sup> tem uma militância política que não lhe dá responsabilidade de defesa de heranças passadas.

Sim, eu creio que V. Ex.<sup>a</sup> reconhece os métodos, os méritos inclusive, dos seus adversários, embora V. Ex.<sup>a</sup> prefira elogiá-los pela boca do Deputado Lomanto Júnior. É evidente. Primeiro, V. Ex.<sup>a</sup> nem poderá dizer que eu não fui cordial com V. Ex.<sup>a</sup> porque até lhe dei água Segundo, eu gostaria de tratar do problema de inteligência, que acredito que (peço agora aos meus amigos Deputados e Senadores da ARENA) estou prevendo o que vai acontecer. Eu fiz uma *blague*. V. Ex.<sup>a</sup> citou o Padre Debret e poderia até citá-lo numa determinada passagem também de seu manifesto, onde ele mostrava que um dos perigos da *blague* está exatamente em ser interpretada ao pé da letra, e não com a intenção que lhe dá o orador. Daí, então, algumas afirmativas em tom de *blague* serem muito mal interpretadas historicamente. É evidente que quando eu falei em "estudante inteligente vem para a ARENA", estou fazendo um pouco naturalmente da minha posição de Presidente, primeiro Presidente da ARENA do Pará, e estou fazendo *blague*. Mas parece que V. Ex.<sup>a</sup> vai querer, a partir daí, derjenar o passarinho no Congresso, não? Vamos admitir que o MDB seria um antro de burrice. Nunca eu poderia dizer isso. Até admiro profundamente as inteligências onde elas se situem. Ainda gostaria de afirmar ao Deputado Fernando Lira: onde elas se situem, eu admiro as inteligências. Nem sempre, é claro, eu as respeito, porque nem todas, infelizmente, são também respeitáveis.

Mas V. Ex.<sup>a</sup> falou no caso de Alagoas. Me parece que, como advogado. Eu anotei tudo. E eram três perguntas, depois mais quatro e eu tinha de anotar porque ele mesmo me perguntou se eu me lembraria de tudo. Então, eu me lembro bem, o Deputado Ulysses Guimarães — infelizmente não o vejo aqui, mas o arquivo do MDB está à disposição para mostrar que tipo de resposta eu lhe dei — disse apenas que eu lastimava que o presidente do Partido tivesse antecipado o julgamento. Eu lhe dei a informação a respeito de onde se encontravam os estudantes. Disse-lhe, inclusive, que se encontravam presos em Alagoas e a informação que obtivera direto do Reitor: que o Reitor lhe garantia que eles estavam sendo bem tratados e mais, estavam, entretanto, incomunicáveis porque se tratava de um problema de desmantelamento de uma rede do antigo Partido Comunista Revolucionário. Para os que não estão habituados talvez a estas siglas, eu devo dizer que o Partido Comunista Revolucionário é um desdobramento, por dissidência, do antigo Partido Co-

munista Brasileiro. E foi o responsável pelo atentado contra a vida do Presidente Costa e Silva no Aeroporto de Guararapes. Agora, eu direi apenas, com base nos documentos de que disponho com as provas dos órgãos correspondentes de avaliação da guerra revolucionária existente no Brasil. O único ponto que me pareceu, *data venia*, fraco, na argumentação de V. Ex.<sup>a</sup>, é que V. Ex.<sup>a</sup> antecipou os julgamentos. Fez juízo de valores. Assim como a sua reprodução não fazia muita justiça ao texto do meu telegrama sobre Alagoas, V. Ex.<sup>a</sup> disse que hoje, ao receber essa notícia do Becife, tem a certeza de que nenhuma dessas pessoas cometeu qualquer transgressão. Acho arriscada a sua afirmativa apriorística.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO LIRA** - (Aparte inaudível.)

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Sim, mas V. Ex.<sup>a</sup> estranhou; o advogado não chegaria aqui. Chegou pela autoridade de V. Ex.<sup>a</sup>. Chegou pela autoridade, pelo respeito que V. Ex.<sup>a</sup> merece nesta Casa. Então, é evidente que, automaticamente, V. Ex.<sup>a</sup> endossou. E endossou no escuro. Partiu, então, para uma teoria de direito que me parece estranha. É o eu-achismo. Eu acho que não houve transgressão.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO LIRA** - (Aparte inaudível.)

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Eu não percebi, Deputado.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO LIRA** - Bom, talvez. Isso não se aplica a mim. Não tenho procuração do Ministério.

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Bom, mas não copie isso, que isso é mau. Ainda mais a um homem jovem como o senhor fica mal. ( *Risos.* )

Agora, desculpe a advertência que é quase fraterna, mesmo. Mais uma coisa, Deputado. Há o que eu não tenho. Como os fatos são de hoje, é evidente que eu não tenho nenhuma palavra para lhe dar. Mas eu me comprometo com V. Ex.<sup>a</sup> em pessoa, com a opção desta Casa, com esta Casa pelo seu partido majoritário, a obter as informações no mais curto prazo possível e transmitir-lhe como transmiti ao Presidente Ulysses Guimarães, as informações sobre o caso de Alagoas.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO LIRA** - (Aparte inaudível.)

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Pois não. Quanto aos professores, verificamos ainda há pouco ali que, nesses quatro anos de mandato do Presidente Medici, dois professores foram atingidos pelo 477. Ambos foragidos. Inclusive, não entendi quando um Deputado

disse aqui, por exemplo, que nós tínhamos trocado um professor por um empresário na direção da UnB. Não entendi, porque a UnB tem hoje como seu Beitor um dos pesquisadores e cientistas brasileiros mais notáveis, que é a figura do Professor Amadeu Courty, um homem que não se deixa dominar pelo ódio.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO LIRA** - (Aparte inaudível.)

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Pois não. Claro.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO LIRA** - (Aparte inaudível.)

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Sim, sim, isso é diferente. Eu concordo com V. Ex.<sup>a</sup>. Eu é que liguei o fato contra os professores. Quanto à seqüência, V. Ex.<sup>a</sup>...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO LIRA** - É, sobre a cabeça...  
(Risos.)

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - É, sobre a cabeça. (Risos.) Inclusive é o seguinte, Deputado: nós podíamos ir para um terreno que não seria muito vantajoso. E creio mesmo que não seria muito vantajoso para V. Ex.<sup>a</sup> e seus colegas, porque o 477 não inovou nada. O 477 (eu esperava até hoje ser chamado aqui a esta responsabilidade), o 477, eu dizia, consolidou artigos que são da Lei de Segurança Nacional, do Código Penal e, tanto quanto eu aprendi — eu chamava o Presidente Castelo Branco um jurista do Realengo, que tinha um curso de Direito na Escola Militar do Realengo — o jurista do Bealengo também achava que havia uma certa implicação de direito civil na repartição do dano. Então, não se inventou nada. Apenas se colecionou, colocou-se na legislação específica, na área de Educação. Na medida em que eu garanti que o 477 tinha que vir a mim em todos os casos, eu passei a ser isso que V. Ex.<sup>a</sup> diz: o fiador da sua aplicação. E por essa, não respondo. Respondo não apenas fraternalmente diante de V. Ex.<sup>a</sup>, mas isentamente em qualquer tribunal. Logo, não me parece que este 477 provoque reações e violências contra as pessoas que fazem as suas postulações, que fazem suas reclamações, inclusive que escrevem — como houve um caso em Goiás ainda com o meu ilustre ex-Reitor Farnesi Maciel — uma série de ofensas ao Presidente do DCE. Quisera aplicar o 477 nele; eu o chamei a Brasília, e lhe fiz essa pergunta: Você me chama de traidor da Pátria? — "Não, não estou chamando. Estou chamando só de entreguista". Muito bem. Então lhe pergunto: Você escreveu aqui que eu assinai o acordo MEC/USAID? — Vou-lhe fazer uma pergunta, mas quero — me permita que explique isso, Deputado, porque me parece que faltou, de algum modo, algo pertinente à compreensão do problema — quero que você me diga, e eu tenho condições de saber, advirto-o antes, eu tenho condições de saber se sua res-

posta é verdadeira ou não: "Já leu o acordo MEC/USAID? Advertido por mim, pensou e disse: — "Não senhor, não li, mas sou contra". Eu até não ri diante da expressão, porque ele comentou que é um homem voltado para o socialismo e acha que qualquer acordo com a América do Norte seria um acordo colonial. Então é esse o seu ponto de vista.

Respondi: então me agrada que você tenha dito a verdade; que não leu. Que ninguém leu, pela simples razão que não existe o acordo MEC/USAID. Jamais foi assinado. Eu tenho que dizer isso em defesa de meu eminente antecessor, eme é o Senador Tarso Dutra. Jamais ele nomeou a comissão americana junto com a comissão brasileira para fazer o acordo MEC/USAID. A solução brasileira é inteiramente brasileira na Reforma Universitária, como eu mostrei. Senhor Presidente, alguns, inclusive, me parecem conterrâneos de V. Ex.<sup>a</sup>. Aí está, então, o problema. Disse a ele: "Você nunca leu, não existe, você é um completo equivocado e você pode ir embora, porque você para mim não é subversivo. Você é oposicionista. Você quis posar de valente e apenas caluniou o Ministro. O problema é com a sua consciência; pode ir embora".

Bem, Deputado, então o caso da censura do filme: V. Ex.<sup>a</sup>, com uma habilidade extraordinária que só os homens profundamente inteligentes têm, prosseguiu na pergunta que tinha sido impedida pelo Presidente da Casa, porque, na verdade, V. Ex.<sup>a</sup> situou filme e teatro. Ora, aparentemente, os campos são meus. Filme, porque existem o Instituto Nacional de Cinema e a Embrafilme, que financiem os filmes e que podem vir a financiar filmes censurados, o que é realmente um contrasenso. E pode vir a ser premiado um filme, como V. Ex.<sup>a</sup> disse. E, se não me engano, é até um filme que tinha esse nome *Toda nudez será castigada*. E uma vez, porque eu disse, em tom de *blague*, no Museu de Belas-Artes, que nem toda nudez devia ser castigada, eu também fui acusado até de obsceno. Veja o perigo da *blague!* Mas eu vou morrer com ela, mas não vou morrer dela. Deputado, então o problema é que, na verdade, com uma admirável habilidade — até comentei com meu velho amigo Senador Franco Montoro — V. Ex.<sup>a</sup> usou uma tática napoleônica. Usou uma tática de dividir para abater. E então me colocou contra meu próprio governo, ficando eu aqui, contra as autoridades da censura. Por uma questão de ética, eu apenas digo a V. Ex.<sup>a</sup> que, não estando a censura inserida no Ministério da Educação, eu não me sinto obrigado, como Ministro da Educação convocado pela Casa, a tratar do assunto que não é, evidentemente, pertinente ao Ministério da Educação.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO LIRA** - (Aparte inaudível.)

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Não, silêncio, não! As frases eu disse antes a jornais que publicaram o que eu pensava sobre o processo classificatório da censura. Eu disse isso ao velho Presidente Costa e Silva: "Prefiro mil vezes que o senhor passe por uma censura classificatória de idade, rigorosamente obedecida, a ter que se preocupar

com determinados' textos de peças". Finalmente, Deputado, uma resposta comprometedora: V. Ex.<sup>a</sup> falou que eu leio livros, e é preciso que V. Ex.<sup>a</sup> saiba que eu também não sou tão pouco inteligente. '

**O SR. DEPUTADO FERNANDO LIRA** - Determinados livros.

**O SR. MINISTRO JARRAS PASSARINHO** - Determinados livros. Deus permita que não sejam os novos livros do MOBREAL, para os neoleitores, que eu, realmente, já alcancei um grau adiante. E quem é Celso Furtado? Era eu chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia em 1962, sendo meu Comandante o General Taurino de Rezende, quando fiz a abertura dos cursos do CPOR de Belém com um livro de Celso Furtado na mão chamado *A Pré-Revolução Brasileira* — onde, no meu entender, ele, muito claramente, ou talvez não tão claramente, porque ele era um pouco ortodoxo na maneira de escrever, em vez de falar, por exemplo, ditadura, falava sociedade fechada; e em vez de democracia, sociedade aberta. E o livro dele, *A Pré-Revolução Brasileira*, era uma advertência ao Brasil quanto ao perigo de uma comunização, a partir do campo contra a cidade. Então, realmente, quanto a este seu livro, eu o li, sublinhei-o e fiz dele tese de uma abertura, da qual não tem uma palavra, hoje, que não fosse a palavra de 1962.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO LIRA** - (Aparte inaudível.)

**O SR. MINISTRO JARRAS PASSARINHO** - Sobre o livro do Celso Furtado, *A Pré-Revolução Brasileira*, eu já disse. Eu não sou homem de muitos livros. Li um deles

**O SR. DEPUTADO FERNANDO LIRA** - O Senhor permite?

**O SR. MINISTRO JARRAS PASSARINHO** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO LIRA** - Eu não lhe perguntei sobre o livro do Celso Furtado.

**O SR. MINISTRO JARRAS PASSARINHO** - Eu é que lhe trouxe a resposta; na resposta eu trouxe o livro.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO LIRA** - (Aparte inaudível.)

**O SR. MINISTRO JARRAS PASSARINHO** - Exato. Então, aí é que eu acho que V. Ex.<sup>a</sup> cometeu um erro entre sua premissa levantada e a pergunta formulada, porque, na verdade, V. Ex.<sup>a</sup> estava dizendo que não ia se referir ao passado e trouxe um problema que é totalmente anterior à minha chegada ao Ministério do Trabalho. Totalmente anterior.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO LIRA** - (Aparte inaudível.)

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Se pudéssemos ensinar numa universidade brasileira, é uma afirmativa que naturalmente V. Ex.<sup>a</sup> responderá por ela. Eu não tenho um caso, dou-lhe, sob a fé do meu posto e da minha pessoa, não tenho um caso em que me tenha trazido um reitor a indicação do professor Celso Furtado para professor de alguma universidade brasileira. Não o conheço por questão de segurança. Para mim, posso-lhe garantir, nunca recebi uma recomendação no sentido de que o professor Celso Furtado fosse um marxizante de cátedra e conseqüentemente devesse ser afastado. Não sei, realmente, não estou atento a este problema, se ele é atingido pelo AI-1 ou não. Inclusive, posso-lhe garantir que ele veio a esta Casa quando eu era Ministro do Trabalho. Meu prezado amigo Franco Montoro não me deixará faltar à verdade; veio aqui, fez uma palestra sobre política salarial e decepcionou profundamente os radicais de esquerda.

**O SR. DEPUTADO NINA RIBEIRO** (Aparte inaudível.)

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Há dias, Deputado, eu conheci em Genebra, para V. Ex.<sup>a</sup> ver, que o mundo, todo ele, é igual, de algum modo, e que às vezes ri o roto do esfarrapado, há dias conheci o prof. Fischer, que escreveu um livro sobre o Brasil, chamado *Le Régime Modernisateur du Brésil* (desculpe a minha pronúncia porque eu não estou matriculado em curso de francês). Este livro é considerado tão isento, que algumas áreas dos três tempos da Revolução consideraram o livro danoso à nossa imagem. Mas só porque ele, neste livro, faz algumas apreciações altamente lisonjeiras quanto, por exemplo, a alguns aspectos do desenvolvimento sócio-econômico brasileiro, este homem da Universidade de Genebra, pertencente ao Instituto de Altos Estudos da Universidade de Genebra, na Suíça, considerada a democracia basilar e modelar do mundo, este homem perdeu a sua cátedra! Como vê V. Ex.<sup>a</sup>, há muitos Celso Furtados!

**O SR. DEPUTADO NINA RIBEIRO** - (Aparte inaudível.)

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Deputado Nina Ribeiro, já conheço seu ponto de vista e até louvo a pertinácia com que o defende, porque a pertinácia é também uma virtude, quando usada com moderação, é claro; é a pertinácia em relação ao Banco Nacional de Educação. O que nós pretendíamos é que, com aquele exemplo, infelizmente deturpado para certos estudantes, os estudantes pudessem receber uma tabela; em vez de estar a renda líquida ao lado, estava o salário mensal. Então, dizia assim: salário até 500 cruzeiros, paga tanto. Até 1.000, paga tanto. Houve um problema de verdadeiro amedrontamento por parte de toda a classe média brasileira, para destruir a idéia de que, no fundo, é em favor de um estudante pobre e em favor da democratização do ensino. Mas veja o quanto pode o que eu chamo de catarata ideológica: ela não permite ver com translucidez e envenena os locais onde

pousa. Fábio Fonseca, meu caro Deputado, já tenho lido muito as suas interpelações e lhe confesso que V. Ex.<sup>a</sup> me surpreendeu. Foi o único Deputado que me surpreendeu, porque eu esperava de V. Ex.<sup>a</sup>, como presidente do meu clube, em Minas Gerais, que me fizesse perguntas sobre esporte, porque noto que V. Ex.<sup>a</sup>, normalmente, é presente sobre o esporte brasileiro. E, no fim, V. Ex.<sup>a</sup> me fez uma belíssima exposição de médico. Concordo plenamente. Se a partir dos sete anos de idade, não pegarmos a criança com a merenda escolar, como hoje fazemos com a Campanha Nacional de Alimentação Escolar, de sete anos para a frente, nós podemos encontrar algumas lesões irreversíveis para as quais a atenção do Ministério da Educação já não seria suficiente. Criou o Presidente da República, por causa disso, o INAN, o Instituto Nacional de Alimentação, e é para este que eu peço as vistas de V. Ex.<sup>a</sup>, porque me parece que a resposta está dada à sua pergunta.

**O SR. PRESIDENTE (Gustavo Capanema)** - Mas esta questão de ordem não vai ser respondida pelo Ministro Passarinho, vai ser respondida por mim, mas eu só responderei à questão de ordem. Pois é. Por uma questão de ordem não se deve dar a palavra pela ordem. Não responde não, eu é que vou responder. Não há mais prazo para perguntar.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO LIRA** - Mas eu tenho direito, é uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Gustavo Capanema)** - Mas eu quero ouvir a sua questão de ordem, o que é que é?

**O SR. DEPUTADO FERNANDO LIRA** - Ministro Jarbas Passarinho, que veio a esta Casa e se dispôs a responder a todas as perguntas, está faltando uma.

**O SR. PRESIDENTE (Gustavo Capanema)** - Se não houver tempo, ele não responderá.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO LIRA** - É uma pergunta - inclusive, não sei se é a terceira ou a quarta — falando sobre a sua missão, no caso de se seria contra ou a favor de uma CPI sobre a problemática (inaudível).

**O SR. MINISTRO JARRAS PASSARINHO** - Essa pergunta foi feita ao final das interpelações do Deputado Lysâneas, e eu me proponho a responder agora e peço encarecidamente ao Presidente que me conceda esse direito, porque eu não gostaria de, depois de um massacre dessa natureza, por parte do MDB, dar a impressão de que saio pela janela lateral; quero sair pela porta. Eu responderei, então, ao Deputado Lysâneas...

**O SR. PRESIDENTE (Gustavo Capanema)** - Mas eu peço, então, aos dois, que não aparteiem o Ministro. Estou apenas prevenindo.

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Responderei. Vou apenas elaborar um pouco a resposta. Em primeiro lugar, Deputado Fernando Lira, V. Ex.<sup>a</sup> usou cerca de 8 minutos, eu cronometrei, dizendo que não poderia fazer perguntas, sem antes fazer uma preparação lógica. Eu não posso dar-lhe uma resposta sem uma preparação lógica. E é uma homenagem, também, outra vez, à sua inteligência de ex-estudante. Eu voltarei a lhe dizer, em primeiro lugar, o seguinte: a mim, Senhor Presidente, me estranha, Senhores Deputados, Senhores Senadores, me estranha que tenha sido pedida uma Comissão Parlamentar de Inquérito, quando, na verdade, o problema surgiu do fato de eu ter lido duas ou três vezes expressões atribuídas ao Deputado Lysâneas Maciel e ligadas a frases como esta em que parecia que, para um estudante pregar um cartaz na parede, ora submetido ao 477; se ele fizesse uma pergunta ao professor, era submetido ao 477; e se ele subisse em uma passarela, era submetido ao 477 por extensão. Então, eu pedi ao Deputado que desse um só fato em favor dele, um fato concreto, porque, na verdade, todas as punições são publicadas no Diário **Oficial** da União e então a pessoa que disse que isto aconteceu, naturalmente, conhece a vítima, e trá-la-ia a mim. E lhe disse, resguardando meus jornalistas: tenho a impressão de que o Deputado não poderá provar isso, porque, desde que assumi e o Presidente me concedeu o direito de ser a última instância, eu leio todos os autos; eu os leio. De maneira que eu tenho certeza de que nada igual passou por mim. Eu tinha essa convicção de consciência e disse: se o Deputado provar, eu entrego imediatamente a minha função de Ministro e entrego o resto do meu mandato do Senado.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO LIRA** - Como?

**O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO** - Eu chegarei lá. Deputado. V. Ex.<sup>a</sup> alardeou o problema e foi para a CPI, não é? Eu ia usar, aqui, uma expressão militar de manobra em retirada, mas não o farei. Vou usar uma outra, do Deputado Fábio Fonseca, que foi o nosso companheiro de guerra na Itália. Então eu diria: Deputado Fernando Lira, também de V. Ex.<sup>a</sup>, a partir desse instante, eu esperava uma comprovação; eu entregaria, faria o que prometi. Jornalistas, ávidos, realmente, de nos criar problemas maiores de atritos, perguntaram: "O que V. Ex.<sup>a</sup> exigirá do Deputado Lysâneas?" Eu disse: nada. Se ele não provar, nada. Naturalmente, sendo um homem de consciência, ele vai chegar à conclusão de que faltou à verdade. Apenas isso. Eu não peço a ele, repito.

— Se ele não provar, perde o mandato?

Não.

Bem, em seguida, eu viajei para o Norte, para o Nordeste e regresssei ao Norte; lá eu verifiquei que o MDB apresentava, como solução, que eu chamo ladear problema, a constituição de uma CPI. Ora, eu tenho fatos concretos, o Deputado tem fatos concretos. É a grande oportunidade, inclusive, de provar; está aqui: esse estudante teve aplicado sobre ele o 477 porque pediu a passarela ou porque interpelou um pro-

fessor sobre a palavra tal de Português ou sobre História — onde eu queria caracterizar, exatamente, que sou fiador, perante o Presidente da República, de não ser um Ministro da Educação torturador, ou Ministro da Educação que utiliza o sistema de coação sobre os estudantes violentos. Então eu respondo por isso. Respondo, Deputado, hoje, amanhã, quando V. Ex.<sup>a</sup> quiser. E pelo prazer que me está dando esse tipo de debate, é provável que eu volte à Câmara para encontrar V. Ex.<sup>a</sup>, Deputado Lysâneas, pelo povo do Pará!

O SR. DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL - Eu vou responder.

O SR. MINISTRO JARBAS PASSARINHO - Deputado, esse é um momento de entusiasmo; eu não acabei a minha expressão. V. Ex.<sup>a</sup> está redondamente enganado se pensa que eu sou de recuar por covardia. Posso recuar por medo; por medo, sim, porque há até covardia de não parecer covarde. Isso talvez; mas por covardia pura e simples, não. Então dei a seguinte resposta ao meu líder: a CPI é um instrumento nitidamente previsto no regimento interno das duas Casas do Congresso — no Senado e na Câmara. É um assunto da deliberação do Senado e da Câmara, enquanto regimento de ambas. Eu, entretanto, sou membro do Governo, não estou me situando aqui como Senador; estou me situando como Ministro do Governo. É um problema a ser discutido pelo Governo com a Liderança da Casa. Agora, talvez o Deputado Lysâneas desejasse que eu dissesse: eu quero uma CPI. Isso dava uma coisa curiosa, quer dizer, eu afirmo que não ofendo, eu afirmo que não violento e eu peço, sobre mim, que investiguem agora, porque o Deputado que afirmou que eu violento não foi capaz de provar a violência. Isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Capanema) - Vamos encerrar essa sessão com as maiores congratulações ao Ministro. Vamos sair? Sair pela retaguarda.

EDITORA GRAFICA ALVORADA LTDA.  
CGC 00003582/001  
Brasília — DF